

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TELMA CRISTIANE SASSO DE LIMA**

**AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL: tendências da produção bibliográfica**

**FLORIANÓPOLIS**

**2006**

TELMA CRISTIANE SASSO DE LIMA

**AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL: tendências da produção bibliográfica**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Tamasso Mito.

**FLORINÓPOLIS**

**2006**

TELMA CRISTIANE SASSO DE LIMA

**AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO  
SOCIAL: tendências da produção bibliográfica**

Dissertação submetida à avaliação da Banca Examinadora para obtenção do título de **Mestre em Serviço Social** e aprovada, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Célia Tamaso Miotto (UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Berenice Rojas Couto (PUC/RS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Maria Ribeiro Nogueira (UFSC)

**FLORIANÓPOLIS, 15 de agosto de 2006**

## AGRADECIMENTOS

*Estas memórias ou lembranças são intermitentes e, por momentos,  
me escapam porque a vida é exatamente assim.*

*A intermitência do sonho nos permite  
suportar os dias de trabalho*

*Pablo Neruda*

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que garantiu a dedicação exclusiva na elaboração dessa pesquisa, sem o qual não seria possível realizá-la.

Aos professores e funcionários do Mestrado em Serviço Social da UFSC.

À prof<sup>a</sup>. Regina Célia Tamasso Miotto pelo companheirismo irrestrito de todos esses anos, por me **orientar** em todo o meu percurso acadêmico, por compartilhar humildemente seus conhecimentos e esperanças, pelo respeito e estímulo intelectual e por me ensinar através da sua dedicação – demonstrada em atos com a produção de conhecimentos, com a Universidade, com o Serviço Social e com os estudantes – a exercitar na cotidianidade a coerência entre pensamento e ação.

Aos amigos\*: Leonel Carlos Dias Ferreira pela ajuda na obtenção do material em São Paulo, sem ele não seria possível apresentar muitos dos dados contidos nessa dissertação. Obrigada por ser suporte institucional e pelo empenho de seu tempo! Gabriel Kalbusch pela incansável assistência nas inúmeras vezes que meu computador travou. Obrigada, você é simplesmente demais!

Às estudantes da sétima fase de graduação em Serviço Social no período letivo de 2005.2 e 2006.1 por me receberem durante o Estágio de Docência, por dividirem suas impressões sobre a intervenção profissional e pelas férteis reflexões que protagonizaram; e às Residentes Cleidiamar Furlanetto e Giseli Dandolini Bonassa pelos desafios profissionais compartilhados.

À família Vargas: Maria de Lourdes, Wanderley, Anna Carolina, Max, Sandra e William pela acolhida e pelo afeto de uma vida inteira em apenas dois anos. Obrigada por tudo, sem o amparo de vocês minha história teria menos brilho.

Às amigas: Emiliana Vargas por ser amiga e irmã, pela generosidade em dividir comigo sua casa, sua família e seus animais de estimação. Dedico a você todo o amor dessa vida e agradeço infinitamente por me ensinar a dedicar afeto às pessoas, demonstrando como posso me tornar uma pessoa melhor; e Keli Regina Dal Prá pela cumplicidade em pensamentos, atos e palavras, por materializar nossos sonhos, me mostrado como eles são possíveis e me incentivando a prosseguir. Obrigada por sempre abrir e iluminar os caminhos, pelo seu carinho e amizade, te voglio tanto, tanto bene!

As(os) amigas(os): Evelyn, Francielle, Luiza Gerber, Fernanda Rosa, Daiane, Vanessa, Aline, Alexandre, Neto, Márcio André, Gabriel Scardueli, Cristian; e aquelas(es) que mesmo à distância estiveram presentes: Poty, Gilbert, Angela, Edna, Loreci, Gisele, Edson Gonçalves, Agostinho, Andrew, Warllen, Cléber, Janaína, Mozer, Andrea, Vânia, Venir e Vanilce. Obrigada por permanecerem na minha vida, apesar das adversidades!

À Eulália Maria dos Anjos e toda a sua família por me receber em Florianópolis há 6 anos, por sossegar minhas intranqüilidades, por me dedicar ternura, por entender as minhas ausências sempre me recebendo de braços abertos. Vó, você tem o melhor do meu afeto!

Aos primos Luziane e Nelson pela alegria, pelos deliciosos almoços, pelo aconchego, por sempre ouvirem os meus lamentos e, ainda assim, reclamarem a minha presença. Espero que saibam o quão grande é meu amor por vocês!

À Olívia e ao Valter, meus pais, por ser impossível não lembrar e porque todos os caminhos percorridos sempre fizeram meus sonhos e corpo retornarem até vocês.

---

\* Edson Mayer, em nota de rodapé conforme o prometido, por garantir o empréstimo e o traslado do material de Porto Alegre, sem falar das comidas estranhas. Obrigada pelo suporte essencial dado a essa pesquisa a custo zero, bem como pela generosidade e pela afetividade demonstradas em todos esses anos de amizade!

## RESUMO

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2006. Orientadora: Regina Célia Tamaso Mioto.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais, particularmente das ações sócio-educativas. O ponto de partida é o reconhecimento da necessidade de materialização do projeto ético-político do Serviço Social, qualificando o debate teórico-metodológico no sentido de garantir competência técnico-operativa, tendo por perspectiva a ampliação, a consolidação e a efetivação dos Direitos e da Cidadania; e a construção de um processo que conduza à transformação social. A eleição das ações sócio-educativas como objeto de estudo está referenciada ao seu reconhecimento histórico como base constitutiva da profissão e como ações privilegiadas na difusão de ideologias e na produção de consensos. Dessa forma, é imperativo atentar para as orientações paradigmáticas que orientam a sua consecução. Esse estudo tem como objetivo principal caracterizar as ações sócio-educativas, através da produção bibliográfica do Serviço Social no período de 1993 a 2005, tendo como base as referências teóricas que pautam a sua operacionalização. Para tanto, a pesquisa bibliográfica é o procedimento metodológico adotado. De acordo com esse procedimento foram investigadas: as principais referências teóricas de modo a conhecer o diálogo construído pelos autores entre ações sócio-educativas e a consecução do projeto ético-político; os elementos teórico-metodológico e técnico-operativo presentes nessas referências, que permitem pensar os procedimentos da operacionalização das ações sócio-educativas; e os significados conceituais das categorias Direito e Cidadania de modo a elucidar sua apropriação pelo Serviço Social. Dentre os resultados, destaca-se que as ações sócio-educativas são entendidas como um *processo* que possui finalidade, objetivos e procedimentos. Sua contribuição, para a materialização do projeto ético-político, depende decisivamente da coerência das escolhas técnico-operativas acionadas pelos Assistentes Sociais, uma vez que o *como fazer* é fundamental na construção de uma intervenção profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente, sobretudo quando imerso em um contexto social e político adverso ao projeto profissional. Portanto, o Assistente Social ao assumir o paradigma crítico-dialético como orientador das suas ações deve enfrentar o desafio de concretizar essas idéias, respondendo coletivamente às questões colocadas pela realidade. A concepção *do que significa* educar confere um componente político à ação enquanto um fator determinante, pois o sentido da ação muda segundo o entendimento que se tem a respeito do *que é educar, porque educar, para quem e com qual finalidade*. Nesse sentido, as bases gramscianas, o *empowerment* e a proposta freireana foram identificadas como as principais tendências que podem contribuir no aprofundamento de reflexões sobre a intervenção profissional/ações sócio-educativas. Tal identificação sinaliza para possíveis caminhos na construção de uma ação sócio-educativa lúcida e coerente quanto aos significados das categorias-chave que lhe dotam de conteúdo. Buscou-se realizar uma interconexão entre o debate sobre as ações sócio-educativas, o projeto profissional e a perspectiva dos Direitos e da Cidadania, enfatizando a necessidade de serem construídas sistematizações sobre o *fazer profissional* que promova: a interlocução entre os Assistentes Sociais; a qualificação técnico-operativa das suas ações; um diálogo teórico plural que legitime e materialize os valores contidos no projeto ético-político.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Ações Sócio-educativas, Projeto Ético-político, Direitos e Cidadania.

## ABSTRACT

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. Social-educational actions and the ethical-political project of Social Service: tendencies of the bibliographical production. **Masters Dissertation in Social Service**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2006. Advisor: Regina Célia Tamasso Miotto

This is a descriptive-exploratory study about the professional intervention of social workers, particularly in social-educational actions. It is based on the recognition of the need for the materialization of the ethical-political project of Social Work and for qualifying the theoretical-methodological debate in order to guarantee technical-operational competency. The perspective of the study is the importance of the broadening, consolidation and effectuation of the Rights of Citizenship; and the construction of a process that leads to social transformation. The decision to study social-educational actions is related to their historic role as a constitutive base of the profession and as actions of particular importance in the diffusion of ideologies and in the production of consensuses. It is thus imperative to be aware of the paradigmatic orientations that guide their realization. The principal objective of the study is to characterize social-educational actions. A bibliographic study of Social Work from 1993-2005, based on the theoretical references that supported their operationalization was the methodological procedure adopted. Based on this procedure, the principal theoretical references were analyzed in order to understand the dialog constructed by the actors with social-educational actions and the achievement of the ethical-political project. The theoretical methodological and technical-operative elements present in these references were also identified, which allowed analyzing the procedures of operationalization of the social-educational actions. The conceptual meanings of the categories Law and Citizenship were also studied in order to elucidate their use by Social Service. The results highlight that the social-educational actions are understood as a *process* that has a purpose, objectives and procedures. Their contribution to the materialization of the ethical-political project, depends decisively on the coherence of the technical-operative choices worked with by Social Workers, given that *how they work* is fundamental to the construction of a professional intervention that is less improvised and more theoretically legitimated, above all when immersed in a social and political context that is adverse to the professional project. Therefore, Social Workers, upon assuming the critical-dialectical paradigm as a guide to their actions, must confront the challenge of concretizing these ideas, responding collectively to the issues raised by the reality. The conception of *what it means* to educate confers a political component to the action as a determining factor, because the meaning of the action changes according to the understanding that one has about *what it is to educate, why educate, for whom* and *for what purpose*. Thus, Gramscian concepts, *empowerment* and Freirian proposals were identified as the principal tendencies that can contribute to the deepening of the reflections about the professional intervention and social-education actions. This identification indicates possible routes towards the construction of a social-educational action that is lucid and coherent in terms of meanings of the key categories that give it content. An attempt was made to establish ties with the debate about social-educational actions, the professional project and the perspective of Rights and Citizenship, emphasizing the need to construct systematizations of professional conduct that promotes: the interlocution between Social Workers; the technical-operative qualification of their actions and a plural theoretical dialog that legitimates and materializes the values contained in the ethical-political project.

**Key words: Social Service, Social-educational actions, Ethical-political project, Rights and Citizenship.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. MARCO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DAS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS 21</b>	
1.1. O debate histórico do caráter educativo da ação profissional .....	24
1.2. O projeto ético-político como determinante no debate da ação profissional de caráter educativo.....	35
1.3. O lugar das ações sócio-educativas no exercício profissional.....	44
<b>2. O DEBATE SOBRE OS DIREITOS E A CIDADANIA ENQUANTO CATEGORIAS CENTRAIS PARA A SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO .....</b>	<b>58</b>
2.1. Direitos, Cidadania e Estado moderno: breve histórico .....	59
2.2. Liberdade e Igualdade: aproximações conceituais .....	66
2.3. Democracia.....	73
2.4. Estado de Bem-estar Social e necessidades humanas básicas: debate atual acerca do acesso aos Direitos sócio-econômicos.....	78
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>89</b>
3.1. Procedimentos metodológicos.....	92
3.2. Percurso da Pesquisa: detalhamento da investigação das soluções.....	97
3.2.1. Primeira etapa: levantamento do material bibliográfico.....	97
3.2.2. Segunda etapa: teste do instrumento para levantamento das informações.....	97
3.2.3. Terceira etapa: levantamento das informações.....	99
3.3. Apresentação das ações sócio-educativas a partir das obras pesquisadas .....	102
3.3.1. O caráter educativo das ações profissionais: as denominações encontradas.....	103
3.3.2. Ações sócio-educativas: a finalidade e as categorias “Direitos” e “Cidadania” ..	106
3.3.3. Ações sócio-educativas e objetivos .....	108
3.3.4. Ações sócio-educativas e as características que pautam sua operacionalização..	116
3.3.5. Ações sócio-educativas e referencial teórico.....	119
3.3.6. Ações sócio-educativas e elementos técnico-operativos.....	125
<b>4. SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>132</b>
4.1. Serviço Social e ações sócio-educativas: as bases gramscianas.....	144
4.2. Serviço Social e ações sócio-educativas: a concepção de empowerment .....	146
4.3. Serviço Social e ações sócio-educativas: a proposta freireana.....	151
4.4. Ações sócio-educativas: ensaio de uma caracterização.....	157
<b>O PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS E DE NOVAS POSSIBILIDADES.....</b>	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o debate dos autores de Serviço Social sobre as ações sócio-educativas, na perspectiva de articulação entre o projeto ético-político e a intervenção profissional. Ao estudar o Serviço Social, parte-se do pressuposto de que é imprescindível abordar, simultaneamente, os modos de pensar e de intervir incorporados pelos profissionais, de modo a dar visibilidade às bases teóricas orientadoras da profissão tanto no momento em que se realiza a leitura da sociedade, quanto no momento em que se constrói respostas às expressões da questão social. Desse modo, a intervenção profissional é entendida pela ótica da totalidade inscrita no contexto das relações sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, ou seja, significa que sua apreensão depende do reconhecimento das “suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas – que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo” (IAMAMOTO, 1999, p. 191).

Nessa perspectiva, a intervenção profissional é considerada em movimento dentro do processo histórico e contribui tanto para a reprodução das condições materiais, quanto para as condições sociais de vida da classe trabalhadora. Dessa forma, as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista e o Assistente Social contribui, no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho junto a outros profissionais, para a criação de consensos nessa sociedade (IAMAMOTO, 1999).

Portanto, para realizar um estudo das ações sócio-educativas deve-se considerar o contexto histórico que forjou o atual projeto profissional, ou seja, reconhecer que a gênese da construção das bases valorativas que compõem o projeto ético-político está localizada nas discussões advindas desde o Movimento de Reconceituação que – ao romper com o paradigma positivista/funcionalista, ao realizar uma apropriação qualificada da matriz teórica do pensamento crítico-dialético e ao explicitar a intencionalidade da ação profissional, reconhecendo seu compromisso político com a classe trabalhadora – abriu caminhos para a renovação do exercício profissional.

Com o acúmulo teórico-crítico produzido e através do reconhecimento do significado político contido nas ações profissionais, indiscutíveis avanços no interior da categoria profissional foram consolidados, culminando na década de 1990 com a aprovação do Código de Ética profissional. Através dele foi conquistada a hegemonia de um projeto profissional orientado para a transformação social, bem como marca um momento nos fóruns



da categoria de maior preocupação com o “fazer profissional”, isto é, há uma ênfase nos debates acerca da necessidade de consolidar praticamente o projeto profissional assumido.

O Código de Ética condensa também o debate acerca dos Direitos e da Cidadania, uma vez que a categoria profissional estava sintonizada com a abertura democrática e com os avanços legais ocorridos a partir da Constituição de 1988. O projeto ético-político, nesse sentido, assume como premissas o compromisso com a construção da cidadania para todos; a defesa, a ampliação e a consolidação de direitos sociais, civis e políticos; a formação de uma cultura política democrática e a consolidação da esfera pública (IAMAMOTO, 1999). Nessa perspectiva, pode-se considerar que a intervenção profissional considera os Direitos como mediações importantes no processo de busca pela transformação social, porque os Direitos engendram conquistas históricas que, quando materializadas, permitem a satisfação das necessidades humanas e a ampliação da Cidadania.

Desse modo, entender que as ações profissionais estão orientadas para a construção de um “fazer profissional” propositivo e crítico remete, necessariamente, para o debate acerca da sua capacidade teórica e política que a categoria profissional tem para gerar alternativas frente às possibilidades abertas, em cada conjuntura, para a intervenção. Capacidade esta voltada para a consolidação da hegemonia construída em torno do projeto profissional de caráter ético-político e sob as bases teórico-metodológicas do pensamento crítico-dialético.

Os debates que ocuparam os profissionais a partir da metade da década de 1990 sinalizam para os desafios envolvendo o “fazer profissional”, informando que a ruptura com o conservadorismo histórico não suprimiu as tendências conservadoras e neoconservadoras no interior do Serviço Social, como também para a necessidade de ampliar o debate sobre a dimensão técnico-operativa com vistas à materialização, através da intervenção cotidiana, do projeto ético-político (IAMAMOTO, 1997; 1999; NETTO, 1996; 2005).

Desse modo, para estudar a intervenção profissional dos Assistentes Sociais, na contemporaneidade, faz-se necessário apreender enquanto totalidade a hegemonia de um projeto profissional sob a égide do paradigma crítico-dialético e que considera a perspectiva dos Direitos e da Cidadania como orientadora das ações profissionais, bem como da relação que os sujeitos profissionais estabelecem entre si, com os usuários e com as políticas públicas. Portanto, os valores engendrados pelo projeto ético-político do Serviço Social têm orientado os profissionais para uma intervenção profissional cuja *finalidade* reside em consolidar um processo diferente, que transforme as formas de ser e de se relacionar dos indivíduos em sociedade.

No bojo dessas considerações, estão inscritas as ações sócio-educativas, uma vez que são identificadas como um marco na intervenção dos Assistentes Sociais, considerando que a profissão “se institucionaliza e se desenvolve na sociedade capitalista como ação de cunho sócio-educativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas” (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 142). Nesse sentido, os Assistentes Sociais inserem-se, no processo de divisão sócio-técnica do trabalho, em “equipamentos sócio-assistenciais” de modo a contribuir “tanto [para] a criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação sócio-educativa tencionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta” (YASBEK, 1999, p. 95).

É através das diferentes formas de intervenção no seio da sociedade capitalista que essas ações podem estar relacionadas tanto com as tendências conservadoras voltadas para a consolidação dos interesses dominantes, como podem estar voltadas para a consolidação de um compromisso com a classe trabalhadora de modo a materializar o projeto ético-político. Desse modo, as ações sócio-educativas são muito importantes no processo de produção/reprodução social pois, mesmo inscrita na dimensão social desse processo, produzem efeitos reais na vida dos sujeitos à medida que veiculam determinados interesses de classe (IAMAMOTO, 1999).

A partir do exposto e considerando os estudos realizados anteriormente que permitiram caracterizar as ações sócio-educativas no âmbito dos Processos Sócio-Assistenciais que é reiterado o interesse pelo debate da intervenção profissional/ações sócio-educativas no contexto do projeto ético-político. As hipóteses que sustentam a pesquisa decorrem das observações realizadas nesses estudos. Através deles foi possível constatar que o debate histórico envolvendo as ações sócio-educativas não tem explicitado as particularidades que envolvem o momento da sua operacionalização, sobretudo quando inseridas em diferentes processos de intervenção. Desse modo, apreender historicamente a importância do caráter educativo das ações profissionais do Serviço Social no contexto da produção/reprodução social permite destacar a necessidade de aprofundar os estudos sobre esse tema para além de seu reconhecimento histórico, uma vez que se verifica que:

- há uma carência quanto à construção teórico-metodológica envolvendo o caráter educativo do Serviço Social, tornando obscura a apreensão de alguns de seus conceitos-chave e difícil a sua operacionalização, pois seus objetivos e finalidades acabam definidos por uma incorporação mecânica e descontextualizada de variadas referências teóricas o que, muitas vezes, alinham as ações com o projeto de sociedade ao qual pretendem fazer oposição;

- a carência dessa construção teórico-metodológica gera dificuldades também na construção de referenciais técnico-operativos para as ações sócio-educativas no sentido de materializar o projeto ético-político, tendo em vista que o debate sobre o “fazer profissional” acontece de forma subsidiária ao longo da história da profissão;
- a apropriação teórico-metodológica, ainda que fundamental, não garante por si só a concretização no plano real dos valores e princípios ético-políticos;
- as ações profissionais não se esgotam apenas na sua auto-definição pois sua realização depende dos sujeitos envolvidos, isto é, de sujeitos conscientes dos objetivos quanto aos objetos, métodos e condições determinantes da ação profissional, uma vez que os procedimentos realizados no desenvolvimento da própria ação são decisórios na determinação da orientação teórica. Não é suficiente afirmar um paradigma, é imprescindível propor *como* se constrói o ato que o materializa, dito de outra forma: não é suficiente obter a hegemonia de um projeto profissional, sem solucionar o desafio de *como* o conhecimento que o orienta pode ser posto a serviço de uma prática<sup>1</sup>.

Aliada a essas questões está a necessidade de maior clareza na apropriação das categorias de Direitos e de Cidadania presentes no projeto profissional; e a necessidade de garantir a legitimidade da hegemonia construída sob a égide do paradigma crítico-dialético, tendo em vista os desafios presentes em um contexto social marcado pelo neoliberalismo que tem limitado as possibilidades de realização da coerência entre intervenção e projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, realizar um estudo sobre as ações sócio-educativas implica, na contemporaneidade, considerar o debate que vem sendo construído pela categoria profissional sobre essas questões.

Nesse íterim, as motivações que guiaram esse estudo foram precisamente: a falta de precisões teórico-metodológicas no trato das ações sócio-educativas; a ausência de produção bibliográfica específica sobre a dimensão técnico-operativa; e o desafio de empreender um estudo que acredita na possibilidade da transformação social em um cenário político e social tão adverso a essa proposta, pois está marcado pela vulnerabilidade social e por políticas públicas restritas.

Portanto, a proposta de estudo contida nessa dissertação está voltada para o aprofundamento do debate acerca da operacionalização das ações sócio-educativas na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, de modo a apreender as principais

---

<sup>1</sup> Claro está que simples proposições sobre o *como* não são suficientes para sustentar teoricamente uma profissão, mas é necessário no debate da dimensão técnico-operativa, na medida em que o *como* é revelador da apropriação feita pelos profissionais dos referenciais teórico-metodológico e ético-político.

referências teóricas que tem pautado os autores cujos estudos sinalizam de alguma forma para o tema proposto.

A premissa assumida considera que se articulam, no paradigma crítico-dialético, diferentes referências teóricas no debate sobre as formas de encaminhamento das ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais no âmbito do projeto ético-político. Desse modo, esta dissertação apresenta o percurso de pesquisa realizado que procurou caracterizar as ações sócio-educativas, através da identificação dessas referências teóricas.

Com o intuito de contribuir para estreitar o debate sobre o caráter educativo que reveste a profissão, identificando as categorias-chave que lhe conferem conteúdo no contexto do projeto ético-político, pretende-se realizar uma interconexão entre o debate sobre a intervenção profissional/ações sócio-educativas e o projeto ético-político cuja centralidade reside na compreensão da perspectiva dos Direitos e da Cidadania. Assim, as seguintes perguntas guiaram essa investigação: o que significa *educar* na perspectiva dos Direitos e da Cidadania? Quais são as referências teóricas sobre educação/ações sócio-educativas utilizadas pelos autores do Serviço Social? Qual o diálogo construído pelos autores entre projeto ético-político e ações sócio-educativas? Quais os elementos teórico-metodológico e técnico-operativo presentes na produção bibliográfica de autores que pretendem direcionar as ações sócio-educativas para a consecução do projeto ético-político? Como a perspectiva dos Direitos e da Cidadania é incorporada na produção bibliográfica referente às ações sócio-educativas?

Para tanto, na tentativa de aproximar-se de respostas para essas indagações, optou-se por um estudo de caráter exploratório-descritivo e pela pesquisa bibliográfica enquanto procedimento metodológico. Desse modo, a pesquisa bibliográfica envolveu obras dos autores do Serviço Social com publicações compreendidas no período de 1993 a 2005.

É importante considerar que foi em 1993 que o Código de Ética do Serviço Social foi aprovado, despertando o interesse da categoria para estudos pertinentes à “ética”. A partir do Código e do acúmulo teórico existente no Serviço Social, em meados dos anos 1990 a categoria passa a aproximar suas discussões das questões pertinentes à dimensão técnico-operativa de maneira propositiva, reiterando a necessidade de consolidar no cotidiano de intervenção profissional os pressupostos anunciados desde o Movimento de Reconceituação. Essa aproximação ganha destaque nos fóruns de debates da categoria profissional, evidenciando novas preocupações que levaram à aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996. Momento marcante para o Serviço Social brasileiro, uma vez que a revisão curricular enfatizada pelas Diretrizes sinaliza para o fato de que não basta garantir aos Assistentes Sociais um discurso de vanguarda dentro de referenciais crítico-dialéticos, é imprescindível

atentar para a necessidade de expressar, no momento da intervenção, consistência, clareza e coerência teórica, ou seja, implica em transcender o discurso teoricista de modo a construir ações profissionais que sejam capazes de materializar o pensamento e o discurso profissional.

O material analisado inclui as publicações compreendidas no período assinalado e referem-se basicamente a livros, periódicos, coletâneas de textos, teses e dissertações. Destaca-se que não foram incluídos os anais de congressos, sobretudo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – porque envolvem publicações que, na sua maioria, não dão densidade à discussão aqui proposta. Destaca-se ainda que o estudo de Jesus (2005) contempla esse universo e traz análises substantivas acerca dos anais do CBAS sendo, por vezes, tomado aqui como referência.

O processo de pesquisa realizado encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado o marco de referência para o estudo das ações sócio-educativas, localizando na década de 1980 a produção teórica da profissão sobre essas ações, uma vez que se trata do período de estruturação dos valores ético-políticos presentes no debate que busca garantir a hegemonia do atual projeto profissional; apresenta-se também o contexto contemporâneo da intervenção profissional/ações sócio-educativas que coloca como imperativo o estabelecimento de uma discussão acerca da dimensão técnico-operativa de modo que as ações profissionais sejam problematizadas dentro das possibilidades de concretizarem as intenções, as orientações e o componente transformador nelas presentes;

No segundo capítulo são apresentados os significados conceituais das categorias Direitos e Cidadania, tendo em vista que se constituem em categorias centrais do projeto ético-político. Além disso, é importante demarcar claramente seus significados de modo a se aproximar com maior clareza dos conceitos que compõem a perspectiva paradigmática assumida pela profissão, considerando a polissemia que envolve essas categorias, ou seja, historicamente seus significados não implicam em consensos no debate teórico que fundamenta e justifica o Estado moderno;

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa, expondo o desenho metodológico e o percurso que orientaram a execução dessa pesquisa. Também neste capítulo, são apresentados os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, consistindo na análise explicativa das soluções a respeito das ações sócio-educativas;

O quarto capítulo constitui-se no momento de reflexão e de proposição de soluções baseadas no material de estudo que compôs a pesquisa. Nesse capítulo também são apresentadas as principais referências teóricas que têm contribuído para o aprofundamento de reflexões sobre a intervenção profissional/ações sócio-educativas; bem como apresenta um

ensaio acerca dos procedimentos que podem contribuir para a operacionalização da ação sócio-educativa.

Por fim, são realizadas algumas considerações e listadas as referências bibliográficas que compuseram esse estudo.

## 1. MARCO DE REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DAS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS

Para estudar a intervenção profissional dos Assistentes Sociais é necessário olhar para a história da profissão a fim de compreender como são apropriadas e traduzidas intelectual e praticamente as contradições engendradas na sociedade pelo conflito entre capital e trabalho. Esse olhar expõe os debates sobre o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 1999). Debates que envolveram a busca por uma orientação teórico-prática para a intervenção profissional dos Assistentes Sociais em uma perspectiva transformadora e crítica. Na contemporaneidade, esta perspectiva expressa o amadurecimento teórico da profissão obtido por meio dos estudos de caráter teórico-metodológico do pensamento crítico-dialético, culminando na década de 1990 na consolidação da hegemonia do projeto ético-político da profissão.

Nessa perspectiva, a profissão é entendida no contexto das relações sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural no qual os projetos profissionais são construídos. Isso implica entender e considerar que “as ações humanas sempre são orientadas por objetivos, metas e finalidades”, têm em sua base necessidades e interesses e referem-se sempre a um *projeto* que, por sua vez, “é uma antecipação ideal da *finalidade* que se quer alcançar empregando os *valores* que a legitimam e a eleição dos *meios* para alcançá-la” (NETTO, 2005, p. 272).

Desse modo, situado no processo de reprodução das relações sociais, o Serviço Social surge como um mecanismo institucional que contribuiu para a “criação de bases políticas” que legitimaram “o exercício do poder de classe” ao ser mobilizado pela burguesia para exercer controle e para difundir a ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Contribuiu ainda para criar “condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais previstos e regulamentados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho ‘educativo’ exercida” pelos Assistentes Sociais. A tendência predominante da ação profissional seria a de reforçar os mecanismos que subordinam a classe trabalhadora aos interesses da classe burguesa (IAMAMOTO, 1983, p. 94).

Nessa direção, pode-se apreender o sentido histórico atribuído à profissão que ao ser impregnada pelo projeto conservador burguês vai se constituir enquanto um mecanismo: de preservação do poder hegemônico da burguesia; de contenção e controle das lutas sociais;

de difusão do modo capitalista de pensar através de ações disciplinadoras no interior da classe trabalhadora (MARTINELLI, 1989). Assim, o que se espera historicamente<sup>2</sup> dos Assistentes Sociais é a sua “prontidão para a ação” de modo que devem estar sempre prontos para oferecer “respostas urgentes às questões permanentes”, conseqüentemente “a função social [da profissão] havia se transformado em mero apêndice da função econômica, em estratégia de domínio de classe” (MARTINELLI, 1989, pp 113-114).

Desse modo, o caráter educativo da intervenção profissional dos Assistentes Sociais pode ser revestido tanto por tendências conservadoras advindas do paradigma do “consenso/coerção”<sup>3</sup>, como por tendências pautadas no pensamento crítico-dialético orientadoras do atual projeto ético-político (IAMAMOTO, 1997). Assim, as mudanças engendradas pela ação de natureza educativa tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moralizar e adaptar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-político-cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e reivindicações dos sujeitos, contribuindo para novas formas de relações sociais, para a apreensão crítica dos valores ético-políticos, dos modos de pensar e agir que condicionam os sujeitos no capitalismo através da defesa dos direitos, da justiça, da liberdade, da autonomia e da democracia (YAZBEK, 1999; CARDOSO; MACIEL, 2000).

Pinto (1998) corrobora nesse sentido ao informar que, no contexto da intervenção profissional, a ação sócio-educativa tanto pode ter um sentido progressista quanto conservador, sendo que esse sentido lhe é conferido pela prática política dos sujeitos. Para Brandão (1982), a educação é capaz de conferir liberdade, podendo ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum como saber, como idéia, como crença àquilo que é comunitário (bem, trabalho ou vida); mas é capaz ainda de produzir opressão porque pode ser imposta por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. Dessa maneira,

---

<sup>2</sup> Destaca-se que inúmeros estudos reconhecem, no contexto histórico da intervenção profissional dos Assistentes Sociais, o caráter educativo da ação profissional e todos apontam, de alguma forma, para o conservadorismo ético que forjou a gênese da profissão. Desse modo, as particularidades do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil e seus rebatimentos em uma ação profissional moralizadora e adaptadora de cunho sócio-educativo são apresentados nos estudos de Iamamoto (1997; 1983), Pinto (1984), Padilha (1988), Guimarães (1990), Yazbek (1999), Cardoso e Maciel (2000), Maciel (2002), Barroco (2005) apenas para citar os mais significativos. Ressalta-se ainda que muitos outros autores abordam o caráter moralizador das ações profissionais dos Assistentes Sociais sem, no entanto, especificar seu caráter educativo.

<sup>3</sup> Consenso/coerção é entendido aqui conforme as reflexões de Iamamoto (1997), fazendo referência ao momento no qual o Serviço Social pautava-se em uma concepção funcionalista do homem e da sociedade.



todos os projetos que misturam educação e cultura com o povo e comunidade partem do pressuposto de que, mesmo respeitando os seus valores, é necessário transformá-los [...] Por isso, toda a educação que se dirige a ele (povo) não consegue ser mais do que um artifício mediador de mudanças sobre ele. Um artifício que, buscando mudar a lógica e o conteúdo do pensar, modifique uma cultura para que dentro e fora dela tudo se transforme também, ou justamente fique como está (BRANDÃO, 1985, p. 58).

Assim, tanto se educa no sentido da conservação e manutenção, como no sentido da mudança, no entanto, a educação sempre implicará na modificação de dado conhecimento e de certa conduta. Para Pinto (1984), a transformação empreendida pela “prática educativa” refere-se tanto a transformação do conteúdo da consciência, quanto à transformação da conduta relativa à transformação dos novos objetos apreendidos, assim o seu diferencial consiste tanto no objeto a ser transformado quanto na forma através da qual se adquire novos conhecimentos.

Esse sentido – de mudança e de adesão a novos valores – presente no caráter educativo de qualquer ação, também é destacado por Iamamoto (1983; 1997) ao abordar a intervenção profissional dos Assistentes Sociais. A autora informa que

embora os serviços sociais sejam o suporte material, e as entidades sejam a base organizacional que condiciona e viabiliza a atuação profissional, esta atuação dispõe de características peculiares. Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos; incide tanto sobre questões imediatas como sobre a visão de mundo dos clientes. O direcionamento dessa ação não é unívoco, embora na sua trajetória histórica, a profissão tenha se orientado predominantemente na perspectiva da integração à sociedade (IAMAMOTO, 1997, p. 103).

Portanto, a ação de natureza educativa é uma ação determinada, isto é, o sentido da mudança que lhe é intrínseco aparece condicionado e determinado tanto pela prática econômica, quanto pela prática política a ela associada (PINTO, 1998). Tal ação está diretamente condicionada pelos projetos de sociedade e pelos projetos profissionais a ela associada.

Esse debate assenta-se na apreensão da ação profissional “como forma sistematizada de intervenção, incide sobre a estrutura social no sentido de mantê-la e/ou transformá-la” (PADILHA, 1988, p. 81). Implica considerar a vinculação que existe entre: o conhecimento que orienta a ação; a realidade; e a forma na qual se dá a operacionalização dos pressupostos teórico-metodológico e ético-político que fundamentam a profissão.

De acordo com o exposto, a ação profissional tem sempre uma teoria que determina seus fins e que, conseqüentemente, delimita seus métodos que, por sua vez,

direciona a leitura da realidade e a escolha dos elementos técnico-operativos que a operacionaliza, sempre considerando os sujeitos envolvidos no processo de intervenção. Isso implica em optar por uma determinada concepção de realidade, firmando um posicionamento profissional coerente, em termos ético-políticos, com essa escolha. Nesse ínterim, destaca-se que a ação profissional de caráter educativo privilegiada por esse estudo está pautada pelo estabelecimento de novas relações entre profissionais e usuários, tendo como pressuposto um compromisso profissional com a classe trabalhadora na perspectiva da transformação social.

Ao marcar esse compromisso, reconhecem-se os valores assumidos ainda no Movimento de Reconceituação e consolidados pelo atual projeto ético-político. Desse modo, recorre-se aos autores de Serviço Social que estiveram envolvidos com o estudo da profissão nesse período, a fim de apreender os pressupostos balizadores do caráter educativo da ação profissional dos Assistentes Sociais que aparecem consolidados no atual projeto profissional, expondo a necessidade de ser qualificado o debate referente a materialização da hegemonia conquistada.

### **1.1. O debate histórico do caráter educativo da ação profissional**

Historicamente, o caráter educativo da ação profissional e o entendimento de que todo Assistente Social é um educador<sup>4</sup> tem correspondência ao momento em que as atenções do Estado brasileiro e latino-americano se voltam para a educação enquanto capacitação para o trabalho assalariado. Assim, foram multiplicadas experiências e publicações referentes a uma “educação popular”, em um sentido diferente daquele preconizado pelo autoritarismo de Estado (educar para o trabalho). Essas experiências surgem a partir de reflexões vindas da pedagogia cujos conteúdos implicavam em desenvolver uma metodologia didática para um aprendizado alternativo ao dos espaços escolarizados (PALMA, 1986). Assim, o profissional comprometido com as classes trabalhadoras deveria desenvolver uma pedagogia libertadora tal como definida por Paulo Freire, na qual a educação é entendida como a possibilidade de despertar a consciência crítica dos sujeitos, procurando desenvolver a conquista pela cidadania e desencadear o processo de transformação social (GUIMARÃES, 1990).

---

<sup>4</sup> Segundo Guimarães (1990), o profissional reconceituado que assume a característica de educador passa a analisar “a profissionalização do Serviço Social pela via da politização como um ato político inerente à comunidade profissional relacionado ao contexto sócio-político e partindo de uma prática mobilizadora da própria classe [profissional]” (p. 116).

Nesse contexto, a educação popular<sup>5</sup> é entendida enquanto um processo que se desenvolve no seio das “classes populares” enquanto forma de resistência à educação dominante empreendida pelo Estado, havendo uma associação direta com a “prática política”. Assim, mais que a troca de saberes, a educação popular visa um processo de produção de conhecimentos orientados à transformação (PINTO, 1984).

Esse movimento, que no Serviço Social foi denominado de Movimento de Reconceituação, engendrou a crítica à profissão através de basicamente dois aspectos: 1) aquele referente à dimensão política da prática profissional em termos da vinculação histórica da profissão com o Capitalismo e com os interesses da classe dominante; 2) aquele referente à inconsistência teórica da profissão em termos da perspectiva empirista, do caráter tecnicista e imediatista da intervenção profissional (CARVALHO, 1983).

Como consequência dessa crítica, houve uma ênfase na conscientização

como a alternativa básica para uma ação profissional transformadora expressando, assim, a perspectiva política de que a transformação social, a libertação do homem oprimido se faz a partir da formação da consciência crítica dos oprimidos. É a crença de que é tomando consciência de sua dominação que a classe dominada pode assumir de fato a luta pela sua libertação, pela transformação de sua realidade (CARVALHO, 1983, p. 264).

A intervenção profissional passa então a ser concebida essencialmente enquanto práxis e como tal busca transformar o social através da unidade entre teoria e prática. Leite (1982) informa que a teoria é o elemento que informa o objeto, a práxis possibilita sua compreensão e a dos instrumentos para transformá-lo. Assim, a práxis se efetiva no processo de intervenção através do qual o Assistente Social intervém juntamente com outros sujeitos no desempenho da prática social que, por sua vez, consiste na atividade humana material que busca pela modificação do homem e da sociedade. Nessa perspectiva, a realidade é apreendida a partir da história e da totalidade, na qual a intervenção profissional dos Assistentes Sociais “deve ser ideológica e, sendo interpretada como um sistema de idéias, expressa uma posição de classe” (LEITE, 1982, p. 103).

A partir dessas apreensões, houve uma mudança de enfoque: os Assistentes Sociais deixaram de ser meros solucionadores de problemas e passaram a se envolver com um processo de educação enquanto “educador social”. É essa característica (educador social) vai

---

<sup>5</sup> Educação popular significa, para Castillo (1986), o desenvolvimento e a identidade cultural e de classe, definição de um projeto social alternativo de raiz popular, apropriação dos avanços científicos e tecnológicos, e intervenção criativa no aparato produtivo. Nesse sentido, a educação popular deve ser pensada a partir da perspectiva, da situação e dos interesses do povo.

condicionar aquelas tradicionalmente constitutivas da profissão, ou seja, “o Assistente Social é um solucionador de problemas, mas que enfrenta essa tarefa de modo tal que exercita a educação social; a administração de serviços sociais é a base material sobre a qual desenvolve o processo educativo. Por isso mesmo [...] não é simplesmente um ‘educador’ – é mais” (PALMA, 1986, p. 129). Isso indica o surgimento de um novo papel profissional cuja ênfase recai na intervenção profissional junto aos movimentos sociais.

Tal posicionamento remete, segundo Carvalho (1983), a uma primeira fase do Movimento de Reconceitualização, na qual se identifica a ação profissional com ação político-partidária, onde o Estado é percebido apenas como instrumento da classe dominante. Nessa fase, a profissão procurou desenvolver novas ações junto à classe trabalhadora, no sentido de efetivar o processo de conscientização e organização dessa classe, buscando criar as condições subjetivas para a transformação da sociedade. Nesse processo, os Assistentes Sociais são entendidos como a vanguarda dirigente no estabelecimento da transformação. Tal processo não considerou as condições objetivas da intervenção profissional, pois compreensão que se tinha do processo de transformação remetia unicamente para a adesão dos sujeitos à determinada opção político-ideológica. Carvalho (1983) destaca as formulações dos autores Lima (1974) e Faleiros (1972) como exemplos representativos dessa fase.

Segundo Barroco (2005, p. 144), foi no contexto de militância político-partidária que a “ética emerge como elemento motivador da opção política pelas lutas populares”. Essa opção esteve vinculada, portanto, à educação e ao compromisso com a classe trabalhadora, expressando a busca por uma nova identidade profissional calcada no engajamento político e em uma “ação educativa” voltada para a “libertação dos oprimidos”<sup>6</sup>.

No entanto, a partir da metade da década de 1970 houve uma redefinição da proposta do Serviço Social no processo político da “práxis transformadora”. Foi um período marcado pela discussão crítica das condições objetivas do exercício profissional, sobretudo a partir da preocupação em estabelecer ações aliadas aos interesses da classe trabalhadora, partindo da compreensão de Estado ampliado e de “trabalho institucional crítico”. Nesse período, a “função” do Serviço Social no processo de transformação da sociedade passa a ser vista como uma “função mediatizada”, no sentido de que o profissional, aproveitando a correlação de forças, pode desenvolver ações profissionais coerentes e capazes de contribuir nas lutas e movimentos da classe trabalhadora. A ênfase conferida à ação profissional desse período recai na organização política da classe trabalhadora como principal aspecto da “práxis

---

<sup>6</sup> É um momento no qual houve uma forte influência da Teoria da Libertação que, segundo Barroco (2005), possibilitou aos profissionais compreender as determinações de classe, a serem solidários com o “pobre” no sentido de concebê-lo como sujeito de sua própria libertação. De acordo com a autora, nessa teoria, a educação moral é uma das principais frentes de formação política.

transformadora”, nela a conscientização e a participação constituem-se em processos específicos essencialmente vinculados à organização política em escala global de luta (CARVALHO, 1983). Os estudos de Faleiros (1981) são referenciados por Carvalho (1983) como exemplos desse debate.

Dessa forma, o Serviço Social passa a ter, a partir da década de 1980, na organização popular sua principal pauta de intervenção, o que implicou na definição de “estratégias de ação no sentido de estimular e fortalecer o processo básico de organização política dos dominados no âmbito do trabalho institucional e da própria prática organizativa da categoria dos trabalhadores sociais” (CARVALHO, 1983, p. 271). Foi quando resgatou-se o caráter educativo da ação profissional, referenciando-o aos estudos de Gramsci, isto é, a ação profissional de caráter educativo passa a ser pensada nos “moldes do intelectual gramsciano” (BARROCO, 2005, p. 170). A “função ídeo-política” da ação profissional é reafirmada, bem como é recolocada a possibilidade dessa ação contribuir para a construção de uma nova hegemonia. Assim, enquanto intelectuais orgânicos, os Assistentes Sociais “encontram sua identidade profissional na função de educador e organizador das classes subalternas, no processo de construção de uma nova hegemonia” (p. 171). Nesse sentido, a profissão passa a apreender as contradições sociais através da apropriação dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, de ideologia dominante e contra-ideologia<sup>7</sup>.

No bojo dessas considerações, que se firma a idéia de que o Assistente Social é um intelectual que, ao estar no interior do processo de organização política da classe trabalhadora, estimula e apóia seus interesses e reivindicações. A partir de referenciais gramscianos, Carvalho (1983) afirma que “o nível de organicidade dessa função intelectual se define a partir das exigências da luta dos dominados numa dada realidade num momento histórico específico e das possibilidades efetivas e reais de exercício da ação profissional numa determinada correlação de forças” (p. 274). Isso reflete o amadurecimento intelectual da profissão através da superação dos “equivocos do marxismo vulgar, nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional; entre elas, a ideologização do marxismo e do determinismo explicitado no volutarismo ético-político e no economicismo [...]” (BARROCO, 2005, p. 169),.

Esse momento de redefinição crítica do Serviço Social corresponde ao segundo momento, no qual Carvalho (1983) considera que a profissão delimitou a sua “função” no processo de transformação da sociedade, no sentido de que o profissional passou a “contribuir

---

<sup>7</sup> Para maior aprofundamento do debate acerca dos referenciais gramscianos e o Serviço Social consultar a obra de Simionatto (2004) **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social**.

com os movimentos da classe trabalhadora, aproveitando a correlação de forças institucionais” (p. 262).

O estudo de Palma (1986, p. 163-164) encontra correspondência nessas reflexões quando trata criticamente a ação política da profissão, informando que em si mesmo o Serviço Social não tem nenhum potencial político no sentido de ser o principal responsável pela transformação. Ao analisar a “prática política” dos Assistentes Sociais junto à “base popular”, o autor informa que o constituinte político da ação desses profissionais pode ser “inibidora ou estimuladora do potencial político” da classe trabalhadora, significa dizer que existe uma continuidade entre o exercício profissional e a tarefa dos partidos e das instituições, mas essas atividades não se confundem necessariamente. Desse modo, considera que

a presença do assistente social no setor popular não resulta de uma boa vontade para ajudar; ele não está ali, basicamente, para acompanhar metodicamente os grupos populares onde quer que eles vão. O Serviço Social está ali como o representante de uma instituição, diante de uma situação concreta e problemática (saúde, moradia, serviços), a instituição, através do profissional, tem o direito e o dever de estar ali; seu interlocutor é a comunidade, enquanto realidade tensionada pela situação-problema (PALMA, 1986, p.167).

Para o autor, os Assistentes Sociais são “intrinsecamente educadores sociais” onde “influir e orientar a consciência popular é um componente da identidade profissional do Serviço Social”. Ressalta, com isso, que a “educação social própria do Serviço Social” implica naquela que a profissão implementa (ou deveria implementar) e que estaria, de acordo com cada caso, articulada dialeticamente com a “prática” que os usuários realizam diante de uma “situação-problema”. Assim, informa que a intervenção profissional não contém uma proposta explícita orientada aos problemas societários, uma vez que incide diretamente em uma situação imediata, “uma carência ou uma necessidade que afeta, normalmente, aquilo que concerne a um grupo ou a um indivíduo” (PALMA, 1986, p. 63). Apesar disso, reconhece que toda ação realizada sobre dado problema cotidiano está aberta e inclinada para certas propostas societárias e fechada para outras. Por fim, informa que o compromisso com o popular pode ficar restrito ao “nível imediato das necessidades básicas, ou pode transitar para um amplo leque de alternativas partidárias”, desse modo o Assistente Social seria o impulsionador da base na direção da organização partidária, da militância política e nesse ponto Palma (1986, p. 63) se aproxima da análise feita por Lima (1974).

De acordo com Palma (1986), o Assistente Social articula em uma mesma ação duas dimensões: 1) enfrenta, com recursos e capacidade técnica, a solução de problemas sociais; 2) articula dialeticamente a atividade material e a “educação social” dos setores

envolvidos. O autor considera que a Reconceituação do exercício profissional “não conseguiu realmente orientar a profissão” porque fixou apenas como objetivos, para o conjunto da prática, aqueles relacionados à dimensão de “educação social”, ou seja, a conscientização e a organização.

Nesses termos, identifica-se a ênfase conferida pelo debate histórico acerca da intervenção profissional dos Assistentes Sociais à necessidade do profissional ter e explicitar sua escolha por uma opção e por um compromisso político e de classe. Assim, reconhece-se a necessidade de explicar as situações dos sujeitos a partir das determinações da classe social a qual pertence. A noção de compromisso assumida pelo Serviço Social assentou-se no coletivo enquanto categoria-chave do seu pensamento e da sua ação.

Assim, a ação profissional de natureza educativa objetivaria: em um primeiro momento a transformação dos conteúdos da consciência, no qual se modifica a compreensão da realidade social de modo a compreender a sociedade capitalista enquanto totalidade histórica e determinada pela contradição entre capital e trabalho, explicitando os interesses da classe trabalhadora em seu conjunto; em um segundo momento a modificação da conduta do sujeito através da ação, o que contribuiria para a formação de uma conduta coletiva enquanto ação organizada em torno dos interesses da classe trabalhadora, envolvendo a superação de interesses particularistas e individualistas (PINTO, 1984).

Ao estudar o compromisso profissional Reconceituado na relação com os usuários, Padilha (1988) considera que as ações profissionais dos Assistentes Sociais que privilegiam um compromisso efetivo com a classe trabalhadora implicam nas ações que procuram “contribuir para fortalecer o poder de pressão da clientela, possibilitando mudanças nas relações de poder na instituição e nas relações da sociedade, através do apoio à organização dos grupos populares” (p. 66). Segundo a autora, o Serviço Social é definido enquanto uma “prática social” (visando à modificação do conteúdo de conhecimento da realidade e a conduta no sentido de levar a transformação) e é também uma “prática política” (voltada para a transformação das relações de poder e de domínio).

Para Padilha (1988) a coerência da ação profissional está diretamente relacionada com a concepção de homem/mundo assumida pela profissão em dado momento histórico e que vai fundamentar sua intervenção profissional. Na análise apresentada pela autora consta que, apesar dos avanços críticos do Movimento de Reconceituação, a concepção cristã e idealista de pessoa humana ainda prevalece entre os Assistentes Sociais, bem como a concepção que apresenta de sociedade igualitária não considera os conflitos que caracterizam as relações sociais. A autora informa ainda que os profissionais consideram a instituição onde trabalham como controladora, mesmo assim identificam pontos positivos

destacando a ajuda e o apoio prestados aos usuários, admitindo com isso, segundo Padilha (1988), a adequação dos objetivos da ação profissional aos interesses institucionais, ao passo que reconhecem sua intervenção como de cunho educativo. Nesse contexto, a autora identifica três conotações para a definição do Serviço Social enquanto “ação educativa”, a saber:

a) como uma prática voltada para mobilizar a capacidade do cliente no sentido de ajuda-lo a enfrentar os problemas, o seu comportamento, tendo em vista o ajustamento social; b) como prática profissional empenhada em promover, capacitar o cliente para que se auto-realize [...] auto-realização [que] consiste na ativação de potencialidades inatas ao indivíduo, dando a entender que a negação dessas potencialidades leva à alienação; c) uma terceira proposta [...] sobressai a ação/reflexão como movimento da realidade social [...] a ênfase é conferida à transformação social, ficando bem claro que o cliente é sujeito desse processo de transformação [...] implica uma visão de totalidade, considerando o cliente situado num contexto social [...] as relações que ele estabelece são relações de classe baseadas nas relações de produção (PADILHA, 1988, pp. 91-99).

Segundo a autora, nas duas primeiras conotações prevalecem como princípios: a afirmação da neutralidade como característica da ação profissional; a conciliação entre capital e trabalho; a valorização integral do homem; a relação pedagógica com o trabalhador. Assim, não importa se o usuário tem autonomia para questionar e decidir, o Assistente Social é portavoz da sua promoção<sup>8</sup> e do seu bem-estar, sendo que está muito mais atento à política da empresa e às dificuldades que o impende de cumprir com os objetivos traçados para a ação. Na terceira conotação a concepção que perpassa os profissionais implica no reconhecimento da sociedade de classes, na qual as desigualdades sociais determinam os problemas apresentados pelos usuários. Nessa concepção, acopla-se à ação uma conotação democrática a medida em que se reconhecem as condições concretas que envolvem os usuários e as maneiras deles entenderem a vida e o mundo como ponto de partida para a intervenção profissional. Conseqüentemente, essa concepção demonstra uma inversão de perspectiva: o profissional passa a entender a maneira de pensar e agir dos usuários de modo a potencializar sua organização nos movimentos que lutam e que representam seus interesses (PADILHA, 1988).

---

<sup>8</sup> O caráter promocional da profissão, que Padilha (1988) trata na segunda conotação apresentada, é fruto da ideologia do desenvolvimento que adentra o Serviço Social a partir de 1964 com a “revolução” que forçou a modernização e a tecnificação da profissão, momento no qual o discurso de ajustamento é revestido pelo conceito de promoção: “para que o cliente se ajuste à realidade institucional não se deve impor normas, mas ensiná-los, induzi-los a aceitar ‘livremente’ essas normas” (p. 95).



De acordo com Padilha (1988) – apesar do estudo empreendido ter envolvido profissionais que “constituíam o pólo avançado da categoria” porque demonstravam preocupações quanto a pensar e agir de forma a ampliar Direitos – ainda prevalece uma “ação educativa” que se traduz em uma ação ideológica normativa voltada para o modo de vida da “clientela”, cujo objetivo consiste na internalização de normas de comportamento sem questionar a estrutura de classes. Aliado a isso está o fato desses Assistentes Sociais – que desenvolvem esse tipo de ação normativa – não demonstrarem clareza teórica, isto é, a ação desenvolvida nem sempre é coerente com a concepção de homem/mundo que por ele é referida. Para a autora “o marco teórico é manipulado, muitas vezes, de modo a sugerir a coexistência de duas concepções: uma assumida teoricamente e outra manifestada na prática” (p.92).

Diante dessas considerações fica evidente que a “ação educativa” desenvolvida pelo Serviço Social está associada a concepções diferentes no referente ao sujeito da ação, à explicação das relações sociais e à mediação com as instituições. Recoloca-se a dicotomia, na qual o significado político da ação tanto pode comprometer-se efetivamente com os interesses da classe trabalhadora, quanto pode revestir-se de autoritarismo, restringindo-se ao discurso de compromisso com a classe trabalhadora (PADILHA, 1988).

A partir do exposto, pode-se apreender que o compromisso com a classe trabalhadora supõe a unidade conhecimento/ação que, por sua vez, implica em uma dada concepção de homem/mundo e em uma clareza da finalidade que se pretende alcançar. Assim, de acordo com Carvalho (1983, Palma (1986) e Padilha (1988), o compromisso cunhado desde o Movimento de Reconceituação pelo Serviço Social implica em um ato coletivo que, para Padilha (1988, p. 149) “é uma conseqüência do seu compromisso com a realidade social enquanto ser social que adquire uma consciência crítica dessa realidade e participa da luta pela sua transformação”. Tal compromisso, para aqueles autores, se efetiva na ação política expressa como consciência atuante. Desse modo, o caráter educativo/ideológico da ação profissional se constrói como ação/reflexão sobre a realidade.

Nesse resgate histórico, também pode ser identificada uma preocupação com a forma de desenvolvimento da ação de natureza educativa, na qual tanto os objetivos quanto os modos de encaminhamentos e as atividades tem o mesmo grau de importância. A “convicção sobre a importância dos modos de encaminhamento e atividade, sobretudo a importância da coerência entre objetivos, métodos e atividades” leva Pinto (1984, pp. 141-144) a propor<sup>9</sup> “algumas reversões” que pré-figuram uma proposta de transformação social:

---

<sup>9</sup> É importante atentar para o fato de que essas proposições ainda estão intimamente relacionadas à idéia de Educação Popular.

- 1) o saber técnico deverá ser dissociado do saber dominante para que não submeta o saber popular;
- 2) a relação entre saber popular e saber técnico não pode ser de *transmissão* de saber, mas de relação dialogada, horizontal, bidirecional, participativa, ou seja, a transformação se dá em conjunto entre os dois saberes a medida que se busca transformar a realidade;
- 3) o conteúdo educativo não pode ser determinado pelos técnicos, a relação acontecerá como *processo de produção de conhecimentos* no qual o saber popular se transforma com os instrumentos do saber técnico, sendo que o controle desse processo sempre estará com a classe trabalhadora;
- 4) o *elemento de unificação* entre o saber técnico e o popular consiste na *realidade social*, entendida como objeto de transformação;
- 5) destaca-se o *caráter político* desse processo educativo, a partir da consciência da conotação política da sua ação os técnicos assumem-na como compromisso de mudança da sociedade em prol da classe trabalhadora;
- 6) o processo educativo terá uma *concepção totalizadora da sociedade*, exigindo uma análise dialética da economia política da sociedade concreta na qual se realiza a ação;
- 7) o processo educativo implica tanto na transformação do saber (técnico e popular), quanto na transformação dos sujeitos do processo (técnicos e grupos populares);
- 8) os técnicos terão de assumir certa *competência técnica*, ultrapassando a boa vontade. Essa competência está relacionada tanto aos aspectos técnicos quanto à habilidade de manejo das categorias teóricas de análise, como também relacionada ao conhecimento/compreensão das estruturas e processos econômicos e políticos da sociedade concreta onde se realiza a ação (PINTO, 1984).

De acordo com Pinto (1984, p. 144) essas características podem servir como “modelo de orientação de práticas (individuais ou grupais)”. Para o autor reside aí o conceito de metodologia, ou seja, concebe-a como “objetivos, ou conjunto de objetivos que orientam uma prática, que constituem essa prática através da determinação que exercem sobre os modos de encaminhamento e a escolha das atividades” (p. 144). Desse modo, o processo educativo calcado na educação popular sempre vai requerer: *uma ação coletiva; a*

*investigação da realidade; a modificação da consciência; a transformação da realidade; o controle pelos sujeitos do seu próprio desenvolvimento.*

Dessa forma, o Serviço Social preocupa-se em levar o “homem a pensar sua ‘circunstância’, provocando o diálogo com a mesma”, sendo que o “homem” enquanto sujeito histórico é quem fornece os elementos para a “análise e esclarecimento de si próprio em relação a sua situação” (LEITE, 1982, p. 105). Assim, a ação humana consciente e reflexiva está assentada em pressupostos teóricos e ideológicos que revelam *um homem histórico; determinados fundamentos teóricos; e a relação entre pensamento e ação.*

No bojo dessas considerações, observa-se que o caráter educativo da ação profissional é reconhecido e valorizado como ação privilegiada no contexto do Serviço Social, uma vez que está inscrita no campo político-ideológico, configurando-se historicamente como um mecanismo utilizado no repasse de bens e serviços assistenciais direcionados à reprodução material e subjetiva da classe trabalhadora. Palma (1986, p. 165) considera que o componente educativo sempre esteve presente na ação profissional dos Assistentes Sociais, embora nem sempre tenha explicitado um “influxo pedagógico”, para o autor nem São Vicente de Paula, nem Mary Richmond e tampouco as damas de sociedade tinham apenas “beneficência material” para com os pobres, todos de alguma forma estavam envolvidos também com a divulgação de “comportamentos familiares mais adequados”. Assim, Palma (1986, p. 165) afirma que o elemento material e o “componente espiritual sempre vão unidos na prática do Serviço Social”.

Assim, a “ação de cunho sócio-educativo” refere-se a uma ação ampla junto aos sujeitos e que está inscrita na “dimensão social da profissão, incidindo no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura e produzindo efeitos reais na (re)produção da vida” dos sujeitos apesar dos seus “resultados nem sempre se corporificarem como coisas materiais” (IAMAMOTO, 1999, p. 67). Portanto, os Assistentes Sociais também trabalham no aspecto do ideal/simbólico, isto é, com as representações sociais referentes aos serviços sociais, transformando essas representações sociais para que os sujeitos passem a agir diferentemente no mundo (PINTO, 1998).

A partir do debate apresentado, apreende-se que a produção teórica da profissão sobre o caráter educativo das ações profissionais dos Assistentes Sociais está fortemente conectada com o período histórico que marca a década de 1980. Período este caracterizado pela efervescência política da sociedade civil, que avança em direção a conquista dos Direitos e ampliação da Cidadania na esfera pública através da construção e da consolidação de diversos movimentos sociais cujas bandeiras de lutas se unificaram em prol da redemocratização do país a partir da metade dos anos 1980. Foi o momento no qual ocorreu o

reconhecimento de que a “prática política” construída desde a Reconceituação levou aquilo que Barroco (2005, p. 177) define como “uma ética de ruptura”.

Foi nessa conjuntura, marcada pela trajetória de lutas populares até a elaboração da Constituição Federal de 1988, que o Serviço Social se identificou com a classe trabalhadora, privilegiou os movimentos sociais no desenvolvimento de suas ações profissionais e consolidou as bases de uma “intenção de ruptura” (NETTO, 1996). A partir desse cenário que a profissão procurou elaborar uma “direção social estratégica”. Período conhecido como de Renovação do Serviço Social e que esteve marcado pelo amadurecimento intelectual e profissional dos Assistentes Sociais, significando a inserção do coletivo profissional nas lutas sociais pela democracia que caracterizou o cenário sócio-político brasileiro e o acirramento do debate sobre duas questões fundamentais: 1) maior rigor no trato dos referenciais teórico-metodológicos da profissão, envolvendo tanto à crítica ao conservadorismo<sup>10</sup>, quanto ao marxismo vulgar<sup>11</sup> tal como foi incorporado pelo Movimento de Reconceituação; 2) apreensão da historicidade do Serviço Social que permitiu tanto a reconstrução do passado, como também a compreensão dos determinantes e dos efeitos da intervenção profissional na sociedade atual (IAMAMOTO, 2005). Nesse contexto, que a profissão começa a perceber a necessidade de expressar nas ações profissionais as conquistas teóricas realizadas pela profissão.

O Código de Ética de 1993 é parte desse processo de renovação profissional e inaugura uma “nova ética profissional” que busca, por sua vez, o desenvolvimento das capacidades e objetiva a sociabilidade, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico (BARROCO, 2005). Desse modo, a categoria profissional consolida um compromisso deslocado da situação real, tendo em vista que a partir da década de 1990 com a opção política do Estado brasileiro pelo projeto neoliberal, abalando as condições concretas para a realização do projeto profissional do Serviço Social. Desde então, o debate que passou a ocupar a categoria profissional voltou-se para o fortalecimento da luta pela realização na sociedade brasileira do Estado de Direitos. Nesse sentido, o Serviço Social<sup>12</sup> reconhece a

---

<sup>10</sup> O Conservadorismo consiste em uma formação profissional a partir do projeto social da Igreja Católica e do pensamento positivista/funcionalista. Ideologicamente significa explicar e justificar a sociedade capitalista, defendendo a ordem e a autoridade, bem como a idéia de uma ordem social naturalmente harmônica onde os conflitos e contradições são tratados moral e individualmente, tendo como parâmetros as normas dadas pela educação fundada em princípios e valores tradicionais (BARROCO, 2005).

<sup>11</sup> Refere-se a um universo teórico radicalmente eclético onde Marx está ausente e a um marxismo orientado por uma visão factual e evolucionista da história (BARROCO, 2005; IAMAMOTO, 2005; NETTO, 2005a).

<sup>12</sup> É importante lembrar que é um momento no qual várias profissões iniciam um debate/uma revisão crítica sobre o significado ético-político de suas ações, o Movimento de Reforma Sanitária na área da saúde pode ser citado como exemplo.

importância de buscar operacionalizar as conquistas teóricas e de concretizar, através das ações profissionais, o compromisso com a classe trabalhadora e com os princípios democráticos.

Portanto, no ítem que segue procura-se apreender esse processo de Renovação que consolidou a hegemonia do atual projeto ético-político do Serviço Social e o seu reatamento nas ações profissionais.

## **1.2. O projeto ético-político como determinante no debate da ação profissional de caráter educativo**

Considerar que a ação profissional sistematiza no processo da sua operacionalização a vinculação entre a realidade e os pressupostos teórico-metodológico e ético-político, implica compreender determinada profissão como “*cópus* teórico e prático que, condensando projetos sociais [...] articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais” (NETTO, 1996, p. 89). Implica ainda reconhecer que as mudanças no interior de uma profissão derivam da relação que esta estabelece com as transformações presentes na sociedade e que incidem “na divisão sócio-técnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão” (NETTO, 1996, p. 89).

Para tanto, torna-se imprescindível entender a importância dos projetos profissionais para as profissões, pois são eles que apresentam os valores que: legitimam socialmente uma profissão; delimitam e priorizam os seus objetivos e funções; formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício; prescrevem normas para o comportamento dos profissionais estabelecendo os determinantes da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais públicas e privadas (NETTO, 2005). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a categoria profissional – que inclui tanto os profissionais de campo quanto o conjunto de entidades que organizam a categoria profissional, às instituições de ensino e os pesquisadores. Os projetos profissionais são de caráter coletivo porque contam com uma organização legal, ética e política (BARROCO, 2005; NETTO, 2005).

Nesse sentido, os projetos profissionais contêm uma dimensão política<sup>13</sup> que se expressa tanto em sentido amplo (quando esses projetos se relacionam com os projetos societários<sup>14</sup>), quanto em sentido restrito (quando se refere às perspectivas particulares da profissão). Tais projetos constituem-se em estruturas dinâmicas porque respondem

às mudanças no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão, e às mudanças na composição social do coletivo. Frente a isso, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (NETTO, 2005, p. 275)

Desse modo, os projetos profissionais são mais ou menos compatíveis com projetos sociais determinados e expressam, no interior de cada profissão, uma diferenciação ídeo-política que também está presente na sociedade (NETTO, 1996). Assim, mudanças conjunturais imprimem limites e possibilidades aos projetos profissionais, no sentido de que nem sempre eles estão em sintonia com o projeto societário vigente.

Em relação ao Serviço Social, Barroco (2005) informa que o projeto profissional esteve marcado pelo conservadorismo ético até a década de 1960 quando, com o Movimento de Reconceituação<sup>15</sup>, foram abertas possibilidades de expressão de outros projetos profissionais, tanto projetos que rearticularam a ética conservadora, quanto projetos que se contrapuseram a ela ao assumir os interesses das classes trabalhadoras.

De acordo com o apreendido anteriormente, nos primeiros momentos do Movimento de Reconceituação a tendência das formulações do Serviço Social consistiu na identificação da ação profissional com a ação político-militante, o que conferiu aos Assistentes Sociais um papel de “vanguarda dirigente do processo de libertação dos oprimidos” (BARROCO, 2005). Foi um período marcado pela negação da ação profissional no contexto institucional, uma vez que as instituições (públicas ou privadas) eram tomadas como “veículos reprodutores do sistema” que concretizavam apenas os interesses das classes

---

<sup>13</sup> Essa dimensão envolve relações de poder, mas que não estão diretamente relacionada ao posicionamento partidário que o indivíduo possa tomar (BARROCO, 2005; IAMAMOTO, 1999; NETTO, 2005).

<sup>14</sup> Para Netto (2005, pp. 272-273) trata-se de um tipo específico de projeto coletivo, seu traço peculiar reside no fato de se “constituir em projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade”, apresentam, portanto, “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para sua justificação e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”.

<sup>15</sup> Identificado como um “despertar crítico de alguns Assistentes Sociais que procuravam refletir sua prática” e apresentou como componentes básicos: a crítica quase sempre radical às bases teórico-metodológicas positivistas e funcionalistas; e o esforço para a construção de um marco teórico-prático do Serviço Social em resposta à realidade Latino-Americana e à luz de um posicionamento ideológico (COSTA, 1979; JUNQUEIRA, 1980; SETUBAL, 1983; YAZBEK, 1999).

dominantes, não correspondendo ao exercício profissional pretendido que deveria estar comprometido organicamente com a classe trabalhadora e com a transformação da realidade.

Assim, a “nova ética profissional” do Serviço Social teve sua origem atrelada à participação política nas décadas de 1960 e 1970 que, segundo Barroco (2005, p. 143), esteve expressa em um “ethos militante” que subordinava a ética à opção política. Para a autora, esse período marca a primeira etapa de construção de um projeto profissional de ruptura que adentrou a década de 1980 e o início da década de 1990, períodos que marcaram a segunda etapa, na qual a profissão consolidou a hegemonia de um projeto profissional de cunho ético-político em um cenário de lutas pelo reconhecimento, pela garantia e pela efetivação dos Direitos em sua totalidade .

Consiste em um período no qual a profissão estabeleceu novos objetivos, direcionando-se para o estabelecimento de novas formas de relação no encaminhamento das questões que envolvem a profissão. É o período em que se recupera a importância da intervenção direta com os usuários, reconhecendo esse espaço como sendo um espaço irrenunciável para o trabalho do Serviço Social, mesmo quando se objetiva coletivamente a transformação.

Nesse sentido, os projetos profissionais correspondem, segundo Iamamoto (1999), a uma articulação entre: a dimensão macro-societária – reconhecimento do terreno sócio-histórico sobre o qual a profissão se movimenta considerando seus limites e possibilidades – e; a dimensão profissional – as respostas técnico-profissionais dos Assistentes Sociais que informam como estão sendo apropriadas e redefinidas, pela categoria profissional, a realidade e as imposições macro-societárias. Nesses termos, “a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político” comprometido com a cidadania, pois prima pela defesa dos Direitos na sua totalidade, pela sua ampliação legal e pela sua consolidação material onde os indivíduos passam a ser “reconhecidos como sujeitos de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas” (IAMAMOTO, 1999, pp. 20 – 78).

O debate que envolveu a profissão no início da década de 1990 esteve marcado pelo paradoxo no qual a sociedade brasileira imergiu: de um lado a presença de uma onda democrática que, após a Constituição de 1988, permitiu a inscrição de várias reivindicações na agenda pública nacional, sobretudo nos campos da seguridade social e da participação política (inclusive na proposição e no controle das políticas públicas no interior dos aparatos

estatais); por outro lado a conquista da hegemonia pelo pensamento e pelas políticas neoliberais no interior do Estado brasileiro após as eleições de 1989, consolidando a interferência internacional na política econômica, reforçando os interesses particularistas da elite conservadora, reduzindo os gastos públicos, sobretudo em políticas sociais, dificultando a construção de dispositivos democráticos capazes de concretizar os princípios democráticos firmados constitucionalmente etc (COUTO, 2004; NETTO, 1996). É nesse contexto que o Serviço Social recoloca o debate sobre os valores e a ética, sendo que com a aprovação do Código de Ética em 1993, a profissão conquistou no interior da categoria profissional a hegemonia do projeto ético-político<sup>16</sup>.

Orientado para a transformação, para a defesa intransigente dos direitos humanos e para uma conduta radicalmente democrática, o Código sustenta que a ética “deve ter como suporte uma ontologia social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora e tipificada no processo de trabalho” (CFESS, 1997, p. 15). Ao considerar o trabalho como categoria central na (re)produção da vida social, revela a base objetiva de constituição das ações profissionais que, para Barroco (2005, p. 201), implicam em

capacidades que, a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano genérico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania.

Portanto, os elementos éticos de um projeto profissional envolvem também “as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais”, sendo que sua denominação como projeto ético-político informa que “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (NETTO, 2005, p. 280).

No Código de Ética, a competência ético-política dos Assistentes Sociais está determinada pelos valores de *liberdade* e de *justiça social* articulados à *democracia* que, por sua vez, é apreendida como “o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade” (CFESS, 1997, p.15). Através dele reafirma-se a conexão entre projeto profissional e projeto de sociedade, uma vez que o Código apresenta uma projeção ideal orientada para a construção de uma sociedade que

---

<sup>16</sup> Barroco (2005a) considera que é a partir das discussões nacionais que levaram a aprovação do novo Código que a ética passou a ser reconhecida explicitamente como componente fundamental do projeto profissional. A ética é compreendida, pela autora, como “reflexão teórica e como ação livre orientada ao humano genérico” (p. 231).



“propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1997, p. 16).

O projeto ético-político constitui-se, portanto, em um *processo* que se apresenta em contínuo movimento capaz de incorporar novas questões, assimilar problemas diversos e enfrentar os desafios. A *liberdade* como seu valor central implica em concebê-la historicamente como “possibilidade de escolher entre alternativas concretas” (NETTO, 2005, p. 289). Dessa forma, toma corpo o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena realização dos sujeitos, sendo que a dimensão política desse projeto é explicitada quando

ele se posiciona em favor da *equidade*, e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da *cidadania* são postas explicitamente como condição para a *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*. Em decorrência o projeto se reclama radicalmente *democrático* – vista a democratização enquanto *socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida* (NETTO, 2005, p. 290).

Segundo o autor, a partir dessas escolhas o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que se propõe construir uma nova sociedade, sem qualquer tipo de dominação e/ou exploração. Dessa forma, Barroco (2005a) destaca que os limites e as possibilidades da ética profissional também são condicionados pelos deveres profissionais, tendo em vista que esses deveres não se esgotam no caráter legal do Código de Ética porque supõem as escolhas feitas pelo profissional que, por sua vez, tem autonomia frente às opções e responsabilidade quanto as conseqüências das suas escolhas.

A conquista da hegemonia do projeto ético-político no interior da categoria profissional na década de 1990 expressa que “a vontade político-organizativa das vanguardas profissionais soube articular numa definida direção social estratégica” (NETTO, 2005, p. 291). Isso decorre, da confluência de essencialmente dois fatores: o primeiro consistiu no crescente envolvimento dos segmentos da categoria nos fóruns de debates, nos espaços de discussão, nos eventos profissionais, bem como na sua multiplicação e descentralização; o segundo consistiu na sintonia que o projeto profissional estabeleceu com o “crescente movimento democrático e popular que tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988” (NETTO, 2005, p. 292).

Tal hegemonia resulta de um processo histórico de requalificação do trabalho profissional iniciado com o Movimento de Reconceituação e consolidado no final da década de 1980, momento no qual as condições conjunturais favoráveis – decorrentes das conquistas de direitos que acompanharam a redemocratização do país – permitiram aos Assistentes Sociais intervir com diferentes segmentos (crianças, adolescentes, mulheres, idosos etc.) porque houve respaldo jurídico-legal dos Direitos (NETTO, 2005).

Através da vinculação ao movimento social dos trabalhadores, houve a consolidação pela categoria profissional do *pluralismo político* porque, através da participação em prol da democracia, houve um rompimento com os ideais conservadores, conseqüentemente houve o reconhecimento do *pluralismo teórico* quando – ao evidenciar o acúmulo de concepções teórico-metodológicas construído pelos Assistentes Sociais e conectado com o projeto societário da classe trabalhadora – a medida que o quase monopólio do conservadorismo teórico-metodológico foi sendo superado no interior da profissão (NETTO, 2005).

O reconhecimento e a valorização do *pluralismo*<sup>17</sup> no interior da categoria profissional implica na aceitação da legitimidade da disputa ídeo-política, entre projetos profissionais e societários diferentes/antagônicos, uma vez que essa categoria faz parte de um campo de relações heterogêneas onde

são, necessariamente, indivíduos diferentes – têm origens e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. A categoria profissional é uma unidade não-identitária, uma unidade de elementos diversos; nela estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes [...] toda categoria profissional é campo de tensões e de lutas [...] a afirmação no seu interior, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições (NETTO, 2005, p. 276).

---

<sup>17</sup> Pluralismo entendido como reconhecimento da heterogeneidade que perpassa a categoria profissional, em termos de concepções de homem/mundo e de intervenção sobre a realidade (NETTO, 2005b). Para Iamamoto (2005) pluralismo consiste no respeito às correntes políticas de cunho democrático e das suas expressões teóricas. Pluralismo refere-se também a uma postura na qual se é “capaz de, a partir de uma postura epistemológica e teoricamente coerente que serve como eixo central tanto para a produção de conhecimentos quanto para a transformação do real, integrar conceitos e teorias que não sejam antagônicos ou logicamente contraditórios” (PINTO, 1998, p. 31). Segundo Vasconcelos (1998, p. 122) “um intelectual só pode incorporar conhecimento produzido para além da teoria que tem como referência, incorporando-o em congruência com seus padrões teóricos”, pois é sendo fiel aos “seus supostos teórico-metodológicos que ele tem condições de incorporar outras produções”.

No entanto, para o autor, o respeito ao *pluralismo* supõe o respeito a uma hegemonia legitimamente conquistada, ou seja, supõe um pacto entre os membros de determinada categoria profissional que torna explícito a valoração ética<sup>18</sup> que atravessa o projeto profissional hegemônico em sua totalidade, pois essa hegemonia não impede o confronto de diferentes idéias/concepções.

A instauração de um debate plural implica, portanto, no reconhecimento de que “a cultura profissional – princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos – joga um papel importante na delimitação da compatibilidade entre exercício profissional e uma dada hegemonia política”. Significa que obter a hegemonia não garante a exclusividade e a unanimidade de um projeto no interior de determinada categoria profissional pois, quando se reconhece o pluralismo teórico na apreensão da realidade e do homem, há sempre a possibilidade de construção de um outro projeto profissional (NETTO, 1996, p. 118).

O projeto ético-político do Serviço Social enfatiza ainda a construção de uma nova relação entre profissionais e usuários. Essa nova relação, de acordo com Netto (2005, p. 290), implica em ter como “componente estrutural”

o compromisso com o a qualidade dos serviços prestados à população, incluída nesta qualidade a publicização dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários.

Aliado a este compromisso está o reconhecimento de se ter uma formação acadêmica voltada para o aprimoramento constante e para o desenvolvimento de uma postura investigativa.

No escopo desse debate, a Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares para a área de Serviço Social integram a base de sustentação desse projeto profissional. Ganham sentido como tal porque, segundo Iamamoto (2002, p. 22), a Lei “representa uma defesa da profissão na sociedade e um guia para a formação acadêmico-profissional” e as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 “materializam um projeto de formação profissional que vem sendo construído coletivamente no bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, como um dos pilares do processo ético-político da profissão”.

---

<sup>18</sup> A valoração ética refere-se aos elementos éticos que envolvem as escolhas teóricas, ideológicas e políticas de determinada profissão, além das normatizações morais de direitos e deveres (BARROCO, 2005).

Assim, o projeto de formação contido nas Diretrizes avança na “qualificação da questão social como objeto de trabalho dos Assistentes Sociais, em suas múltiplas diferenciadas expressões, vivenciadas pelas sujeitos”, bem como assume como preocupação central o desafio de articular efetivamente “a análise teórica sobre a profissão e as particularidades de sua efetivação no mercado de trabalho”, ou seja, através de um currículo pautado nos processos e relações de trabalho são articuladas as dimensões históricas, teórico-metodológicas e éticas engendradas na atualidade pela profissão (IAMAMOTO, 2002, p. 23).

As Diretrizes aprovadas em 1996 significam um avanço ainda maior para a profissão, uma vez que a ênfase do ensino deixa de ter um viés teoricista, o que é evidenciado na presença das três dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) orientando o “ensino da prática”.

No entanto, a concretização desse compromisso esbarra em inúmeras dificuldades que impõem limites ao projeto ético-político. Isso ocorre tanto pelas questões postas estrutural e conjunturalmente pela sociedade capitalista, quanto pela escolha de uma intervenção profissional orientada por um projeto coletivo de transformação. Desse modo, o atual projeto ético-político do Serviço Social esbarra no projeto societário pautado no neoliberalismo<sup>19</sup> que tem prioridades diferentes das que nele estão expressas. Diante disso, o avanço do projeto societário neoliberal limita o projeto profissional do Serviço Social, sendo que as bases mais evidentes dessa limitação têm aparecido nas condições institucionais do mercado de trabalho.

Assim, considerando as transformações societárias do capitalismo expressas pelo projeto neoliberal e seu rebatimento em sociedades periféricas como a brasileira e considerando ainda as demandas do mercado de trabalho para os Assistentes Sociais que tensionam a profissão entre o tecnicismo e a compreensão teórico-crítica dos significados da realidade e da ação profissional, é possível identificar os limites e as alternativas para a intervenção, Netto (1996) realiza algumas projeções para o Serviço Social:

1. as linhas de clivagens quanto às concepções profissionais se tornarão mais nítidas, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional; 2. imediatamente, as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sócio-político) para as

---

<sup>19</sup> Consiste na racionalização econômica, na privatização do Estado, em uma política macroeconômica determinada pela hegemonia do grande capital financeiro orientado pela união em escala global do capital bancário com o capital industrial, na flexibilização do trabalho. A sociedade se torna na sociedade do mercado e do consumo, ocorre um aumento na informalidade dos empregos e no agravamento do contingente de desempregados estruturais e de despossuídos, as políticas sociais gestadas pelo Estado restringem-se à ‘resolução’ emergencial, ou superficial e focalista de problemas sócio-econômicos que recaem historicamente sobre a população trabalhadora (LAURELL, 1997).

questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional; 3. as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com a incorporação de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais (ou seja: convertidas em realidade) se o Serviço Social puder antecipá-las, com a análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho; 4. as possibilidades mencionadas configurarão tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio-profissionais; 5. a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações incontornáveis: a) na categoria profissional, produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimentos, de prestígio, de remuneração etc.); b) no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre escolas e os demais segmentos da categoria profissional.

Ao identificar os limites e as possibilidades presentes na profissão, atentar para a concretização do atual projeto ético-político implica apreender que ela depende também de um avanço no aprofundamento de um conjunto de temas que Iamamoto (2005, p. 258) considera como “ainda não contemplados” no Serviço Social, ou que necessitam ser retomados e aprofundados “inclusive pela melhor tradição marxista”, entre eles a autora destaca: “a relação indivíduo/sociedade; as relações entre as macro-análises e as micro-situações enfrentadas no cotidiano profissional; as relações entre o universal, o particular e o singular; as relações entre objetividade e subjetividade, questão da cultura” etc. Temas que merecem atenção pela sua importância e incidência na intervenção profissional dos Assistentes Sociais. A autora destaca ainda como debilidade no debate teórico-metodológico atual o fato da profissão “não ter enfrentado com a mesma profundidade e intensidade as questões referentes às estratégias técnico-políticas da ação profissional” (IAMAMOTO, 2005, p. 258).

Nesse sentido, a hegemonia conquistada pelo projeto ético-político do Serviço Social não significa que este projeto esteja completo, ou que seja unânime no interior da categoria profissional porque

por uma parte, não se desenvolveram suficientemente suas possibilidades, por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais (nesse terreno se tem muito que fazer); por outra parte, a ruptura do quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu as tendências conservadoras e neoconservadoras pelo contrário [...] a heterogeneidade dos coletivos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a disputa entre projetos diferentes (NETTO, 2005, p. 291).

Nesse ínterim, faz-se necessário consolidar uma intervenção ético-política consciente e responsável quanto às ações profissionais voltadas para ações profissionais que

busquem a ampliação dos limites da cidadania inscrita na sociedade capitalista atual (BARROCO, 2005). Assim, um projeto profissional que se propõe à realização e a ampliação dos Direitos só poderá se manter se puder contar com uma base social de sustentação política que, de acordo com Barroco (2005), permite situar a práxis política como o meio adequado para a realização da ética profissional, sendo que essa ética somente poderá ser concretizada praticamente se os desafios postos na sociedade puderem ser deslocados, no interior da profissão, do “campo da abstração” para a “delimitação de objetivos prático-estratégicos” (IAMAMOTO, 2005, p. 267).

Dessa forma, reconhece-se que a competência ético-política dos Assistentes Sociais não está restrita apenas à vontade política e à adesão a valores, mas se refere à capacidade desses profissionais de torná-la concreta através da apreensão, como uma unidade, das dimensões ética, política, intelectual e prática. Desse modo, a intervenção profissional é entendida pela ótica da totalidade que significa apreendê-la “em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas – que influenciaram e incidiram nas sistematizações da prática e ações profissionais, ao longo do tempo” (IAMAMOTO, 1999, p. 191).

A intervenção profissional dos Assistentes Sociais pode ser aqui entendida sobre um duplo ângulo: orientada tanto para as condições materiais, quanto para as condições sociais da vida da classe trabalhadora, isto é, as ações profissionais têm um efeito no processo de reprodução da força de trabalho através da prestação de serviços sociais mas, também têm efeito na dimensão social dessa reprodução, na qual as ações profissionais incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos apesar de nem sempre os seus resultados se corporificarem como coisas materiais (IAMAMOTO, 1999).

Diante do exposto urge a necessidade de se atentar para o debate sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, relacionando-o ao projeto ético-político. Para tanto, o item que segue expõe esse debate, tendo a ação profissional como categoria central.

### **1.3. O lugar das ações sócio-educativas no exercício profissional**

O pressuposto que envolve o debate atual da dimensão técnico-operativa do Serviço Social consiste entender que a ação profissional é engendrada pela intencionalidade

(dirigida a fins/finalidades) e pela transformação (a alteração de determinados objetos em outros, sejam eles físicos ou conceituais) (PINTO, 1998). As dimensões social, material e ética da ação profissional são apreendidas enquanto totalidade porque envolvem sujeitos, objetos, objetivos, condições, relações entre sujeitos e um conjunto ordenado de procedimentos que considera a dialética indivíduo/coletividade. Entende-se o trabalho<sup>20</sup> enquanto uma ação transformadora, sendo que aquilo que o caracteriza como uma atividade humana é a determinação de sua finalidade cujo resultado consiste em um produto consciente e, conseqüentemente, a produção de objetivos também é uma atividade consciente.

Desse modo, o conhecimento teórico-metodológico é condição necessária para que a intervenção profissional se realize de forma consciente, uma vez que proporciona a condição indispensável para traçar objetivos que projetam a transformação. Significa considerar que em toda a ação existe um componente cognitivo como condição necessária para se chegar conscientemente a transformar os objetos, embora esse componente não seja suficiente por si só, pois como mera atividade da consciência não tem condições de transformar (PADILHA, 1988).

As bases teórico-metodológicas são, para Iamamoto (1999), recursos essenciais para os Assistentes Sociais, pois é através delas que ele exerce seu trabalho, uma vez que essas bases “iluminam a leitura da realidade e imprimem rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam”, ou seja, “é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado” (p. 63).

Portanto, para a apreensão da intervenção profissional enquanto totalidade que a **ação profissional** é destacada como uma categoria fundamental para o estudo que se propõe. Desse modo, entende-se ação profissional como um

conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/ profissionais de forma responsável, consciente. Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológico e ético-

---

<sup>20</sup> A partir de Iamamoto (1999, p. 94), transita-se aqui do foco da prática ao do trabalho. De acordo com a autora implica em uma mudança de concepção na qual “a prática profissional não deve ser considerada ‘isoladamente’, mas em seus ‘condicionantes’, sejam eles internos – os que dependem do desempenho profissional – ou externos – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do Assistente Social”. Isto significa apreender a prática como “atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais, mas ao ser socialmente determinada, deve-se considerar ainda as condições sociais nas quais se realiza”. Para Iamamoto (1999, p. 95) implica em “focar o trabalho profissional como partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sóciopolíticas do processo de acumulação”. Portanto, a transformação do objeto “nunca é uma atividade isolada e individualizada e, ainda, [...] incluem a determinação social, se reveste de um caráter social que, por sua vez, não se desvincula do caráter político” (PADILHA, 1988, p. 65).

políticos da profissão em um determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais (MIOTO, 2001 apud LIMA, 2004).

Tal definição considera as Políticas Sociais como campo privilegiado de intervenção dos Assistentes Sociais e inscreve o debate acerca da dimensão técnico-operativa a partir: da Lei 8662/93 que regulamenta a profissão e que estabelece as competências e atribuições privativas do Assistente Social; do Código de Ética; e das Diretrizes Curriculares de 1996 que orientam a revisão curricular dos cursos de graduação em Serviço Social. Para Miotto (2001 apud LIMA, 2004), essa categoria permite apreender o trânsito realizado pela dimensão técnico-operativa quando expressa, no momento da ação, a bagagem teórica acumulada pela profissão e a formulação de respostas inovadoras às demandas que são colocadas cotidianamente no contexto profissional, derivadas das diferentes formas de expressão da questão social.

A ação profissional, na leitura de Miotto (2006), contém diferentes elementos que, em interação, lhe conferem direção e materialidade. A autora destaca elementos condicionantes e elementos estruturantes da ação, considerando como elementos condicionantes

o projeto profissional que expressa uma direção ético-política calcada numa determinada matriz teórico-metodológica que orienta os profissionais dentro de um projeto societário, isto é, implica no condicionamento da finalidade das ações profissionais. Ainda como elemento condicionante considera-se a natureza dos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que os espaços de natureza pública incidem de forma diferente que os de natureza privada sobre os objetivos das ações profissionais e também sobre a construção da autonomia profissional (MIOTO, 2006, p. 16).

Em relação aos elementos estruturantes, Miotto (2006, p.16) entende como aqueles elementos que “dão sustentabilidade a toda e qualquer ação profissional” a saber: o conhecimento/investigação, o planejamento, a documentação, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam às ações, além dos instrumentos operativos e outros recursos.

Tais considerações tornam-se aqui muito importantes, à medida que se identifica certa dificuldade por parte dos Assistentes Sociais em denominar suas ações profissionais. Isso pode ser evidenciado nas respostas dadas à pesquisa encaminhada pelo conjunto CFESS/CRESS sobre as competências e atribuições privativas. As respostas obtidas foram

visitas domiciliares; elaboração de relatórios, pareceres e laudos sociais; perícias; encaminhamentos e serviços; atividades comunitárias para a



aquisição de bens e direitos; informações sobre direitos e serviços; estudos sócio-econômicos; supervisão de estágio; elaboração de projetos; plantões sociais; atendimento às emergências; acompanhamento institucional; atendimento individual; contato com recursos comunitários; treinamento; assessoria; realização de palestras educativas; pesquisa; coordenação e controle de benefícios; triagem sócio-econômica; educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos) (CFESS, 2002, p. 09).

Essa maneira de compreender o “fazer profissional” é uma das marcas históricas do Serviço Social e um exemplo pode ser encontrado em Iamamoto (1983, p. 113) que, ao tratar dos traços característicos da intervenção profissional e ao pretender dar uma idéia do “tipo de tarefas mais comumente desempenhada” pelo Assistente Social, informa que no exercício de suas “funções técnicas propriamente ditas” as atividades realizadas referem-se:

seleção sócio-econômica para fins de elegibilidade do usuário, de acordo com as normas que regulam os serviços prestados, preparações dos “clientes” para seu “desligamento” da instituição ao término dos programas efetuados; interpretação das normas de funcionamento da entidade à população, explicitando seus direitos e deveres, cuja aceitação é pré-condição para o acesso à programação da entidade; encaminhamento dos solicitantes à rede de equipamentos sociais existentes, articulando uma retaguarda de recursos para a instituição; atendimentos individuais e grupais para orientação dos usuários face à necessidade por eles apresentada e/ou derivada de exigências do trabalho do próprio órgão; trabalhos comunitários; visitas domiciliares, treinamentos, organização de cursos, campanhas sócio-educativas; orientação concessão de “benefícios” sociais previstos na legislação previdenciária/trabalhista etc.; distribuição de auxílios materiais (IAMAMOTO, 1983, pp. 113-114).

A autora informa que o “caráter não rotineiro da intervenção” confere aos profissionais uma certa “margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções” e acrescenta que o Assistente Social conta com relativa autonomia devido à “existência de uma relação singular no contato direto com os usuários o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção conforme a maneira de se interpretar o papel profissional” (IAMAMOTO, 1983, p. 80).

Para Iamamoto (1983, p. 80) a “indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou do ‘que faz’ o Serviço Social” abre a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem a mera demanda institucional. Segundo a autora essa característica, apreendida muitas vezes como um estigma, “pode ser reorientada no sentido de uma ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática” (p. 81).

Porém, na atualidade o que tem se observado é que tais características além de não ampliar o campo de autonomia, têm fragilizado a identidade profissional porque os

Assistentes Sociais têm cada vez mais dificuldades em compreender a sua intervenção e, conseqüentemente, em denominar suas ações profissionais dada a complexidade dos campos de intervenção, sobretudo quando inseridos em equipes multiprofissionais onde são exigidos em termos de saberes específicos. Nesse contexto, reaparece a dicotomia entre teoria e prática, sobre isso Gentilli (1998) informa que o teórico não é considerado pelos Assistentes Sociais como suficiente para a leitura cotidiana da intervenção profissional, bem como há uma utilização muito variada de “referências discursivas” por parte daqueles profissionais o que dificulta o reconhecimento de discursos mais coerentes sobre as concepções teóricas e as ações profissionais desenvolvidas.

As considerações de Miotto (2006) corroboram nesse sentido quando informam que, no campo da produção bibliográfica do Serviço Social, a discussão sobre as questões técnico-operativas da intervenção profissional tem sido feita de maneira genérica e com centralidade no “*dever ser*”, ou seja, restringe-se à necessidade do Assistente Social ter competência teórico-metodológica, compromisso com a realização dos princípios e diretrizes do Código de Ética, capacitação técnico-operativa orientada pela intervenção político-pedagógica etc. Esta apreensão também é realizada por Iamamoto (1999) quando trata da necessidade de se construir uma base técnico-operativa para a profissão, articulando-a com a realidade, isto é,

o reconhecimento da necessidade de o Serviço Social dar um “mergulho na realidade social do país” restringe-se, com frequência, ao plano do *dever ser* e menos à realização de estudos e pesquisas que expressem sua efetivação. [...] o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade (p. 55-grifos da autora).

De acordo com Iamamoto (1999, p. 55) as análises de conjuntura são “partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais”. Para a autora o esforço consiste em romper com a perspectiva de exterioridade entre a profissão e a realidade, uma vez que a realidade deve ter centralidade na profissão, sobretudo quando da realização das ações profissionais.

A imprecisão na delimitação e/ou clareza da intervenção profissional, para Gentilli (1998, p. 39), está relacionada à própria “natureza profissional” e pode ser entendida como resultado das relações estabelecidas pelos Assistentes Sociais no âmbito do mercado. Tais relações fazem referência “às particularidades de cada serviço, à individualidade de cada usuário, às contingências pelas quais cada ação se opera e as variações possibilitadas pelas escolhas dadas” (p. 42). Nessas relações, os elementos – que irão delimitar e/ou definir a intervenção profissional – são considerados a partir das prioridades das organizações.

Significa dizer que a definição da relação com o objeto da intervenção profissional leva a uma adequação das ações aos objetivos organizacionais. De acordo com Gentili (1998, p. 36) “trata-se de formalismos e práticas genéricas, abstratas e mecânicas que se impõem externamente ao universo referencial da profissão e que sujeitam diversos conteúdos políticos e ideológicos aos ditames do processo prático”. Para a autora, essas questões incidem negativamente na identidade profissional uma vez que há uma falta de discriminações teóricas entre ações profissionais e atividades organizacionais, assim como faltam distinções entre as próprias ações desenvolvidas, os instrumentos empregados e os produtos desejados.

Em relação à definição das ações profissionais, Miotto (2006) considera que na produção bibliográfica, quando é realizada, essa definição tende a ocorrer a partir de diferentes indicadores:

- dos usuários: crianças, adolescentes, idosos, famílias.
- do instrumental técnico-operativo: grupo, pareceres, encaminhamentos, entrevistas, levantamentos, relatórios etc.
- dos espaços sócio-ocupacionais: Conselhos de Políticas e de Direitos, Movimentos Sociais; Plantão Social; Assistência Social etc.
- da natureza dos espaços sócio-ocupacionais: público, privado etc.
- das políticas sociais: saúde, previdência, assistência, educação etc.

Para Miotto (2006), ao serem privilegiados indicadores externos para denominar as ações profissionais, há um fortalecimento da “perspectiva de área” e a fragilização do debate sobre a dimensão técnico-operativa que é comum a todas as áreas de intervenção, ou seja,

no momento em que há a “filiação” por áreas, parece prevalecer a tendência de um eterno descrever das ações dos assistentes sociais à cada novo espaço ocupacional que se abre. Além disso, parece obstruir também as possibilidades de discussão entre profissionais que, embora exerçam a profissão em áreas diferentes, desenvolvem ações de uma mesma natureza (MIOTTO, 2006, p. 08).

Pode ser observado inclusive um problema semântico<sup>21</sup>: temos denominações diferentes para as mesmas ações e uma mesma denominação para ações diferentes. A não existência de um universo semântico partilhado e um quadro conceitual comum dificulta a interlocução dos profissionais quanto às ações que desenvolvem. Um exemplo: sob a denominação de *orientação da família* estão agrupadas condutas e procedimentos totalmente diversos onde *orientação* pode significar tanto uma informação a respeito do funcionamento do serviço, como a realização de uma série de entrevistas com a finalidade de apoiar uma família num momento crítico de sua vida (LIMA, 2004; MIOTO, 2002; 2006; RODRIGUES, 2002). Gentili (1998, p. 57) corrobora, nesse sentido, quando informa que o “processo de prestação de informações” é identificado no discurso profissional por diversos termos como: “esclarecimentos, orientações, aconselhamentos, às vezes sem muita diferenciação conceitual entre as diferentes práticas que tais denominações identificam”.

Gentili (1998, p. 55) informa ainda que a descrição do “fazer profissional” dos Assistentes Sociais tem sido feita a partir de “verbos no infinitivo como: agilizar, esclarecer, informar, divulgar, estimular [...] conotando intenções futuras (objetivos) da organização e dos programas organizacionais onde atuam”. Segundo a autora, há um deslocamento de perspectiva, na qual o profissional passa a atender para “o objetivo prévio ou para as atividades organizacionais”, ao invés de ater-se ao seu objeto de trabalho. Desta forma, as ações profissionais passam a ser “indicadas como prescrições futuras, prováveis ou possíveis de um querer que não se sabe bem a quem pertence. Quase nunca aparece definida como ações presentes, delimitadas, concretas e cotidianas, de uma profissão que se quer operando mudanças em realidades reificadas” (p. 55).

Aliada a essas questões está uma “generalizada indiscriminação dos instrumentos, da metodologia e das atividades profissionais” que, de acordo com Gentili (1998), tem impossibilitado tanto uma melhor qualificação teórica referente a questões específicas da intervenção, quanto um maior desenvolvimento e entendimento da intervenção de modo a conduzir, de maneira mais adequada e coerente, as escolhas técnicas em relação aos paradigmas teórico-metodológicos.

---

<sup>21</sup> A imprecisão semântica também acompanha o Serviço Social historicamente, Martinelli (1989, p. 96), ao abordar a profissionalização do Serviço Social, informa que a denominação das atividades desenvolvidas pelos “reformadores sociais da Sociedade de Organização da Caridade” era tema de preocupações devido ao uso variado de termos: “ação social, bem-estar social, assistência social, beneficência, caridade, filantropia aplicada”, impedindo que se tivesse uma idéia clara da natureza da ação pretendida. É interessante resgatar ainda o debate, travado entre as escolas norte-americanas e as escolas européias, referente ao nome que a profissão deveria ter: Trabalho social (social work) ou Serviço Social (social service), nesse debate já se valorava de maneiras distintas o significado do termo “trabalho”.

Na produção bibliográfica, Mioto (2006) informa que é possível apreender por um lado, a tendência “a dar como óbvio os fundamentos ou conteúdos das ações profissionais, encarando tanto como rotina a realização de certas ações e acreditando na existência de um consenso sobre elas”. Por outro, prevalece à indistinção entre ações que, por serem revestidas de um mesmo caráter, não são feitas as diferenciações necessárias quando essas ações são realizadas em processos de intervenção diferentes, com objetivos diferentes e para atender demandas diferentes. Para a autora,

em ambos os casos, naturalizando as ações ao tomá-las como óbvias dentro de uma rotina institucionalizada da profissão e dos profissionais, ou indistinguindo-as em termos de objetivos e de determinações relacionadas aos espaços sócio-ocupacionais de diferentes naturezas (público/privada) e das demandas postas pelos usuários aos assistentes sociais, o debate teórico em torno delas é travancado. Conseqüentemente ocorre o empobrecimento da própria ação (MIOTO, 2006, p. 08).

Na tentativa de melhor compreender as “funções profissionais” de modo a compor uma identidade profissional comum aos Assistentes Sociais nos espaços de intervenção, Gentilli (1998) aponta cinco “grupos de práticas distintas”, neles a autora procura agrupar toda a diversidade de atividades que os profissionais desenvolvem nos “campos de atuação”. Informa que esses grupos exigem alguns saberes diferentes, mas que são complementares, destaca ainda que tanto os “grupos de atividades práticas” são as mesmas, como também os instrumentos são comuns, a saber:

práticas de atendimentos destinadas a resolução de conflitos de trabalho e conflitos sociais diversos dos usuários; práticas para atendimentos a benefícios sociais e a serviços vinculados ao acesso de direitos sociais dos usuários; práticas vinculadas a alguma forma de participação social e política; práticas destinadas ao funcionamento administrativo-burocrático das organizações em diversos níveis hierárquicos e, por fim, em práticas psicossociais terapêuticas diversas (GENTILLI, 1998, p. 62).

Segundo a autora, essas “práticas” podem acontecer simultaneamente na mesma organização, podendo ser realizadas em equipes multiprofissionais. Ressalta também que diferentes recursos metodológicos e instrumentais podem ser utilizados e que sua escolha está condicionada pelos “objetivos da atividade em si, da competência técnica de cada um e das condições objetivas da organização” (GENTILLI, 1998, p 62).

No bojo das considerações apresentadas, verifica-se que junto com a dificuldade de se consolidar uma identidade profissional, os Assistentes Sociais tem enfrentado dificuldades concretas no trato “sócio-técnico” das demandas, bem como apresentam

dificuldades de congruência entre teoria e a prática, associando à teoria apenas as referências advindas da formação profissional e à “prática” normalmente decorre das demandas postas ao profissional por quem contrata seus serviços. Assim, os Assistentes Sociais vivem tensionados entre os valores éticos, ideológicos e políticos que assumem a partir da profissão; e entre as exigências do mercado de trabalho. Diante disso, as escolhas feitas pelos profissionais têm se voltado para a especialização em áreas que são “correlatas e afins ao campo de saber temático” no qual trabalha, corrigem assim “as deficiências de uma formação profissional generalista, muito crítica e pouco instrumentalizadora” (GENTILLI, 1998, p. 69).

Na atualidade, o que fica evidenciado – a partir dos autores referenciados – tanto no cotidiano profissional, quanto na produção teórica da profissão é que:

- há uma dificuldade de se produzir conhecimentos sobre as particularidades que envolvem os campos de intervenção e as singularidades dos sujeitos implicados na ação sem cair no tecnicismo e tampouco aderir ao pragmatismo. Isso se associa a idéia que, segundo Gentilli (1998), o discurso teórico é inadequado ou insuficiente para ‘explicar’ a intervenção e o cotidiano profissional, ocorrendo a adesão aos conhecimentos produzidos por áreas “correlatas e afins ao campo de saber temático” no qual o profissional está inserido. Evidencia-se também o que Mioto (2006) denomina de “perspectiva de área”, na qual os profissionais procurando denominar suas ações e demonstrar sua especificidade e competências, o fazem a partir das “grandes” áreas de intervenção ou dos espaços sócio-ocupacionais;
- há dificuldade em compreender a finalidade profissional, como também em articular o marco teórico da profissão com o cotidiano de intervenção. Implica na dificuldade de romper com o que Iamamoto (1999) chama de “perspectiva de exterioridade”, uma vez que as leituras sobre a realidade devem remeter para a intervenção nessa realidade;
- há um “vazio teórico” a ser considerado pela profissão, sobretudo no referente a dimensão técnico-operativa. Implica, de acordo com Gentilli (1998), na garantia de respostas teóricas mais precisas e elaboradas sobre a realidade profissional, buscando construir uma “intervenção menos improvisada e mais eficiente teoricamente” (p.71). Refere-se também ao desafio apontado por Iamamoto (2005) que consiste na necessidade da profissão produzir conhecimentos sobre as questões implicadas no trânsito entre o universal, o particular e o singular, expondo clara e coerentemente as mediações realizadas.

Acreditando na necessidade de se estabelecer construções teóricas que auxiliem os Assistentes Sociais a compreender melhor a realidade a partir da intervenção que realizam e no intuito de debater a conexão que se deve estabelecer entre a dimensão técnico-operativa e as dimensões teórico-metodológica e ético-política que se toma como referencia a proposta de Miotto (2006). Segundo a autora, as ações profissionais podem ser estruturadas em torno de três processos interventivos<sup>22</sup> que estão dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa, uma vez que a pesquisa deve ser inerente a todo e qualquer processo interventivo e que não existe intervenção sem planejamento e documentação. Esses processos<sup>23</sup> consistem nos:

**1) Processos Político-organizativos:** correspondem ao conjunto de ações profissionais, dentre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, visando a participação política e a organização da sociedade civil na perspectiva da garantia e da ampliação dos Direitos na esfera pública e no exercício do controle social.

**2) Processos de Planejamento e Gestão:** correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas enquanto ocupante de cargos gerenciais e administrativos no âmbito das políticas sociais, das instituições e demais empresas públicas ou privadas, bem como no planejamento e gestão do Serviço Social no âmbito de instituições, programas e empresas, e dos seus processos interventivos.

**3) Processos Sócio-assistenciais:** correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais a partir de demandas singulares (MIOTTO, 2006, p. 18-19).

Miotto (2006) considera que os processos interventivos dos Assistentes Sociais estão pautados na perspectiva dos Direitos e da Cidadania e sua lógica reside no usuário enquanto sujeito, visando a sua autonomia no âmbito das relações sociais ao remetê-lo para a participação política em diferentes espaços. Desse modo, reconhece que são os processos interventivos que garantem subsídios e legitimidade à formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de Direitos.

A adoção da perspectiva dos processos interventivos enquanto eixos de articulação das ações profissionais pode permitir, segundo Miotto (2006), ao estudante e ao profissional

---

<sup>22</sup> Processos interventivos aqui entendidos como os principais processos que caracterizam o trabalho profissional, sendo que permitem a leitura das ações profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nas grandes áreas de intervenção, nas Políticas Sociais onde os Assistentes Sociais trabalham, bem como permitem o reconhecimento dos diferentes sujeitos/demandas implicados no trabalho profissional.

<sup>23</sup> Para maior detalhamento e aprofundamento desse debate, consultar Miotto (2006).

pensar as ações de forma integrada. Isso constituiria uma forma de orientar o profissional e o aluno

quanto ao alcance das ações realizadas no escopo dos diferentes processos e ao mesmo tempo vincular ações aos diferentes processos, nos mais diferentes espaços em que se desenvolve a intervenção profissional. Ou seja, possibilitaria a adoção de uma perspectiva tridimensional das ações profissionais, em contraposição a manutenção de uma perspectiva unidimensional dada essencialmente pelos espaços sócio-ocupacionais aos quais os assistentes sociais se vinculam (MIOTO, 2006, p.19).

A autora destaca que, assim como as ações profissionais não acontecem de forma isolada, os seus processos articuladores também não, pois “engendram-se nos processos coletivos de trabalho nas diferentes áreas, nos quais os assistentes sociais estão presentes” (MIOTO, 2006, p.19). Enfim, sua hipótese é a de que esses processos permitem a leitura das ações profissionais sobre diferentes ângulos, permitindo referenciá-las nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde são realizadas pelos Assistentes Sociais, ou seja, as ações profissionais são entendidas como presentes em todos os espaços e em todas as áreas onde são realizadas.

No bojo dessas considerações, a orientação assumida na intervenção implica em um conhecimento que supõe simultaneamente uma concepção de sujeito e objeto, como dos objetivos e da sua operacionalização. Portanto, as ações profissionais incidem sobre um determinado objeto, têm objetivos específicos, realizam-se através de diferentes abordagens utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos. Desse modo e considerando que esse estudo pretende identificar as ações sócio-educativas no contexto histórico do debate que trata da intervenção profissional dos Assistentes Sociais de modo a apreender como esses profissionais têm conceituado essas ações a luz dos referenciais crítico-dialéticos, que esse estudo está localizado na dimensão social/educativa – e como tal também é político-ideológica – do Serviço Social.

Dessa maneira, ganha sentido a preocupação com os referentes utilizados no debate do caráter educativo das ações profissionais dos Assistentes Sociais, sobretudo quando sinalizam para a sua consecução no âmbito do atual projeto ético-político, pois se é no momento da ação que o profissional expressa o seu alinhamento com determinado projeto profissional e societário. Significa dizer que as ações profissionais sempre são engendradas por um determinado paradigma, ou seja, por um determinado construto teórico-metodológico que orienta ético-politicamente uma categoria profissional em um dado momento histórico. Nesse processo, que é destacado o caráter educativo das ações profissionais porque “a educação, como prática social, generalizada em toda a sociedade, contém um componente



transformador das representações sociais”, sendo capaz de viabilizar os pressupostos contidos em um paradigma (PINTO, 1998,p. 41).

A partir do compromisso ético-político, os Assistentes Sociais contribuem com o estabelecimento de um outro consenso<sup>24</sup> porque faz referência ao consenso da classe trabalhadora. De acordo com Iamamoto (1999), os profissionais contribuem nessa direção quando: socializam informações que subsidiam a formulação/gestão de políticas e o acesso a Direitos; viabilizam o uso de recursos legais à sociedade civil organizada; interferem na gestão e avaliação das políticas, ampliando o acesso das informações aos sujeitos para que possam interferir na agenda pública inserindo seus interesses e lutando por hegemonia. Nessa perspectiva, o Assistente Social é entendido como “intelectual” que busca construir uma

cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades” [...] pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública (IAMAMOTO, 1999, p. 78).

Dessa maneira, considerar o atual projeto ético-político do Serviço Social no estudo da intervenção profissional, especificamente no estudo do seu caráter educativo remete apreender as ações profissionais em consonância com a perspectiva de transformação social, com a defesa intransigente dos Direitos e da democracia. Implica em concretizar ações centradas no sujeito em um processo de responsabilização técnica que se estabelece entre ele e o profissional de maneira a alcançar, através das políticas sociais, resolutividade, autonomia e participação quanto à satisfação das suas necessidades (LIMA, 2004). Tal consideração remete ainda para o fato de que a realização desse projeto “é sempre relativa às possibilidades do momento histórico, dependendo de circunstâncias sociais favoráveis para se restringir, se ampliar ou se reatualizar sob novas formas” (BARROCO, 2005, p. 99). Assim, um conjunto de fatores que extrapolam e incidem na profissão condicionam a realização do projeto ético-político.

Nesse sentido, temos na história da consolidação do Estado de Direito brasileiro uma diversidade de fatores que limitam, quando não inviabilizam, a defesa, a ampliação e a efetivação dos Direitos. No recente cenário democrático do país verifica-se que a luta empreendida em nome da democracia não foi monolítica, implicando em um paradoxo: de um lado embates sociais que levaram aos avanços político-sociais no interior do Estado que, por

---

<sup>24</sup> Para Iamamoto (1999, p. 69), “o consenso é em torno dos interesses das classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas”. Portanto, os Assistentes Sociais podem contribuir tanto no reforço da hegemonia dominante, quanto na criação de uma contra-hegemonia.

sua vez, passou a ser o principal responsável pela garantia da proteção social; por outro lado a rearticulação no poder das elites governistas que em nome da estabilidade econômica do país passou a definir diretrizes macroeconômicas que subordinaram as políticas sociais à política econômica (COUTO, 2004; PEREIRA, 2002; VIEIRA, 2004).

Assim, a aprovação de uma Constituição que marcou a adesão a uma “nova” lógica conceitual – ao menos no Brasil – que, de um lado, acompanhou a lógica das sociedades de capitalismo avançado, reconhecendo legalmente os Direitos e preconizando a sua garantia através do desenvolvimento de mecanismos estatais de proteção social calcados em princípios social-democratas; de outro evidenciou o atraso histórico das inovações conceituais presentes na Constituição de 1988, porque o momento no qual são assumidos os ideais social-democratas no Brasil consiste em um momento marcado pelo acirramento da sua dependência econômica e das imposições internacionais de países capitalistas avançados que, através das orientações do Consenso de Washington, têm condicionado os governos brasileiros a encaminhar reformas sociais regidas pela lógica neoliberal cuja prioridade consiste em substituir os Estados de Bem-estar Social pela racionalidade econômica assentada sobretudo na livre concorrência (COUTO, 2004).

É na história do projeto político-econômico brasileiro assentado em modelos de desenvolvimento importados; atrelado às imposições externas e à defesa de interesses minoritários que a exclusão e o empobrecimento passam a ser “atribuídos à deficiências individuais ou justificados em nome de um futuro prometido de ordem e progresso” (JUNCA, 1997, p. 30). Desse modo, o Estado brasileiro se organizou de tal forma que deixou de lado grande parcela da população ao não implementar, através de políticas públicas, os Direitos assumidos constitucionalmente. Muitos foram os argumentos para o não atendimento das demandas da população na “perspectiva universalista da Cosntituição de 1988”, invocava-se a insuficiência de recursos, a necessidade de racionalizar os gastos etc. (COUTO, 2004, p. 153).

Na década de 1990 reatualiza-se o clientelismo e o assistencialismo através das políticas públicas, sobretudo as de cunho social, uma vez que as iniciativas do Estado passaram a ter “caráter simbólico, episódico e focalista que ao se aterem a sintomas ignoraram as causas” (JUNCA, 1997, p. 31). Isso resultou na alteração da relação Estado e Sociedade no que tange a proteção social, o que levou a afirmação de princípios de “solidariedade privada, da parceria entre Estado, mercado e sociedade, e a descentralização da provisão social” (PEREIRA, 2002, p. 166).

Nesse sentido, os direitos, a democracia, a cidadania, a justiça social, a igualdade, a solidariedade e a liberdade integram uma retórica amplamente difundida e que, muitas

vezes, acabam sendo projetos vazios de sentido quando as expectativas contidas nesses conceitos não correspondem às práticas dos modelos econômicos e dos sistemas políticos.

Imerso nessas condições econômico-sociais e ídeo-políticas que o Serviço Social se encontra duplamente condicionado, pois os Assistentes Sociais “são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados, e como profissionais viabilizadores de direitos sociais” (BARROCO, 2005, p. 180). Dessa maneira, o atual projeto profissional depara-se com o desafio de responder à essa conjuntura sem perder suas conquistas históricas.

A partir das ponderações realizadas ao longo desse capítulo, considera-se que propor um estudo sobre a intervenção profissional dos Assistentes Sociais implica em reconhecer a necessidade de ampliar e qualificar o debate acerca da materialização do atual projeto ético-político da profissão, o que remete a duas questões fundamentais: 1) maior compreensão da concepção de Cidadania e de Direitos nele inscrita; 2) aprofundamento de proposições teórico-práticas que qualifiquem as ações profissionais, garantindo um exercício profissional pautado no pensamento crítico-dialético.

A necessidade de apreender os **significados conceituais** de “Direitos” e “Cidadania” justifica-se pelo fato de serem categorias centrais do atual projeto profissional, bem como se faz necessário demarcar claramente seus significados, informando qual a perspectiva paradigmática que a profissão assume, tendo em vista que essas categorias são polissêmicas, ou seja, historicamente seus significados não implicam em consensos no debate teórico que fundamenta e justifica o Estado moderno. Assim, no capítulo que segue apresentar-se-á o debate acerca desses significados.

## **2. O DEBATE SOBRE OS DIREITOS E A CIDADANIA ENQUANTO CATEGORIAS CENTRAIS PARA A SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**

A perspectiva dos Direitos e da Cidadania moderna é considerada, na contemporaneidade, como base do projeto ético-político do Serviço Social. As reflexões que a profissão tem realizado sobre o tema reconhecem os Direitos como um caminho para a concretização da Cidadania através de políticas sociais orientadas pelo conceito de necessidades humanas básicas. Tal consideração baseia-se no fato de que a proteção social é entendida a partir da materialização de direitos sócio-econômicos – que estão inscritos historicamente no Estado de Direito – sendo que isso acontece por meio de políticas econômicas e sociais direcionadas para a satisfação de necessidades humanas.

Porém, os Direitos e a Cidadania também são tomados como base para a justificação de políticas sócio-econômicas de orientação neoliberal. Nesse sentido, falar em Direitos e Cidadania pode não implicar em um mesmo significado, ou seja, é necessário demarcar que no debate moderno que fundamentou e justificou o Estado não remete a um consenso teórico acerca da valoração conceitual dessas categorias. Tal dissenso apresenta-se historicamente e reflete contradições que são inerentes ao significado moderno de Direitos e de Cidadania presente no mundo ocidental, pois tais categorias, enquanto produtos históricos inscritos nas relações humanas, referem-se à determinada concepção de Estado, de sociedade e de homem, podendo ser conectadas a projetos societários diferentes.

Desse modo, destaca-se que o estudo – sobre a questão da justificação, do conteúdo e da efetivação dos Direitos, especialmente dos direitos sócio-econômicos – está circunscrito ao debate dos direitos sócio-econômicos aplicados aos indivíduos que são cidadãos de um Estado-Nação que, por sua vez, já passaram pelo processo de reconhecimento dos direitos civis e políticos. Com isso, nesse capítulo busca-se um aprofundamento dos conceitos e das contradições que engendram o Direito e a Cidadania moderna enquanto categorias normativas que estão (ou deveriam estar) presentes na formação de qualquer Estado democrático.

Devido aos limites impostos a esse estudo, as diferenças históricas e regionais presentes no movimento de construção e/ou consolidação, em cada Nação, do Estado de Direito não serão aqui aprofundadas, bem como não será abordada a tensão entre igualdade e diferença porque se entende como o maior desafio da atualidade a consolidação de novos modelos estatais de proteção dos Direitos, sobretudo referente à proteção e realização dos direitos sócio-econômicos, que possam viabilizar politicamente a ampliação do *status* de

cidadania, buscando a universalidade de modo a incorporar a ela o direito à diferença. As questões transnacionais que envolvem o reconhecimento e as garantias dos Direitos também não serão aqui trabalhadas.

Portanto, serão apresentadas nos itens que compõem este capítulo uma breve revisão teórica acerca do tema dos Direitos e da Cidadania moderna e as reflexões que engendra na atualidade quando da fundamentação de políticas sócio-econômicas orientadas pelo conceito de necessidades humanas básicas. Desse modo, na primeira parte é realizado um breve histórico sobre a fundamentação do Direito, da Cidadania e do Estado moderno. Na segunda e terceira parte, são realizadas aproximações conceituais acerca da Liberdade, Igualdade e Democracia. Na quarta, localiza-se os Direitos no Estado de Bem-estar Social de modo a apreender a consagração jurídica da ampliação do *status* de cidadania no interior desse modelo de Estado, faz-se referência ainda ao contexto atual que tem redefinido e posto limites à intervenção estatal o que, por sua vez, coloca o conceito de necessidades humanas básicas enquanto conceito justificador dos Direitos sócio-econômicos.

## **2.1. Direitos, Cidadania e Estado moderno: breve histórico**

Aproximar-se do debate acerca da consolidação e ampliação dos Direitos na contemporaneidade implica atentar para as contradições que são inerentes ao significado moderno de Direitos e de Cidadania presente no mundo ocidental. Implica, portanto, entendê-los enquanto produtos históricos inscritos nas relações humanas que compõem determinada concepção de Estado, de sociedade e de homem.

De acordo com Bobbio (1998, p. 349), dentre os diversos significados da palavra Direito o que mais se aproxima da teoria do Estado, ou da política é a concepção de direito normativo, entendido como um “conjunto de normas de conduta e de organização” cujo conteúdo implica na “regulamentação das relações fundamentais para a convivência e a sobrevivência do grupo social”, bem como implica na regulamentação “dos modos e das formas pelos quais o grupo social reage a violação das normas”. Para o autor, o caráter específico do ordenamento normativo do Direito reside no fato de recorrer, em última instância, à força física para se obter o respeito às normas. Dessa ligação entre Direito (ordenamento normativo coativo) e a política (forma de exercício do poder) é possível apreender as teorias do Estado moderno que, por sua vez, permitem compreender seu desenvolvimento, ou seja, compreender o processo de convergência entre as estruturas

jurídicas e o poder político no qual resultou no Direito enquanto Direito Estatal e no Estado enquanto Estado Jurídico.

A institucionalização do Direito e do Estado moderno consolidou a inversão da relação indivíduo e Estado, forjando uma nova ordem social que – construída a partir de novos valores (o indivíduo singular tem valor em si mesmo e o Estado é feito pelo indivíduo) – também inverteu a relação entre direitos e deveres, na qual reside o primado do direito sobre a obrigação. Estabeleceu-se o moderno Estado de Direito<sup>25</sup>, finalizando a passagem do ponto de vista do soberano para o ponto de vista do cidadão. Em outras palavras, significa dizer que no Estado de Direito o indivíduo passou a possuir também direitos públicos, além dos direitos privados (BOBBIO, 1992).

O caráter do Estado assentou-se na afirmação dos ideais do Liberalismo cujo significado reside na limitação dos poderes e funções do Estado que, no momento histórico de reconhecimento e consolidação do Direito e do individualismo, se constituiu em uma contraposição direta ao Estado absoluto. Para Bobbio (1997, p. 22) a história do Estado liberal coincide tanto com “o fim dos Estados confessionais e com a formação do Estado agnóstico”, quanto com “o fim dos privilégios e dos vínculos feudais e com a exigência de livre disposição dos bens e da liberdade de troca”.

Nesse sentido, as diretrizes fundamentais do pensamento moderno sobre Direito e a sua relação com o Estado foram expressas pelo jusnaturalismo e pelo contratualismo, ou seja, a estrutura que essas doutrinas compuseram resultou no fundamento do Direito moderno. De acordo com Bussinger (1997), estão presentes nas obras de Hobbes, Locke e Rousseau os elementos filosóficos essenciais que compuseram o debate sobre o Direito, a saber: em Hobbes, o pacto entre os homens no estado de natureza se estabeleceu dada à necessidade de substituir a igualdade natural pela igualdade civil que, por sua vez, consistia no direito à vida estabelecido através da associação política (o Leviatã), na passagem de um Estado não-jurídico para o jurídico; em Locke a propriedade é compreendida como bem natural e inalienável do homem e sua obtenção está fixada ao trabalho de cada um, é um direito fundamental que assegura ao indivíduo todos os demais direitos, assim o Estado civil assegura aos indivíduos maior força para preservar e consolidar os direitos à vida, à liberdade, à propriedade e a resistência contra a opressão e a tirania, implicou na passagem da sociedade

---

<sup>25</sup> Estado de Direito implica em um Estado submetido ao império da Lei, organizado de acordo com o princípio da divisão de poderes, no qual a Administração estatal está submetida ao princípio da legalidade e cuja Constituição versa sobre os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos com garantias específicas quanto a sua proteção jurídica (PISÓN, 1998). Ideologicamente para Bobbio (1998), o Estado de Direito exprime o ideal do moderno constitucionalismo, ou seja, o ideal do Estado limitado pelo Direito cujos poderes agem no âmbito do Direito e cuja legitimidade depende da ação se desenvolver dentro dos limites de regras pré-constituídas.

do Direito privado para a sociedade do Direito público; em Rousseau, a liberdade é o direito principal que o homem perde ao instaurar o estado de guerra com a invenção da propriedade privada, o Contrato Social significava o retorno a um ideal de sociedade fundado em princípios universais de liberdade, igualdade e bem-estar para todos, ou seja, uma sociedade pautada em interesses coletivos tal como foi a comunidade dos homens no estado de natureza.

Bobbio (1998, p. 351) considera, a partir de Weber e Kelsen, que o “Direito é a política vista através de seu processo de racionalização, assim como o poder é o Direito visto em seu processo de realização”. Nesse sentido, à medida que ocorreu o processo de juridificação do Estado também ocorreu a identificação do Direito estatal à fonte única da lei<sup>26</sup> cujas manifestações históricas remetem às Constituições escritas após a independência das colônias norte-americanas e a Revolução Francesa.

Assim, os desdobramentos históricos dos pressupostos filosóficos do Direito e do Estado moderno se desenvolveram de maneiras diferenciadas nas sociedades capitalistas ocidentais pós-Revoluções Americana e Francesa. As Declarações que decorreram desse processo consolidaram a defesa dos direitos fundamentais dos indivíduos traduzidos como os direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão. Consolidaram-se os direitos civis, aqueles relacionados com as liberdades individuais e correspondentes à forma liberal do Estado moderno cuja existência só se tornou legítima quanto houve o reconhecimento e a proteção daquelas liberdades enquanto direitos do cidadão<sup>27</sup>.

Os direitos civis correspondem aos Direitos que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica), garantem uma esfera de arbítrio desde que não sejam violados os direitos de outros indivíduos e são Direitos que requerem para sua plena realização, enquanto liberdades, a ausência do Estado ou uma atitude de não impedimento. Nessa perspectiva, a cidadania comporta uma conotação liberal restrita: liberal porque se relaciona às liberdades individuais, e restrita porque contempla apenas os direitos civis (BOBBIO, 1992; MATEUCCI, 1998).

As Declarações dos Direitos e o seu teor individualista expuseram diversos problemas, Mateucci (1998) destaca três, a saber: 1) a enunciação de grandes princípios de direito natural e a concreta organização do poder através do direito positivo, ou seja, ou os Direitos ficam como meros princípios abstratos, ou são princípios ideológicos que podem

---

<sup>26</sup> Bobbio (1998, p. 351, 352) entende por Lei a “norma geral em relação aos destinatários, abstrata em relação à ação prevista, mas imposta por um ato deliberativo da vontade de um poder dominante”, destaca ainda que a lei enquanto “expressão da vontade geral, declarada, promulgada e pública é a máxima expressão da racionalidade do Estado no sentido de que o Estado exprime o interesse universal e a consciência própria do povo organizado”.

<sup>27</sup> Por cidadão entende-se: o sujeito jurídico-político, titular de direitos e obrigações formalmente iguais que é participe de um determinado Estado-Nação (ANDRADE, 1993).

mudar o ordenamento constitucional; 2) a natureza dos Direitos: naturais e desse modo o Estado deve reconhecê-los e ser limitado, ou são direitos subjetivos concedidos pelo Estado ao indivíduo e não limitado, ou ainda os direitos fundados sobre o contrato pelas diferentes forças políticas e sociais e que estariam expressos constitucionalmente; 3) o modo de tutela dos Direitos: separação dos poderes, ou Constituição rígida. Com isso, ampliou-se o debate e o teor individualista das Declarações foi sendo destacado à medida que se “evidenciou o indivíduo como ser social que vive em um contexto preciso e para o qual a cidadania é um fato meramente formal em relação à sua existência real” (MATEUCCI, 1998, p 354). Enfim, o indivíduo já não era tão livre e autônomo.

Portanto, a ausência do indivíduo-cidadão livre e igual perante a Lei, nas instâncias deliberativas do Estado, passou a ser questionada momento no qual se instauraram os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) implicando em uma liberdade ativa dos indivíduos de participarem e interferirem nos negócios do Estado, correspondendo ao momento histórico de afirmação do Estado democrático representativo<sup>28</sup> (MATEUCCI, 1998; NOGUEIRA, 2001).

Essas duas ordens de Direitos se referem a uma mesma esfera: a dos direitos e garantias individuais, que “são direitos cujas formulações prescrevem normas para a vida em sociedade e que reservam ao indivíduo uma esfera de liberdades negativas em relação ao Estado (direitos civis) e uma esfera de liberdades positivas com autonomia no Estado (direitos políticos)” (BUSSINGER, 1997, p. 28). Os direitos civis e políticos compõem o que Bobbio (1992; 1987) denomina de *direitos de primeira geração* que se tornaram a base para a progressiva ampliação do *status* de cidadania, pois a participação política no Estado – com o desenvolvimento da democracia moderna – esteve intimamente relacionada com o reconhecimento positivo/constitucional/legal dos direitos de liberdades.

Entretanto, os princípios liberais dos Direitos foram questionados em dois aspectos essenciais: um referente à realidade na qual vivia a classe trabalhadora que se encontrava em franca oposição ao preconizado nas Declarações; outro referente aos fundamentos dos Direitos. O questionamento principal referia-se à concepção de homem universal entendido como abstração e como tal vazia de significado no plano real, desse modo reclamava-se que os Direitos fossem coerentes com o homem concreto, histórica e socialmente determinado pela sua origem de classe, religião, cultura etc. (BUSSINGER, 1997).

---

<sup>28</sup> Democracia representativa implica que as deliberações coletivas não são tomadas diretamente pela coletividade a quem dizem respeito, ou seja, as decisões são tomadas por pessoas eleitas para esse fim. É considerada a única forma de governo popular possível na modernidade quando os Estados-Nação tornam-se populacional e territorialmente grandes (BOBBIO 1987; 1992).



Assim, a obtenção dos direitos sócio-econômicos que comporiam os *direitos de segunda geração* esteve associada aos carecimentos humanos (saúde, educação, trabalho, moradia etc.) e decorreu das lutas travadas pela classe trabalhadora no interior do Estado capitalista. Implicou em uma ampliação da noção de igualdade: de uma igualdade formal para uma igualdade na apropriação da riqueza social. Com isso, a cidadania liberal sofreu reformulações a partir do avanço da industrialização, da socialização política e da democracia, da maior intervenção do Estado na vida econômica e social enquanto resultante das reivindicações operárias. Enfim, outro tipo de Direitos foi introduzido à idéia de cidadania (BOBBIO, 1992; NOGUEIRA, 2001).

Passou-se, com a reivindicação dos direitos sócio-econômicos (direito ao trabalho, à assistência, à educação, à saúde), do Estado absentéista para o Estado assistencial ou de bem-estar, implicando em uma intervenção ativa do Estado que passa a ser responsável pelo bem-estar social cujas ações – entendidas como direito dos cidadãos – seriam realizadas em prol da diminuição das desigualdades e pela melhoria nas condições de vida da população. A intervenção estatal caracterizou-se por ser uma intervenção positiva na qual o Estado viu-se obrigado a prover os meios materiais para a garantia e efetivação daqueles Direitos (MATEUCCI, 1998).

No bojo de tais considerações, a configuração histórica da cidadania moderna encontra sua gênese, segundo Andrade (1993), sob a hegemonia do Estado capitalista de caráter liberal-constitucional no qual está vinculada ao princípio da igualdade formal e em tensão permanente com as desigualdades entre classes. No entanto, com o crescimento industrial e a complexificação da sociedade moderna, a concepção de cidadania tem seu conteúdo ampliado. Esse processo de ampliação do *status* de cidadania nas sociedades liberais foi estudado por Marshall (1967, p. 63). Para o autor a constituição dos Direitos – integrantes da condição de *cidadão* – acompanhou a própria constituição da sociedade de mercado ao demandar novas formas de integração social. De acordo com Marshall (1967), a cidadania está historicamente localizada às lutas entre classes e seu perfil moderno corresponde a uma cidadania nacional, composta por três tipos de Direito: *direito civil* (obtido no séc. XVIII) referente à liberdade individual, liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, de direito de propriedade, de estabelecer contratos, de ter acesso à justiça; *direito político* (no séc. XIX), direito de participar no exercício do poder político, ou como eleitor; *direito social* (no séc. XX) que implica no “direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (p. 67).

Na apreensão de Marshall (1967) a cidadania não é um *status* meramente legal de conteúdo estático e definitivo, ao contrário, a concebia como um processo social intimamente relacionado ao desenvolvimento das lutas políticas e das instituições modernas que fundiu o indivíduo geograficamente e o separou funcionalmente frente às instituições.

Os estudos de Marshall identificam, segundo Lo Vuolo (2001), dois conjuntos de forças que influenciaram as sociedades capitalistas há aproximadamente dois séculos, sendo eles:

[...] la división de clases y los derechos de ciudadanía. Las clases sociales serían la fuente fundamental de las desigualdades sociales mientras que la ciudadanía se presenta como la fuerza opuesta, debido a que se basa em derechos universales que comparten todos y cada uno de los miembros de una comunidad nacional (2001, p. 22).

Marshall reconhece a tensão existente entre o princípio de igualdade presente no conceito de cidadania e a presença de desigualdades na sociedade de classes, bem como reconhece que não se pode conferir uma igualdade absoluta, mas considera que através da obtenção/garantia do *status* de cidadão seria mais difícil preservar as desigualdades econômicas porque o movimento em favor da igualdade possuía duplo aspecto: opera em parte através da cidadania e em parte através do sistema econômico. Informa que, em ambos os casos, o objetivo consiste na remoção de desigualdades que não podem ser consideradas como legítimas, mas o padrão de legitimidade empregado também é diferente: no primeiro é o padrão de justiça social; no segundo é a justiça social combinada com a necessidade econômica. O avanço realizado pelo autor consiste no estabelecimento das características constitutivas da cidadania moderna que são identificadas, por Lavallo (2003), em quatro elementos:

i) *universalidade da cidadania*: atribuição de um *status* elaborado em termos de direitos universais para categorias sociais formalmente definidas [...]; ii) *territorialização da cidadania*: [...] assunção do território como critério horizontal a delimitar a abrangência desse *status*, em substituição dos princípios corporativos; iii) *princípio plebiscitário da cidadania ou individualização da cidadania*: generalização dos vínculos diretos entre o indivíduo e o Estado como forma legítima de reconhecimento e subordinação política [...]; iv) *índole estatal-nacional da cidadania*: existência de um vínculo constitutivo entre cidadania e a edificação do Estado-nação, graças à construção histórica de coincidência dupla: entre o território e um poder centralizado único, de um lado, e, de outro, entre a população constituída como comunidade política e o Estado enquanto encarnação presuntiva dessa comunidade concebida em termos culturais ou de identidade nacional (2003, p. 77 – grifos do autor).

Desse modo, a cidadania moderna desenvolveu-se como prerrogativa de um *status* concedido aos que são membros integrais de uma comunidade e estaria relacionada com os processos de centralização do poder em aparatos burocráticos modernos, ou seja, com a edificação do Estado-nação<sup>29</sup>. A cidadania moderna consolidou um acordo entre homens que são livres e iguais em *status*, embora não necessariamente em poder, significando que os Direitos conferem a capacidade legal que o indivíduo tem de lutar pelo que gostaria de possuir, ao passo que não garantem a posse efetiva. O Estado estaria presente na regulação e efetivação dos direitos sendo que os *direitos de primeira geração* necessitariam para a sua consolidação de um Estado mínimo, enquanto que os de *segunda geração* exigiriam um Estado forte, ou melhor, os direitos sócio-econômicos necessitariam para sua efetiva garantia da intervenção do Estado através de políticas sociais que os materializassem junto aos cidadãos (BOBBIO, 1992; MARSHALL, 1967).

Nesse movimento faz-se presente a questão das *liberdades* e dos *poderes*, ou seja, de acordo com Bobbio (1992) significa que a proteção de um direito só pode ser concedida à medida que se restringe, ou se suspende a proteção de outro, entendendo por *liberdades* os direitos que são garantidos pela abstenção do Estado e por *poderes* os direitos que exigem a intervenção estatal para que possam ser efetivados. Macpherson (1991) complementa ao considerar que

os direitos civis são principalmente *contra* o Estado, isso é, reivindicam liberdades individuais que o Estado não pode invadir. Os direitos políticos são direitos de participar do *controle* do Estado. Os direitos econômicos e sociais reclamam benefícios a serem garantidos *pelo* Estado, quer pela legislação, quer pelo provimento de serviços e de renda complementar (1991, p. 40 – grifos do autor).

Ao procurar responder às aspirações concretas do homem enquanto membro de determinada comunidade, os Direitos têm o desenvolvimento de sua positivação intimamente ligado ao contexto de lutas em defesa de novas liberdades que se queriam reconhecidas e, posteriormente, asseguradas pelo Estado moderno. Assim, o jusnaturalismo teve a importante função histórica de estabelecer limites ao poder do Estado do ponto de vista dos direitos dos governados/cidadãos e não apenas do ponto de vista do dever dos governantes.

---

<sup>29</sup> Estado-Nação consiste no sistema político e social de um Estado e de uma Sociedade Civil pertencentes a um mesmo território. Por Estado entende-se um território com fronteiras jurídicas e político-administrativas demarcadas, o aparelho administrativo e o sistema constitucional que regula determinada sociedade. Enquanto Nação é entendida como a comunidade política, ou grupo de pessoas unidas por características comuns (língua, cultura, território e religião) (PEREIRA, 1998).

Aprender o debate sobre Direitos e Cidadania a partir de uma perspectiva histórica, implica reconhecer que os Direitos decorrem das mudanças constatadas nas condições sociais que também remetem a uma consciência histórica dos Direitos e do Estado enquanto construções humanas. Para tanto, atentar para os debates que engendram os Direitos e a Cidadania na contemporaneidade torna-se fundamental, sobretudo no que se refere aos direitos sócio-econômicos porque, através do debate sobre a sua efetivação, são evidenciadas as contradições inerentes aos fundamentos do Direito moderno que, por sua vez, compõe o Estado em sua fase capitalista.

Desse modo, atentar para a fundamentação do Direito moderno, considerando também os direitos sócio-econômicos, implica fazer referência a determinados valores e conceitos morais. É o caso da liberdade, da igualdade e da solidariedade que, de acordo com Pisón (1998), são conceitos que têm tido um grande êxito na fundamentação dos Direitos e no discurso moral, mas também explicitam muitas dúvidas. No item a seguir tenta-se uma maior aproximação do debate conceitual e valorativo que engendram a liberdade e a igualdade.

## **2.2. Liberdade e Igualdade: aproximações conceituais**

Muitas são as dificuldades que permeiam os conceitos de liberdade e igualdade, tanto no que se refere à imprecisão dos significados (diferentes concepções para um mesmo conceito), quanto ao estabelecimento de um sistema coerente da relação entre os valores que compõem o debate. São conceitos genéricos que, para Bobbio (2000), quando invocados devem responder a determinadas perguntas, no caso da liberdade deve ser respondidas as perguntas: liberdade para quem? E liberdade em relação a quê? Em relação à igualdade, as perguntas a serem respondidas são as seguintes: igualdade entre quem? E igualdade com relação a que coisas?

Esses conceitos não podem ser pensados fora dos debates que envolveram e envolvem o Estado moderno e são concernentes à relação entre limitação material do Estado e doutrina democrática, implicando em significados diferentes. Os estudos de Bobbio (2000) serão tomados como base para a caracterização das distinções conceituais referentes à liberdade e à igualdade segundo sua apreensão no âmbito de doutrinas também diferentes.

Desse modo, a partir da doutrina liberal, o termo liberdade é usado para indicar um estado de não impedimento, significando o mesmo que “‘licitude’ ou esfera daquilo que não sendo nem obrigado, nem proibido é permitido” (BOBBIO, 2000, p. 279). No concernente ao

Estado está a exigência de que seja diminuída a esfera das obrigações e que seja ampliada a esfera das permissões. O termo liberdade, nesse sentido, é acompanhado pelo termo ação.

Na doutrina democrática, liberdade significa “‘autonomia’, ou seja, o poder de estabelecer normas a si próprios e de não obedecer a outras normas além daquelas estabelecidas pra si próprios” (BOBBIO, 2000, p. 279). Liberdade implica na oposição à coerção e é acompanhada pelo termo vontade.

De acordo com Bobbio (2000), ambos os conceitos são legítimos e seria uma discussão vazia tentar estabelecer qual é a verdadeira liberdade, bem como qual seria a melhor já que ambos os significados indicam estados desejáveis do homem. Para o autor significa dizer que “a própria vontade como autonomia pressupõe uma situação de liberdade como não impedimento [...] uma situação geral de ampla licitude é condição necessária para a formação de uma vontade autônoma” (p. 279), politicamente significa que uma deliberação autônoma baseada na vontade geral somente pode surgir em uma sociedade na qual alguns direitos fundamentais são reconhecidos e exercidos. Com isso, as instituições democráticas vão se constituir em um aperfeiçoamento das instituições liberais, decorrendo daí o uso do termo “liberal-democracia”.

Portanto, Estado e liberdade são considerados como termos que remetem um ao outro e as explicações doutrinárias, no âmbito da tradição liberal e democrática, tratam de demonstrar que a liberdade só pode ser realizada no Estado e que fora do Estado ou não existe liberdade (mas licença), ou há liberdade sem existir garantia. Bobbio considera que essa conciliação ocorre em duas direções: 1) que vai de Locke a Kant cuja principal tarefa do Estado é garantir a liberdade natural, sendo que não implica em, o Estado, sobrepor as próprias leis às leis naturais, mas fazer – mediante o exercício do poder coativo – com que as leis naturais sejam realmente operantes; 2) que vai de Rousseau a Hegel atribuindo ao Estado a tarefa de eliminar totalmente a liberdade natural para transformá-la em liberdade civil – liberdade enquanto adequação da vontade coletiva. Nas duas direções a única apreensão de liberdade possível reside naquela que se instaura no Estado, mas na primeira a verdadeira liberdade é a *liberdade da comunidade* e para a segunda é a *liberdade na comunidade*. Segundo o autor, estão fora dessa tradição Hobbes e Lênin, para eles “onde há Estado não há liberdade e onde há liberdade não há Estado”, mas há uma diferença estabelecida na atribuição do valor, ou seja, para Lênin o que vale é a Liberdade e para Hobbes é o Estado.

Igualdade é o outro lado da moeda na qual está a liberdade. Bobbio informa que são possíveis quatro respostas para as perguntas inicialmente levantadas sobre o conceito (igualdade entre quem e igualdade com relação a que coisas?): 1) Igualdade de alguns em alguma coisa; 2) Igualdade de alguns em tudo; 3) Igualdade de todos em alguma coisa; 4)

Igualdade de todos em tudo. Aquela que caracteriza uma doutrina igualitária, para o autor, corresponde a quarta resposta, ou seja, considera-se igualitária a concepção de sociedade na qual é desejável que todos sejam iguais em tudo, significa que há uma exigência por igualdade do maior número de indivíduos para o maior número de bens. Das demais respostas, o autor considera que a primeira não é particularmente significativa porque qualquer norma geral e abstrata – como são as leis – estabelece que alguns são iguais em alguma coisa. Em relação à segunda, trata-se do igualitarismo parcial ou limitado cujo exemplo é o da república platônica. Por fim, a terceira resposta refere-se, por exemplo, aos princípios liberais que considera iguais todos os homens, ou cidadãos de um Estado em relação à capacidade jurídica ou de igualdade perante a lei.

Bobbio (2000) destaca ainda que o conceito de igualdade pode ser distinguido também pelo critério de justiça que é atribuído a ele. O critério igualitário repousa no critério da necessidade por excelência porque satisfaz tanto ao princípio “a cada um segundo a sua necessidade” quanto ao princípio de distribuição de bens disponíveis. É o critério que permite a menor diferenciação, segundo o autor “a natureza fez os homens mais iguais em relação às necessidades do que em relação às capacidades e à possibilidade que, segundo as diferentes capacidades, têm de cumprir este ou aquele trabalho útil à sociedade” (p. 301). No entanto, esse não é o único critério admitido em uma doutrina igualitária, pois a capacidade também é admitida como critério no sentido da repartição do ônus: “a cada um segundo sua capacidade” e “a cada um segundo seu trabalho”.

Nesse sentido, a oposição com relação à doutrina liberal é evidente enquanto para esta o critério menos igualitário (o da capacidade) é invocado para justificar a desigualdade, na doutrina igualitária o mesmo critério é invocado para justificar a desigualdade dos deveres que cada um tem diante da sociedade. Outra oposição pode ser ainda destacada, referente à oposição entre a igualdade dos pontos de partida e a dos pontos de chegada que, segundo Bobbio, também foi apresentada como a oposição entre igualdade de oportunidades e igualdade de resultados que, por sua vez, é representativa da oposição entre concepção individualista e pluralista e a concepção solidária e comunitária de sociedade.

Bobbio (2000) chama atenção para dois modos de se buscar uma maior igualdade entre os membros de uma dada sociedade: “a) Estender as vantagens de uma categoria a outra categoria que dessas vantagens esteja privada; b) Retirar de uma categoria os privilegiados e as vantagens de que goza de modo que possam deles obter benefícios também os não-privilegiados” (p. 303). Enquanto no primeiro modo não afeta as vantagens da categoria superior com a equiparação, o que é compatível com a doutrina liberal; o segundo modo

modifica tanto a situação daqueles que estão em vantagem quanto dos que estão em desvantagem, sendo compatível com a doutrina igualitária.

O debate acerca da igualdade está polarizado na diferença fundamental entre desigualdades naturais e desigualdades sociais. Isso leva a duas posições antitéticas: aquela que considera a maioria das desigualdades da vida em sociedade como sendo naturais – doutrina liberal; e aquela que considera a maioria das desigualdades da vida em sociedade como sendo de origem social – doutrina igualitária. Para Bobbio (2000), a oposição é clara

em nome da igualdade social, o igualitário condena as desigualdades sociais; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social. Enquanto o primeiro tende a ver nas desigualdades sociais um produto artificial, o segundo tende a ver um produto artificial na igualdade social (p. 304).

No bojo dessas considerações estão outras duas denominações sobre o conceito de liberdade: *liberdade negativa* e *liberdade positiva*. Ambas reforçam o já exposto onde *liberdade negativa* identifica a liberdade como ausência de coações externas sobre o indivíduo, referindo-se a ausência de obstáculos, de interferências – tanto do Estado quanto dos demais indivíduos; e a *liberdade positiva* trata de uma liberdade que é real, que atribui ao indivíduo não apenas a faculdade, mas também o poder para fazer e reclamar uma interferência por parte do Estado para que essas liberdades existam e se efetivem de fato.

Segundo Andrade (1993) e Pisón (1998) é a partir da polarização do debate envolvendo aquelas duas doutrinas que houve à caracterização dos direitos civis e políticos como sendo direitos liberais e dos direitos sociais como sendo direitos socialistas, para os autores resulta daí a visão distorcida e limitada dos Direitos quando separa os direitos civis e políticos dos direitos sócio-econômicos, subordinando estes últimos aos primeiros. Andrade (1993) ao analisar criticamente as duas doutrinas, salienta suas diferenças:

o liberalismo, a partir de um enfoque jurídico-individualista (fixado a uma representação atomizada e formal da liberdade e igualdade, à margem das condições de produção) exalta apologeticamente os direitos do homem e os define em termos de moral privada. A crítica marxista, desde uma perspectiva econômico-classista, os desacredita ao considerá-los mera expressão ideológica de dominação da burguesia ascendente (p. 89)

De acordo com a autora, ambas são incapazes de pensar politicamente a questão dos Direitos porque privilegiam o social (indivíduo/classe) com relação ao político (referência exclusiva ao Estado). Assim, o liberalismo alude ao homem abstrato ressaltando o caráter igualitário e libertário no qual os direitos civis e políticos são apreendidos em uma perspectiva

privada, como instrumentos de defesa da liberdade individual, nele basta que o ordenamento jurídico – as regras gerais e abstratas – reconheça a liberdade individual e suas diferentes manifestações – o direito à propriedade. Frente a isso, os direitos sócio-econômicos não são tematizados. Em relação ao marxismo, evidencia-se uma concepção determinista na qual o econômico determina o político inteiramente e rejeita o debate em torno dos Direitos porque os percebe inoperantes já que transformou o seu conteúdo libertário em prática liberal de dominação da classe burguesa.

São essas doutrinas, com seus avanços e limitações, que têm guiado os autores na contemporaneidade quanto ao debate sobre os Direitos, principalmente no referente aos direitos sócio-econômicos. Cabe destacar que as preocupações acerca dos conceitos de liberdade e igualdade atêm-se essencialmente em um aspecto: no papel do princípio da igualdade presente no Direito. Assim, para os liberais contemporâneos os direitos sócio-econômicos continuam a ser uma limitação intolerável tanto para a liberdade individual quanto para os direitos naturais dos indivíduos donde se alude à concepção negativa de liberdade e na qual se firma uma despreocupação com a igualdade e uma fixação pelo mercado como mecanismo de distribuição justa. Aqui as desigualdades reais são tidas como aceitáveis (ANDRADE, 1993; BOBBIO, 1997; ESPADA, 1997; PISÓN, 1998).

No referente aos críticos contemporâneos do liberalismo, o debate ressalta a necessidade de resignificar o conceito de liberdade a partir do conceito de igualdade, entendendo que ambos incidem substancialmente na vida de indivíduos concretos (ANDRADE, 1993; BOBBIO, 1997; ESPADA, 1997; PISÓN, 1998). Desse modo, o princípio de liberdade está aliado ao de igualdade e ao se distinguir os conceitos de liberdade também se distingue os conceitos de igualdade, sendo que essa distinção acontece sempre de maneira correlata, como informa Bobbio (2000)

ao momento da liberdade pessoal ou negativa corresponde o momento da igualdade jurídica, que consiste na situação na qual todos os cidadãos têm capacidade jurídica, são sujeitos juridicamente reconhecidos pela ordem, o que implica uma abstrata, mas apenas abstrata, capacidade de querer e de agir, nos limites da lei, por interesse próprio. Ao momento da liberdade política corresponde o momento da igualdade política, característica do Estado democrático fundado no princípio da soberania popular não fictícia e, portanto, no intuito do sufrágio universal. [...] ao momento da liberdade positiva, ou liberdade como forma de poder, corresponde o da *igualdade social*, dita de outra forma, a igualdade de ocasiões ou de oportunidades (pp. 291, 292).

O autor pontua que o conflito entre os conceitos irá existir conforme se apreenda analiticamente seu significado, assim estarão em conflito a liberdade negativa e a igualdade



substancial enquanto não estarão em conflito a liberdade política e a igualdade política, por exemplo. Portanto, a liberdade e a igualdade quando tomadas pelos seus significados mais amplos, como valores últimos, são consideradas valores antitéticos, no sentido de que não se pode realizar plenamente um sem restringir o outro. Para Bobbio (2000), a imagem do homem livre, hoje, está associada ao fato de que ele não deve tudo ao Estado porque vê a organização estatal como instrumento e não como fim; participa direta ou indiretamente do Estado; tem poder econômico suficiente para satisfazer exigências fundamentais da vida material e espiritual. Para o autor, quando se considera que o ser humano é livre no sentido que “deve ser livre, ou deve ser protegido e favorecido na expansão da sua liberdade” está se presumindo três coisas:

1) todo ser humano deve ter alguma esfera de atividade pessoal protegida contra as ingerências de qualquer poder externo, em particular do poder estatal: exemplo típico é a esfera da vida religiosa, que é consignada à jurisdição da consciência individual; 2) todo ser humano deve participar de maneira direta ou indireta da formação das normas que deverão posteriormente regular sua conduta naquela esfera que não está reservada ao domínio exclusivo da sua jurisdição individual; 3) todo ser humano deve ter o poder efetivo de traduzir em comportamentos concretos, os comportamentos abstratos previstos pelas normas constitucionais que atribuem este ou aquele direito, e portanto deve possuir ele próprio, ou como quota de uma propriedade coletiva, bens suficientes para uma vida digna (BOBBIO, 2000, p. 490).

Isso nada mais é do que o reconhecimento de que, na contemporaneidade, o homem livre não está restrito apenas a liberdade negativa, ao contrário adensa a ela a liberdade política e a liberdade positiva. O autor destaca ainda que esses conceitos estão presentes na Declaração Universal de 1948 – principal instrumento jurídico da atualidade no qual encontram-se proclamados os direitos dos homens consensuados em torno de valores humanos fundamentais construídos e reconhecidos até hoje. A partir dela, tais conceitos irão permear todas as demais convenções voltadas ao debate sobre os Direitos.

Portanto, acirra-se o debate que pontua a distância entre a liberdade enquanto conceito e a realidade concreta dos indivíduos. Para Lafer (1980, p. 31) “uma coisa é a liberdade como um valor na perspectiva da ação; outra são as condições para o seu exercício”. Isso significa, para Macpherson (1991), impedimentos ao uso das capacidades humanas que se referem: à falta de meios adequados para a vida, ou pré-requisitos materiais para participar na vida da comunidade; à falta de acesso aos meios de trabalho em um sentido amplo que desenvolvem as capacidades produtivas e não-produtivas do indivíduo; à falta de proteção contra a invasão dos outros que vai da não garantia dos direitos individuais até a escassez dos meios de trabalho e de vida.

Pisón (1998), ao tratar do problema que coloca os direitos sócio-econômicos como restrições à liberdade individual porque são justificadores de uma ação intervencionista do Estado, informa que a resposta tem uma dupla vertente: uma externa que permite contrastar a argumentação liberal com a realidade histórica e assim expô-la a problemas reais; outra interna que procura mostrar a coerência da argumentação e analisar se suas conclusões são lógicas. Ambas procuram evidenciar a visão reducionista do conceito de liberdade projetada sobre os direitos sócio-econômicos:

La crítica externa muestra la injusticia de no atender a situaciones concretas, reales en las que se produce una clara pérdida de libertad. Con ello, se trata de reivindicar la noción de libertad real como significado de este término. La crítica interna muestra cómo alguna de sus conclusiones no están plenamente justificadas desde sus teorías (PISÓN, 1998, p.139).

Significa dizer que a igualdade enquanto fundamento dos direitos sócio-econômicos não é apenas uma concepção de igualdade material, mas aparece também como um pressuposto ao exercício da liberdade individual e como expressão da solidariedade entre os indivíduos em sociedade.

Segundo Bobbio (2000), a história real dos Estados modernos tomou a direção de uma gradual interação das duas tendências (liberdade como não-impedimento e como auto-regulação) que irá corresponder, nos termos da autodeterminação, a afirmação: “até onde é possível, é preciso dar livre vazão à autodeterminação individual (liberdade como não-impedimento); onde já não é possível, é preciso fazer com que a autodeterminação coletiva (liberdade como autonomia) intervenha” (p. 103). Significa que naquilo que o indivíduo é capaz de decidir sozinho, que seja deixado a “livre determinação do seu querer”; e onde for necessária uma decisão coletiva que o indivíduo participe de modo que a sua participação também seja, ou pareça ser, uma “livre determinação do seu querer”.

Nesse íterim, a cisão entre esfera pública e privada, em sua versão democrática – na qual o indivíduo/cidadão vai interagir – somente vai reconhecer a representação política enquanto instância de mediação entre elas. Significa que a titularidade dos direitos políticos possibilita ao indivíduo regressar ao plano da política e do público, assim o conceito de Democracia é inseparável do debate sobre Direitos, sobretudo quando se trata dos direitos sócio-econômicos.

### 2.3. Democracia

Através da apreensão dos conceitos de liberdade e igualdade é possível apreender também que seu florescimento só ocorre nas sociedades que estabeleceram um Estado de Direito. Assim, segundo Lafer (1980) tais conceitos estão associados às discussões das formas de governo, do papel do Direito e da estrutura do Estado como condição para a sua tutela jurídica. Para tanto, evoca-se a necessidade de se realizar maior aproximação do debate acerca da Democracia, tanto no que se refere às suas dimensões conceituais e procedimentais, quanto a respeito da disparidade entre o ideal democrático e a democracia real.

No que tange a definição, Bobbio (2000) considera que tem permanecido a mesma desde a antiguidade, significando o “poder do povo” no qual “a condição preliminar para o bom funcionamento de um regime democrático [...] é o interesse dos cidadãos pela coisa pública e o bom funcionamento que deriva desse interesse” (p. 417). Nesse sentido, a visão de governo é uma visão idealizada, tanto para os antigos quanto para os modernos.

A idéia de democracia implica na afirmação de um governo dos cidadãos no qual os indivíduos são os titulares do poder soberano e gozam de liberdades que permitem o exercício efetivo desse poder. Assim, os princípios iniciais do governo democrático estenderam-se progressiva e irreversivelmente nos diferentes movimentos históricos das nações, para Bobbio (2000) isso aconteceu em duas direções: 1) na atribuição dos direitos políticos para a maioria com a ampliação do sufrágio; 2) no âmbito da sua aplicação que envolve a passagem da democracia das cidades para a democracia dos grandes Estados territoriais, cujo efeito consiste na passagem da democracia direta para a democracia representativa. O autor considera que há, no mundo, democracias muito diferentes entre si e que é um equívoco tratar a democracia de modo geral, sendo que as experiências concretas dos governos democráticos revelam a disparidade entre o *dever ser* e o aquilo que de fato é.

Desse modo, o ideal democrático está impedido de realizar-se porque seus valores últimos correspondem à liberdade e à igualdade que, levados as suas últimas conseqüências, são incompatíveis

uma sociedade na qual estejam protegidas todas as liberdades, nelas incluída a liberdade econômica, é uma sociedade profundamente desigual [...] Mas, ao mesmo tempo, uma sociedade cujo governo adote medidas de justiça distributiva tais que tornem os cidadãos iguais não apenas formalmente ou diante das leis, como se diz, também substancialmente, é obrigada a limitar muitas liberdades (BOBBIO, 2000, p. 422).

Considera que a liberdade e a igualdade são um ponto de chegada, e a democracia pode ser considerada um processo de aproximação dessa meta. Na seqüência dessa argumentação, o autor parte do pressuposto de que o fundamento ético da democracia consiste no reconhecimento da autonomia do indivíduo racional – de todos os indivíduos sem distinção – o que significa dizer que a sociedade civil é o resultado artificial da ação cooperativa de indivíduos que decidem viver juntos. Reside aí a inversão histórica: não mais o indivíduo é produto da sociedade, mas a sociedade é o produto do indivíduo e assim concebida deve ser construída almejando o bem para o indivíduo. Na esfera da política isso significou apreender a sociedade civil a partir do ponto de vista dos governados cujas expressões práticas consistiram nas Declarações dos Direitos que acompanharam as revoluções democráticas francesa e americana.

A racionalidade atribuída ao indivíduo corresponde ao fato dele “ser capaz de avaliar as conseqüências não apenas imediatas, mas também futuras, das suas próprias ações e de avaliar seus próprios interesses em relação aos interesses dos outros”. Dito de outra forma: é a pactuação de interesses através da lógica do compromisso que, por sua vez, caracteriza o equilíbrio instável (porque passível de novos acordos) do regime democrático. Tal assertiva consiste na justificação da democracia como a melhor forma de governo, pois está assentada no pressuposto de que “o indivíduo singular – como pessoa moral e racional – é o melhor juiz do seu próprio interesse” (BOBBIO, 2000, p. 424).

Tal como a democracia, o indivíduo racional é um ideal-limite e, por definição, inatingível. Assim, o que pode existir historicamente são maiores ou menores aproximações desse ideal. A partir disso, Bobbio (2000) considera a democracia como via, habitualmente chamada de “concepção processual da democracia, que acentua as chamadas regras do jogo, ao conjunto de regras que devem servir para se tomarem às decisões coletivas [...] com o máximo de consenso e o mínimo de violência” (p. 426). Portanto, ela se diferencia das demais formas de governo através de regras fundamentais que estabelecem *quem* está autorizado a tomar decisões coletivas e com *quais* procedimentos.

Para Bobbio (2000), as regras fundamentais que caracterizam um governo democrático consistem em: 1) todos os cidadãos, com maioria etária e sem sofrer qualquer tipo de distinção, devem gozar de direitos políticos, ou seja, individualmente devem poder expressar sua opinião, ou de escolher quem a expresse por ele; 2) o voto de todos deve ter igual peso; 3) os portadores de direitos políticos, devem ser livres para votar de acordo com seu discernimento; 4) devem ser livres no sentido de serem colocados em condições de

escolher entre alternativas diferentes; 5) deve valer a regra da maioria numérica<sup>30</sup>; 6) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de poder se tornar maioria em igualdade de condições. Segundo o autor, essas regras sendo formais dão ao conceito de democracia um sentido restrito mas, ao especificarem *quem* deve decidir e *como*, tornam o conceito menos vago. Considera, ainda, que não basta a observância dessas regras para se ter um Estado democrático, mas caso não seja considerada uma delas é suficiente para que o governo não seja democrático.

No bojo dessas considerações, Lafer (1980) afirma que a democracia é também um valor que justifica e motiva a ação, como tal contém entre suas características básicas a realizabilidade e a inexauribilidade. “A primeira confere à função axiológica uma dimensão real no bojo da experiência histórica. A segunda indica como a história não é a expressão fechada, mas aberta às possibilidades da atividade humana em cada momento particular do tempo” (p. 45). Isso se fundamenta, para Bobbio (1983) por três razões: 1) do ponto de vista ético – o método democrático permite a atuação do princípio de autonomia, onde os próprios indivíduos elaboram as normas que lhes orientarão; 2) do ponto de vista político – a democracia é o melhor método contra o abuso do poder, pois remete ao respeito às regras de procedimento, a defesa das minorias e o princípio da maioria; 3) do ponto de vista utilitário – pressupõe que ninguém melhor para defender o interesse coletivo do que a própria coletividade.

Portanto, o fundamento de uma sociedade democrática reside no pacto de não violência entre os indivíduos e o dever de obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo previamente pactuadas, sendo que a principal delas consiste na de solucionar os conflitos, surgidos em cada situação, sem recorrer à violência como procedimento.

Cabe lembrar aqui, que a democracia pode ser considerada como prosseguimento e aperfeiçoamento do Estado liberal, para Bobbio (1997) houve uma gradual combinação entre o método democrático e os ideais liberais cumprindo a máxima de que “se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início à condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade” (p. 44). O autor considera que apenas os Estados democráticos protegem os direitos do homem e que são democráticos apenas os Estados erigidos sob os ideais liberais firmados historicamente

---

<sup>30</sup> Governo da maioria implica em entender a maioria como o sujeito coletivo do poder político, o que indica *quantos* governam e não *como* governam (BOBBIO, 2000).

nas Declarações, desse modo as normas constitucionais são consideradas regras preliminares que possibilitam a existência do jogo democrático.

Nesse sentido, a democracia associada ao liberalismo pressupõe o sufrágio universal tornando-se assim um meio de expressão da livre vontade de indivíduos singulares, o que significa que complementa as liberdades particulares com a liberdade política. Porém, o conceito se modifica quando, com o pensamento socialista, a democracia liberal passou para a democracia social, significando o ideal igualitário que só irá se completar com a transformação/superação da sociedade capitalista. A chamada “democracia social” culminará no século XX com o “Estado de serviços”.

De acordo com Bobbio (1997), o contraste entre liberalismo e democracia só se resolve quando da aceitação pela doutrina liberal da democracia como método – aqui se faz referência ao exposto anteriormente – ou conjunto de regras do jogo, mas também do estabelecimento permanente dos limites em que essas regras podem ser usadas. Assim sendo, o que se percebe com esse contraste são as duas formas de entender a liberdade (negativa e positiva) e que não podem ser resolvidas de uma vez para sempre.

No que concerne aos ideais democráticos e o que foi efetivamente concretizado pela democracia real, Bobbio (1987) aponta seis promessas não cumpridas: 1ª) o modelo do Estado democrático pautado na soberania popular concebia uma sociedade monística, sendo que a sociedade real, que efetivou governos democráticos, é pluralista na qual são os grupos (contrapostos e concorrentes) os protagonistas da vida política; 2ª) a representação política não conseguiu realizar o mandato livre, continua prevalecendo a representação dos interesses; 3ª) nos regimes democráticos as oligarquias ainda estão presentes no poder; 4ª) o processo de democratização não conseguiu realizar-se plenamente, embora tenha obtido o sufrágio universal, a democracia não contaminou todos os espaços onde o poder é exercido, ou seja, os espaços de exercício decisório não têm se ampliado de maneira a distribuir o poder; 5ª) não eliminou o poder invisível no sentido que os atos do governo não foram publicizados de modo que os cidadãos pudessem tomar conhecimento das ações dos governantes como também exercer controle efetivo sobre o poder; 6ª) o fato de que a educação para a cidadania seria decorrente do próprio exercício da prática democrática.

Para Bobbio (1987) o projeto político democrático que se erigiu dessas premissas e promessas faziam referência a sociedades muito menos complexas que as atuais e destaca que o conteúdo mínimo do Estado democrático ainda se mantém, ou seja, atualmente nos Estados declarados democráticos há

garantias dos principais direitos de liberdade, existência de vários partidos em concorrência entre si, eleições periódicas a sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas [...] ou tomadas como base no princípio da maioria, e de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão de governo (BOBBIO, 1987, p.37)

Isso significa atentar para o legado valorativo alcançado historicamente que remonta para os ideais de tolerância, de não-violência, de renovação gradual da sociedade através do diálogo entre diferentes, sem os quais não se pode pensar em um destino comum. Segundo o autor, o que se põe em pauta hoje não é mais a democratização do Estado, mas a democratização da sociedade, isto é, “a ocupação pelas formas ainda tradicionais de democracia, como é a democracia representativa, de novos espaços [...] até agora dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático” (BOBBIO, 1987, p. 55). Consiste na apreensão da sociedade como uma esfera muito mais ampla que passa a abarcar a esfera política, já que não há decisão política que não esteja condicionada/determinada pelo que acontece na sociedade civil.

Portanto, considerando o exposto, a característica fundamental da democracia moderna consiste na liberdade do dissenso que, mantido dentro dos limites, não é mais o destruidor da sociedade, mas o solicitador que possibilita a oposição pacífica de idéias através da qual os cidadãos se posicionam ativamente. De acordo com Bobbio (1987, p. 64) tudo está em conexão: “a liberdade de dissentir tem necessidade de uma sociedade pluralista, uma sociedade pluralista consente uma maior distribuição do poder, uma maior distribuição do poder abre as portas para a democratização da sociedade civil e, enfim, a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política”.

Com a ampliação do *status* de cidadania, a democracia passou a integrar o conceito, pois a instauração de regimes representativos e o fortalecimento dos mecanismos de participação possibilitaram, no início do século XX, o reconhecimento e a inserção de interesses da classe trabalhadora (NOGUEIRA, 2001). Portanto, falar a respeito de Direitos e de Cidadania implica considerar o Estado na sua fase social, pois esses conceitos somente adquirem materialidade através do exercício político que reclamou a intervenção estatal por meio de políticas sócio-econômicas.

## **2.4. Estado de Bem-estar Social e necessidades humanas básicas<sup>31</sup>: debate atual acerca do acesso aos Direitos sócio-econômicos**

Diante do que foi exposto nos itens anteriores pode-se considerar que os Direitos são produtos de uma construção histórica decorrente da participação ativa dos indivíduos enquanto sujeitos no âmbito do Estado liberal-democrático. A medida em que se compreende esse debate observa-se que há um acirramento na discussão sobre o fundamento e a justificação dos direitos sócio-econômicos, contrariamente ao destacado por Bobbio (1992) que considera o principal problema envolvendo os direitos do homem na atualidade como sendo referente a sua proteção e não mais na sua fundamentação. Tal discussão tem ocupado os pesquisadores do Estado e da questão dos Direitos, bem como os têm dividido quando do debate acerca do acesso aos Direitos, sobretudo dos direitos sócio-econômicos já que estes envolvem a satisfação de necessidades humanas por meio de ações positivas (políticas sócio-econômicas) do Estado.

Ao se considerar que as questões relacionadas com os Direitos e a política social devem ser apreendidas juntamente com a organização do movimento operário – significando tanto reivindicação operária quanto concessão capitalista – e que somente através dessa apreensão pode-se entender e problematizar o Estado como a instância máxima de reconhecimento e atenuação das reivindicações e conflitos entre classes. Os direitos sócio-econômicos entram em cena enquanto consagração jurídica da ampliação do *status* de cidadania no interior desse Estado.

Implica em reconhecer que o chamado Estado de Bem-Estar Social surgiu em decorrência do Estado liberal-democrático, ou seja, surgiu para corrigir as deficiências de bem-estar evidenciadas pelo Estado liberal. De acordo com Pisón (1998), o Estado de Bem-estar Social se contrapôs aos ideais do individualismo clássico e do não intervencionismo estatal. Assim, junto aos direitos de liberdade, os direitos sócio-econômicos também passam a ser entendidos como fundamento do Estado, transformando as relações entre Estado e Sociedade.

O Estado de caráter social passou a intervir em vários aspectos da vida econômica e social. Fez-se presente nas esferas que eram determinantes para a satisfação das condições mínimas de bem-estar, responsabilizando-se pelo bem-estar dos cidadãos por meio de ações de proteção social aos cidadãos mais desprotegidos que, posteriormente, se estendeu a todos

---

<sup>31</sup> Opta-se pelo estudo das necessidades humanas básicas dado que, nos últimos anos, o Serviço Social tem consolidado um amplo debate sobre o tema. Porém, outras abordagens são possíveis como a referente aos Mínimos Sociais e as propostas de Amartya Sen – apenas pra citar os mais significativos e devido aos limites desse estudo não será possível detalhá-las.



os cidadãos em situação de risco<sup>32</sup> ou em situação de incapacidade produtiva seja por doença, invalidez, velhice. Nesse sentido, a intervenção do Estado na garantia e proteção dos Direitos pode ser explicada a partir de determinada conjuntura política e econômica. No caso do Estado de Bem-estar Social, essa conjuntura é identificada pelos eventos da Segunda Guerra Mundial; da prosperidade econômica do pós-guerra; do surgimento do nazi-fascismo; da ameaça do comunismo; do fortalecimento da classe trabalhadora; e da consolidação das democracias contemporâneas que são signatárias dos pactos e Declarações sobre os direitos do homem.

Em resumo, o desenvolvimento do Estado de Bem-estar Social esteve intimamente relacionado às razões políticas, isto é, às lutas ocorridas nas sociedades industriais pela ampliação do *status* de cidadania através do reconhecimento dos direitos civis, políticos e sócio-econômicos. A afirmação dos direitos sócio-econômicos esteve ligada ao desenvolvimento da democracia representativa e ao aumento do poder político da classe trabalhadora. Desse modo, o Estado de Bem-estar Social se estruturou a partir do desenvolvimento econômico-industrial, momento no qual os fatores político-culturais se expressaram também como uma mudança ideológica.

Cabe salientar que ao se falar em Estado de Bem-estar Social está se falando do Estado de Direito. Isso significa que a legitimidade desse Estado está assentada nos princípios de solidariedade e justiça social através do reconhecimento dos direitos sócio-econômicos o que implica dizer que a sua legitimação, ou aceitação por parte dos cidadãos, depende da satisfação das necessidades básicas, da obtenção do bem-estar geral cuja realização está diretamente ligada aos sistemas de proteção e às políticas sociais desenvolvidas no seu interior (PISÓN, 1998).

Ao serem identificados os Estado liberal e de bem-estar como extensão do Estado de Direito moderno, implicando nos regimes democráticos nos quais se assenta a garantia dos direitos e das liberdades fundamentais, há que se atentar também para o fato de que no Estado de Direito – ao se pretender concretizar esses direitos – a proteção deve estar formalizada e institucionalizada na ordem jurídica, contando com a presença de mecanismos sócio-econômicos dirigidos e planejados (políticas sociais e econômicas) (VIEIRA, 2004). Dessa forma, a política social é construída no interior desse Estado intimamente relaciona com a política econômica, pois é ela quem materializa os direitos sócio-econômicos através dos seus vários instrumentos, equilibrando as desigualdades presentes nas relações individuais. É

---

<sup>32</sup> Risco social se estabelece quando se está em jogo o bem-estar da sociedade e por ela são reconhecidos como merecedores de atenção pública (proteção social), bem como os riscos são produzidos socialmente a medida que a sociedade se complexifica e, portanto, escapam do controle dos indivíduos (ESPING-ANDERSEN, 2000).

também o Estado quem pode mediar a vinculação de uma consciência individual com a coletiva na qual cada um se compromete com o bem-estar de todos.

A democracia adquire um estatuto material porque os direitos sócio-econômicos permitem a aquisição de uma igualdade também material que, por sua vez, permite remover os obstáculos que se impõem ao pleno exercício da liberdade (PISÓN, 1998; VIEIRA, 2004). Isso confere aos direitos civis e políticos outro significado, pois passam a ser interpretados pelo princípio da igualdade no qual o princípio da obtenção da liberdade está relacionado ao da obtenção da igualdade, ou seja, da materialização dos direitos sócio-econômicos.

Na atualidade, as razões que têm levado a redefinição e aos limites que envolvem o Estado remetem ao novo cenário mundial surgido basicamente a partir do fim das economias socialistas e da crise fiscal atribuída ao Estado de Bem-estar Social que envolveu grande parte das economias capitalistas desenvolvidas. Momento no qual retoma-se o pensamento liberal: do indivíduo como ser soberano, do mercado como supremo regulador das relações – especialmente as sócio-econômicas – o Estado mínimo cuja prioridade implica na reprodução do capital, legitimado pelas políticas neoliberais<sup>33</sup> (DUPAS, 1999; PISÓN, 1998).

Toma corpo o discurso *neoliberal*, que conquista a hegemonia, influenciando decisivamente as economias mundiais, pois se passa a entender que a redução da intervenção do Estado e a flexibilização do mercado de trabalho – eliminação da maioria das garantias sociais dos trabalhadores – são as principais medidas para resolver os problemas de um setor público endividado e para o enfrentamento do desemprego.

As crises que afetam o modelo de acumulação geram um processo de reestruturação que para alguns autores, de acordo com Adelantado e Gomà (2000), têm significado uma mudança de paradigma social parecida com aquela que gerou a transição do regime de Estado liberal-industrial para o do Estado social-keynesiano. Segundo Giddens (1996), a realidade universalista na garantia dos Direitos estabelecida no Estado de Bem-estar Social passa a ser questionada em nome da necessidade de reduzir os custos do Estado e de aumentar a racionalidade da vida coletiva. O Estado torna-se menos capaz de controlar eficientemente a vida econômica gerando impactos na vida social onde é abalada a solidariedade nacional, nos moldes do pacto que gerou o Estado de Bem-estar Social.

---

<sup>33</sup> Por políticas neoliberais entende-se a ação do Estado na defesa do livre mercado, da livre circulação de bens, trabalho e capitais; da desregulamentação total da atividade privada; da derrubada das barreiras comerciais, da estatização de preços e contas nacionais; da privatização dos meios de produção e empresas estatais; da drástica redução de gastos públicos principalmente nas políticas sociais (PETRAS, 1997).

Giddens (1996, p.158) informa que “os problemas que o *welfare state* enfrenta agora, em suas várias versões nas diferentes sociedades [...] dizem respeito a cada uma de suas principais ‘temáticas’: trabalho, solidariedade e administração dos riscos”. Para o autor, os problemas que afetam a esfera do trabalho não estão restritos a ela porque geram problemas fundamentais relacionados ao gênero e a família. Em relação à solidariedade os problemas remetem para o eixo analítico das classes sociais, pois os efeitos integradores do Estado de Bem-estar correspondiam a um pacto entre classes e visava a diminuição de suas divisões através do alargamento do *status* de cidadania. Quanto à administração dos riscos implica em novas demandas decorrentes de fatores demográficos (envelhecimento da população = incremento nos gastos com a previdência social); da evolução tecnológica dos serviços sociais (ênfase nos equipamentos médicos de alta tecnologia); do avanço científico no controle e na cura de doenças, bem como o surgimento de novas doenças.

Aliado a esses fatores está à abertura econômica dos países, o que tem diminuído significativamente a autonomia desses países no planejamento de suas próprias políticas econômicas e sociais. No referente à proteção social muitas têm sido as recomendações, sobretudo nos países subdesenvolvidos, dos Organismos Internacionais como o BID, FMI, ONU, OCDE, OIT etc. Isto tem atribuído novos papéis ao Estado e uma retomada dos conceitos mais liberais que têm caracterizado os discursos daqueles organismos desde o início da década de 1990 (DUPAS, 1999).

Hoje não se trata mais da redução radical do Estado, mas de sua modificação, transformando-o e fortalecendo-o nas questões que lhe são atribuídas como fundamentais. A tendência é que o Estado deixe de ser produtor de bens e serviços, para consolidar uma ação assistencial restrita à viabilização de serviços públicos essenciais à população comprovadamente pobre.

Nesse cenário, os Estados caracterizados como de bem-estar têm se modificado e vêm enfrentando desafios ora postos pelas imposições econômicas e macro-sociais exógenas, ora por problemas endógenos aos próprios sistemas de proteção social. Os primeiros referem-se às interferências internacionais nos Estados Nacionais: abertura econômica, desindustrialização e por tendências demográficas, enquanto que os segundos relacionam-se ao descompasso entre os modelos dos atuais programas de proteção social e as demandas sociais emergentes (GIDDENS, 1996).

A importância de resgatar essa discussão reside na profunda insatisfação construída, na atualidade, em torno do modo de ser e de realizar o Estado. Insatisfação esta que vai além da polêmica entre liberais e socialistas e que remonta para a investigação de uma proteção social que enfrente os desafios atuais sob a ótica dos Direitos. Toma corpo o tema

das necessidades humanas na construção da proteção social engendrada pelo Estado ao se pretender reclamar sua intervenção e dotar de conteúdo positivo o conceito de liberdade. De acordo com Pisón (1998), vive-se hoje em uma fase histórica da proteção social na qual a referência às necessidades humanas constitui um critério de primeira ordem na tomada de decisões políticas, econômicas, culturais, ideológicas e jurídicas.

Buscar por elementos justificadores dos direitos sócio-econômicos e, conseqüentemente, das ações do Estado em prol do bem-estar dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se pretende estabelecer um conceito menos formal de liberdade faz com que alguns autores adotem o conceito de necessidades humanas enquanto um instrumento com o qual é possível conferir valor e mensurar os obstáculos que devem ser removidos para dotar a liberdade de conteúdo real.

Tal discussão é construída sob a égide do Estado de Bem-estar Social e, de acordo com Pisón (1998), tem ocupado tanto autores liberais quanto seguidores da teoria marxista e social-democrata. Para os liberais, as necessidades humanas permitem completar o conceito de liberdade afim de torná-lo mais palpável, pois caso contrário seu significado acabaria vago, restrito à forma. Quanto aos marxistas e social-democratas há uma insistência no papel que as necessidades humanas têm na sociedade e buscam pelo seu reconhecimento enquanto obrigação legal para que haja a sua satisfação. O autor entende que os primeiros concebem *la libertad desde la necesidad* e os segundos *la necesidad para la libertad*.

Assim, há aqueles que consideram que a provisão do bem-estar deve ser atribuída à caridade da humanidade e há aqueles que a considera como obrigação dos poderes públicos que devem se responsabilizar pela promoção da autonomia dos seus cidadãos, remetendo ao campo do dissenso no qual as sociedades pluralistas modernas estão imersas e que confere aos Direitos à confrontação dialética entre posturas ideológicas diferentes.

O conceito de necessidade, segundo Pisón (1998), tem alcançado na literatura política e moral da atualidade um papel importante no referente à justificação da prática política e à fundamentação dos direitos sócio-econômicos, ou seja, “necesidad y bienestar están indisolublemente ligadas en el discurso político y moral y, especialmente, en la práctica ordinaria de gobierno. No hay servicios sociales sin la delimitación de aquellas necesidades que hay que satisfacer” (p. 159). Para o autor, este conceito tem grande relevância na fundamentação dos direitos sócio-econômicos, demonstrando que pode existir uma estreita relação entre a existência de uma necessidade e os direitos sócio-econômicos que obrigam a sua satisfação, pois assegura concretamente sua satisfação.

Pisón (1998) salienta que o estudo do conceito necessidades humanas se reveste de inúmeras dificuldades, pois é um conceito ambíguo e impreciso que pode ser apreendido a

parir de diferentes perspectivas. Apesar disso, argumenta que é possível atribuir um significado e uma relevância moral que justifique a provisão pelas instituições sociais das necessidades humanas. Desse modo, “las necesidades constituyen así determinados objetivos que hay que realizar con el objeto de que estos individuos puedan realizar sus planes de vida, puedan perfeccionarse moralmente o, simplemente, gozar de un mínimo de bienestar” (p. 168).

Nesse sentido, as necessidades humanas constituem-se como característica empírica universal para os seres humanos pelo simples fato de se constituírem como tal e são apreendidas por Pisón (1998) como

- **Básicas** – porque é condição para se obter uma vida digna a ponto de que aqueles que não obtêm sua satisfação levam uma vida subumana, condicionada a viver com mínimos e até abaixo deles. Assim, as *necesidades básicas* são identificadas enquanto meios de vida necessários para garantir o mínimo vital a todo ser humano;
- **Objetivas** – porque são constatáveis e a partir do momento da sua falta acarreta ao indivíduo privação, produzindo-lhe danos físicos;
- **Universais** – no sentido de que correspondem à humanidade o que não a restringe a um grupo de países de modo que a sua satisfação é imprescindível para que a humanidade possa levar uma vida digna;
- **Históricas** – porque se inscrevem de acordo com circunstâncias concretas em um momento determinado, em uma época circunscrita a certos espaços temporais, podendo ser modificadas (ampliadas ou reduzidas) à medida que se muda o contexto histórico.

Através dessa argumentação, o autor considera que o maior problema envolvendo o tema reside no fato de demonstrar que as necessidades humanas carregam implicitamente uma obrigação moral, consistindo na obrigatoriedade legal da sua satisfação. Desse modo, Pisón informa que a teoria das necessidades em relação com os Direitos adquire uma importância significativa quando oferece argumentos de fundamentação dos direitos sócio-econômicos, mas não ocorre o mesmo quando se trata de estabelecer sua existência materialmente.

Espada (1997) contribui com o debate afirmando que se constitui em um equívoco incorrer sobre uma descrição definitiva do que se deve ou não incluir sob o rótulo de necessidade básica. Para esse autor, o “simples” reconhecimento da existência de situações de privação e de infortúnio que não deviam ser permitidas já é suficiente para os fins de uma teoria dos direitos sócio-econômicos, pois

entende-se, como é óbvio, que a privação remete apenas para os bens essenciais, isto é, para as condições indispensáveis à atuação como agente moral. Entende-se ainda que tais condições incluem a sobrevivência física e a autonomia [...] compreendendo estas os cuidados de saúde e educação [...] (p. 255)

Significa dizer que a questão reside no fato de aceitar o dever da sociedade em providenciar uma rede de segurança o que, para o autor, não implica em estabelecer o nível exato desta rede, já que isso não se constitui em um problema da teoria geral dos direitos sócio-econômicos porque não é possível estabelecer uma definição precisa e definitiva. Destaca que há fatores a considerar como: o nível de riqueza de uma dada sociedade e sua capacidade de definir o nível dos bens essenciais; o impacto do auxílio social sobre a predisposição dos que são ajudados para recuperarem a autoconfiança; as conseqüências não intencionais das políticas sociais que poderão vir a incentivar comportamentos anti-sociais etc.

Para Espada (1997), os métodos de satisfação das necessidades básicas devem se constituir em uma “provisão intencional” destinada aqueles que dela necessitar e que pode significar apenas o ato de facultar aos indivíduos os meios que lhes permitam aceder ao mercado, um vez que

não é possível demonstrar que os serviços sociais prestam melhores serviços do que os que se encontram já disponíveis no mercado, esta será porventura a melhor forma de fazer cumprir os direitos sociais. Em lugar de substituir a provisão pelo mercado pela provisão pelo Estado, as políticas sociais seriam dirigidas diretamente aos necessitados, possibilitando-lhes o ingresso no mercado e que operem como consumidores de bens essenciais normalmente produzidos por empresas privadas que competem entre si [...] mesmo quando a provisão de bens ou serviços pelo Estado é tida como a única alternativa, deve processar-se sempre de tal modo que a competição funcione e produza os seus efeitos benéficos. Há que evitar os monopólios, públicos ou privados [...] (ESPADA, 1997, p. 257)

A intervenção do Estado estaria orientada, desse modo, para a criação de um quadro regulador estável sempre voltado para a complementação e a melhoria do funcionamento dos mercados em lugar de substituí-los.

Espada (1997) entende igualdade de direitos sócio-econômicos como universalidade de direitos sócio-econômicos, ou seja, “um conjunto de regalias comuns a todos que constitui um chão comum, porém acima desse chão comum, podem proliferar as desigualdades” (p. 264). Considera que a cidadania social cria um estatuto comum a todos, mas este estatuto não pretende substituir os mercados por um padrão de distribuição comum

que defina o que cabe a cada um, ao contrário, significa apenas possibilidades reais de ingresso a ele. Afirma que “o propósito dos direitos de cidadania não é o de promover a igualdade, mas de promover a oportunidade, não é o de evitar as desigualdades, mas o de evitar a exclusão de um universo de oportunidades” (p. 264).

Doyal e Gough (apud PEREIRA, 2002) também são referências no debate sobre necessidades humanas, em suas análises distinguem necessidades básicas de necessidades não-básicas e de aspirações, preferências ou desejos salientando que somente as necessidades básicas<sup>34</sup> têm uma implicação particular, a saber: podem acarretar, caso não sejam adequadamente satisfeitas, *sérios prejuízos* à vida material dos homens e a sua atuação enquanto sujeitos (informados e críticos). Os *sérios riscos* implicam em duplo dano, ou seja, *dano físico* que se refere à privação das pessoas de usufruírem condições de vida favorável a sua participação social; e *dano cognitivo* que integrado ao dano anterior impede as pessoas de adquirir autonomia para agir de modo informado e consciente. Dessa forma, os efeitos que os *sérios prejuízos* causam são substancialmente diferentes daqueles decorrentes da falta de satisfação de preferências<sup>35</sup>, aspirações, compulsões e desejos.

No bojo das considerações de Doyal e Gough, Pereira (2002) conclui que as necessidades básicas são consideradas *objetivas* porque a sua especificação teórica e empírica independe das preferências individuais, e são *universais* porque os sérios prejuízos decorrentes da sua não satisfação serão os mesmos para todo indivíduo, independente de sua cultura. Por isso, os autores afirmam que só há dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais: a *saúde física* e a *autonomia*. Estas necessidades são consideradas pré-condições para tornar possível o alcance dos objetivos de participação social.

Doyal e Gough (apud PEREIRA, 2002, p. 70) qualificam o conceito de autonomia básica informando que consiste na “capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e pô-los em prática sem opressões” onde ser autônomo implica em possuir capacidade de “eleger opções informadas” sobre o que se tem que fazer e de que forma se realiza, ou seja, “é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos” (p. 71). Para os autores, o conceito de autonomia básica tem um sentido muito elementar, implica na autonomia de agência, isto é,

---

<sup>34</sup> O *básico* passa a ser apreendido como direito inegociável e incondicional de todos, e “quem não o tem por falhas do sistema sócio-econômico terá de ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema”. Com isso, a satisfação otimizada das necessidades, a partir da garantia do básico, constitui-se no núcleo duro da justificação das políticas sociais públicas em um cenário de mínimos (PEREIRA, 2002).

<sup>35</sup> A ação individual é compreendida por Doyal e Gough como sendo expressão de uma ação social, pois é sempre aprendida com outros e é por estes reforçada, ou seja, é interagindo com outras pessoas que o indivíduo aprende a viver em sociedade, a obedecer regras como expressão da vontade coletiva e a manter e reforçar objetivos e crenças (PEREIRA, 2002).

na condição prévia para que o indivíduo possa considerar-se a si mesmo, ou ser considerado por outrem, como capaz de fazer algo e de ser responsável pela sua ação. Dessa forma, a não satisfação dos atributos de saúde mental, habilidade cognitiva e oportunidade de participação acarretarão sérios prejuízos ao indivíduo na formação da autonomia de agência.

A autonomia de agência, por sua vez, constitui-se em pré-condição para o desenvolvimento da *autonomia crítica* que consiste na capacidade dos indivíduos de criticar e, se necessário, mudar as regras e práticas da cultura a qual pertencem. Assim,

*a saúde física e a autonomia* devem sempre ser realizadas em um contexto coletivo, envolvendo os poderes públicos, de par com a participação da sociedade. E devem ser o alvo primordial das políticas públicas, tendo em vista a concretização e a garantia do direito fundamental de todos, indistintamente, de terem as suas necessidades básicas atendidas e otimizadas (PEREIRA, 2002, p.74)

O enfrentamento efetivo das necessidades básicas demanda atenção a certas pré-condições sociais referente aquilo que determinada sociedade deve assegurar aos seus membros: *produção*: os recursos suficientes para que todos possam ter assegurados níveis básicos de saúde física e autonomia; *reprodução*: garantia de um nível adequado de reprodução biológica e de socialização das crianças; *transmissão cultural*: a transmissão de conhecimento e valores necessários à produção e à reprodução social; *sistema de autoridade*: algum tipo de sistema de autoridade deve ser instituído e legitimado para que se possa garantir a adesão e o respeito às regras que institucionalizam direitos e deveres.

Doyal e Gough (*apud* PEREIRA, 2002) informam que as necessidades humanas básicas não implicam em uniformidade na sua satisfação, pois há que ser estabelecidas as mediações necessárias para que ocorra sua satisfação. A proteção social entendida como *satisfiers*, entendido como as políticas sócio-econômicas que contemplam um conjunto de bens, serviços e benefícios que, em maior ou menor extensão, podem ser empregados para satisfazer as necessidades de todos os cidadãos. Ao pretenderem níveis cada vez maiores de atenção às necessidades, os autores identificam algumas características de *satisfiers* que são essenciais para a proteção da *saúde física* e da *autonomia* de qualquer indivíduo independente de sua cultura, o que implica também na sua capacitação para participar o máximo possível das formas de vida e de cultura das quais pertence. Essas características correspondem às *necessidades intermediárias* de: 1) alimentação nutritiva e água potável; 2) habitação adequada; 3) ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4) ambiente físico saudável; 5) cuidados de saúde apropriados; 6) proteção à infância; 7) relações primárias significativas; 8) segurança física; 9) segurança econômica; 10) educação apropriada; 11) segurança no



planejamento familiar, na gestação e no parto. Ressaltam que nove dessas categorias podem ser aplicadas indistintamente a todos e que duas fazem referência especificamente às crianças e às mulheres.

Doyal e Gough (*apud* PEREIRA, 2002) consideram que os *satisfiers* nem sempre são universais porque há diferentes formas de satisfação das necessidades e uma grande quantidade de *satisfiers* a ser empregada, mas insistem que o atendimento das *necessidades intermediárias* cria uma cadeia de complementariedade que otimiza<sup>36</sup> a satisfação das necessidades básicas (*saúde física e autonomia*) em prol do alcance do objetivo último que consiste na participação e na libertação humanas.

Nesse sentido, a discussão sobre *necessidades humanas básicas* está fundamentada principalmente nos princípios éticos presentes numa sociedade. Definir esses princípios implica em escolher parâmetros socialmente aceitáveis de sobrevivência e de desenvolvimento dos indivíduos em sociedade (PEREIRA, 2002).

Porém, ao compreender que o contexto histórico no qual foram forjados os Direitos é essencialmente contraditório, localiza-se o Estado como o mediador fundamental das relações entre indivíduos titulares de Direitos. No que tange aos direitos sócio-econômicos, as garantias legais não são sinônimos imediatos de garantias efetivas, nesse sentido a política social passa a ser o principal instrumento de sua materialização. Desse modo, as políticas sociais são apreendidas como Direitos sócio-econômicos corporificados em um conjunto de medidas e instituições que devem obrigatoriamente estar voltada para a produção do bem-estar social e para a viabilização de serviços sociais. Por isso consideradas como um “dever do Estado” porque somente a este é conferido o *poder* de interferir nas relações econômico-sociais das sociedades. Interferência que deve ser gestada em prol da equidade e da justiça social porque é somente através do Estado e de suas políticas sócio-econômicas que a Cidadania pode ser ampliada, garantida, consolidada, e efetivada de uma forma desmercadorizada (LAURELL, 1997).

No entanto, o papel fundamental do Estado não implica na sua ação exclusiva em relação às políticas sociais. Historicamente, o que se observa são articulações diversas entre público e privado, Estado e mercado na efetivação de direitos sócio-econômicos (LAURELL, 1997). Isso significa que a formulação e a execução das políticas sócio-econômicas também estão condicionadas a processos políticos, culturais e ideológicos de cada país, ou seja, a

---

<sup>36</sup> Para Pereira (2002), a gradativa otimização da satisfação das necessidades básicas implica um conceito de *ótimo* que depende do código moral de cada cultura e que não pode ser sinônimo de *máximo*, porque este é um objetivo inalcançável, mas que, através do *ótimo*, poderá ser identificado com patamares mais elevados de aquisição de bens, serviços e direitos a partir do estabelecimento de provisões básicas. A *satisfação otimizada das necessidades* deverá visar simultaneamente a melhoria da eficiência da Política Social e da Equidade Social

existência concreta de um direito depende muito mais da capacidade jurídica e política que um país tem para realizar a sua proteção. Esta capacidade, segundo Bobbio (1992), decorre de processos políticos nos quais se pactuam as concessões, os acordos e as renúncias entre classes, uma vez que implicam em preferências pessoais e regionais, opções políticas e orientações ideológicas.

Nesse ínterim, apreender o Estado na sua fase social permitiu aproximar-se de uma forma de efetivar a proteção social orientada pela perspectiva dos Direitos, bem como das diferenças teóricas que envolvem o debate atual sobre Direitos e Cidadania, principalmente no que tange a sua materialização. No momento atual, no qual o Estado assenta-se nas idéias neoliberais, há uma reatualização dessas dicotomias, exigindo que se ampliem as discussões em torno de novos elementos que possam ser justificadores dos direitos sócio-econômicos e, conseqüentemente, das ações do Estado em prol do bem-estar dos cidadãos, sob pena das garantias historicamente conquistadas sejam continuamente subtraídas – caso essas discussões não sejam qualificadas e que seus argumentos não convençam socialmente a ponto de conferir legitimidade na garantia daqueles Direitos.

Assim, fez-se referencia ao conceito de necessidades humanas enquanto possibilidade de ser um instrumento justificador dos Direitos sócio-econômicos e do Estado através do qual é possível, simultaneamente, conferir valor e mensurar os obstáculos a serem removidos para estabelecer um conceito menos formal de liberdade. Isso implica na igualdade enquanto um pressuposto ao exercício da liberdade individual e como expressão da solidariedade entre os indivíduos em sociedade. Portanto, estabelecer políticas sócio-econômicas a partir da concepção de necessidades básicas implica otimizar o acesso a bens e serviços de maneira que os direitos sócio-econômicos possam ser efetivados através de ações positivas do Estado. Desse modo, é imprescindível atentar para a história a fim de resgatar a realidade concreta na qual se pretende intervir, tendo na concretização dos direitos sócio-econômicos um caminho sólido pelo qual se pode seguir.

Como já fora exposto, essa concepção depara-se com limitações na sociedade capitalista atual, mas não deixa de ser um horizonte paradigmático que, ao ser seguido, pode criar condições objetivas para a realização da participação e da liberdade humanas associadas a níveis cada vez mais próximos de igualdade.

### 3. METODOLOGIA

De acordo com Minayo (1994, p. 22), a metodologia é entendida como o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” na apreensão da realidade, constituindo-se como parte intrínseca da visão social de mundo veiculada pela teoria, ou seja, inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade. É a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela.

A metodologia pode ser considerada como uma forma de discurso acerca do método. Este, por sua vez, refere-se a uma determinada concepção de mundo e de homem, sendo que é essa concepção que guia a apreensão das interações possíveis entre o homem e a realidade. Portanto, há diferentes modos de entender a realidade e existem também diferentes posições metodológicas que explicitam: a construção do objeto de estudo, a postura do pesquisador e a dinâmica que envolve a pesquisa, ou seja, explicitam os movimentos empreendidos pelo pesquisador na apreensão e explicação do objeto de estudo.

Dessa forma, o método dialético se constitui na lente que guiou todo o processo de investigação e de análise dessa pesquisa, uma vez que o objeto de estudo não pode ser diferente do método que orienta a sua explicação. Essa escolha leva o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o *devir*; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem o objeto.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo, ou seja, traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, processos e estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. É, portanto, um estudo aprofundado sobre a produção do conhecimento que envolve concretamente o objeto e é uma análise revolucionária porque a interpretação crítica do objeto adere a ele destrutivamente (IANNI, 1988).

O processo de conhecimento que se estabelece ocorre através de um processo de síntese do real, no qual o homem reproduz – através da razão teórica – no plano do pensamento o concreto, como *concreto pensado*. Esse concreto, para Marx (1983), se constitui como resultado da reflexão e síntese humana sobre o abstrato, ou seja, o pesquisador

parte do real/fato concreto, mas esse real só se torna concreto quando desvendado pelo pensamento humano que o reproduz através de categorias lógicas apreendidas a partir da realidade.

Esse movimento de produção da vida material e do pensamento ocorre a partir da apreensão realidade/representação/realidade. Desse modo, o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado (QUIROGA, 1991). Cabe ressaltar que o pensamento tem que estar em constante diálogo com o real, isto é, as categorias são apreendidas a partir da realidade, da observação empírica do movimento histórico concreto (QUIROGA, 1991; PONTES, 1997).

Esse desvelamento do real, a apreensão da sua essência, consiste em aproximações sucessivas que não são lineares porque o que prevalece são os elementos produzidos social e historicamente. Assim, para se apreender essa realidade como uma totalidade complexa e em movimento faz-se necessário a construção de mediações, de um sistema de mediações. Na perspectiva da totalidade, a mediação permite captar o movimento das relações que integram um todo, bem como estabelece as articulações dinâmicas e contraditórias presentes nas várias estruturas sócio-históricas. É por meio da razão que se estabelecem essas mediações. Através delas o pesquisador ultrapassa a imediatividade na qual o objeto se apresenta, de maneira a apreendê-lo na sua essência (PONTES, 1997). Portanto, esse processo é reflexivo, pois a razão reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto, caminho este muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações.

Realizar uma pesquisa entendendo a realidade social como sendo dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação. O método dialético possibilita ao pesquisador uma abertura maior em relação aos fatores que envolvem o conhecimento da realidade porque permite a apreensão das múltiplas determinações (históricas, políticas, culturais, econômicas, ideológicas etc.) que se apresentam em um dado período enquanto totalidade contraditória e em movimento.

Cabe salientar que a opção pela perspectiva dialética difere de outras, de acordo com Ianni (1988), simplesmente porque compreende outras epistemologias. Não é o caso de considerá-la a melhor no âmbito da pesquisa científica, apenas de pontuar as diferenças paradigmáticas entre esse método e o de outras teorias do conhecimento, pois a nenhuma linha de pensamento, ou método cabe o monopólio da apreensão e explicação total e completa da realidade social. Vale lembrar que, no método dialético, o pesquisador é orientado a

afirmar com clareza a partir de qual concepção está situada a investigação e a análise empregada sobre o seu objeto.

Nesse ínterim, a pesquisa é entendida como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, ou seja, realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade que, por sua vez, apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23). Desse modo, todo objeto de estudo apresenta especificidades, uma vez que ele: a) *é histórico* e por isso está localizado temporalmente, podendo ser transformado; b) possui *consciência histórica* – não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens atribui significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas na medida em que se relacionam em sociedade; c) apresenta uma *identidade entre o sujeito e o objeto* pois, ao se propor investigar as relações humanas, identifica de uma maneira ou de outra o pesquisador com o objeto de estudo; d) *é intrínseca e extrinsecamente ideológico* porque “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes” (MINAYO, 1994, p. 21); e) *é essencialmente qualitativo* já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela, porém isso não exclui o uso de dados quantitativos.

Para Minayo (1994), a objetivação não é realizável porque é impossível descrever a realidade com fidedignidade exata. Para a autora a única forma de objetivação possível nesse processo consiste no *repúdio a neutralidade*, portanto o pesquisador deve estar atento de modo a *reduzir os juízos de valores* ao máximo. Para isso, os métodos e as técnicas de coleta e tratamento dos dados adquirem importância. Apreende-se, desse modo, o processo de pesquisa como uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade. Vincula, portanto, pensamento e ação já que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17).

Portanto, o capítulo que segue encontra-se dividido em três partes. Na primeira são expostos os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolveram a pesquisa. Na segunda parte são detalhadas as fontes pesquisadas, ou seja, é apresentado o percurso de coleta dos dados. Na terceira parte são expostos os dados obtidos.

### 3.1. Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, pois se propõe tanto “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias” buscando problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros; quanto descrever as características de determinado fenômeno ou de relação entre variáveis, proporcionando uma nova visão sobre o problema. Nessa perspectiva, contribui para um entendimento geral e aproximativo de determinado problema, sendo que corresponde ao caráter de pesquisa mais utilizado por pesquisadores sociais preocupados com a intervenção profissional. É utilizada principalmente quando “o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Além disso, a coleta de dados para estudos dessa natureza é obtida essencialmente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1994, pp. 44-45).

Na intencionalidade de atingir os **objetivos propostos** e considerando os pressupostos apresentados decidiu-se pela pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. De acordo com Gil (1994), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador um amplo alcance de informações sobre o objeto de estudo, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações. Esse tipo de investigação foi particularmente importante nessa pesquisa cuja finalidade consistiu em caracterizar as ações sócio-educativas do Serviço Social no âmbito do atual projeto ético-político a partir de dados dispersos nas produções de autores com formação em Serviço Social.

A pesquisa bibliográfica – enquanto estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes – segue uma seqüência ordenada de procedimentos (SALVADOR, 1986). Isso não significa que os procedimentos a serem seguidos são definidos de uma vez para sempre, mesmo o pesquisador tendo definido o objeto de estudo a investigar, o vínculo com determinada tradição e o desenho da investigação, pois à medida que são obtidos os dados pode-se retornar ao objeto de estudo a fim de defini-lo mais claramente ou reformulá-lo, conseqüentemente esse movimento acarretará novas alterações/escolhas quanto aos procedimentos metodológicos. No entanto, essa flexibilidade não significa descompromisso com a organização racional e eficiente da pesquisa. De acordo com Salvador (1986), existe uma seqüência de procedimentos a ser cumprida e que compreende quatro fases de um processo contínuo, ou seja, cada etapa pressupõe a que a precede e se completa na seguinte, a saber:

1. **Elaboração do projeto de pesquisa** – consiste na escolha do assunto, na formulação do problema de pesquisa e na elaboração do plano que visa buscar as respostas às questões formuladas;

2. **Investigação das soluções** – fase comprometida com a coleta da documentação, envolvendo dois momentos distintos e sucessivos: a) levantamento da bibliografia; b) levantamento das informações contidas na bibliografia. É o estudo dos dados e/ou informações presentes no material bibliográfico. Importante salientar que os resultados da pesquisa dependem da quantidade e da qualidade dos dados coletados;

3. **Análise explicativa das soluções** – consiste na análise da documentação, no exame do conteúdo contido nas afirmações. Esta fase não está mais ligada a exploração do material pertinente ao estudo, é construída sob a capacidade crítica do pesquisador para explicar ou justificar os dados e/ou informações contidas no material selecionado;

4. **Síntese integradora** – é o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos. Compreende as atividades relacionadas à apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese. É o momento no qual se relaciona com o material de estudo de modo a lê-lo; realizar anotações, indagações e explorações; cuja finalidade consiste na reflexão e na proposição de soluções.

Dentro dessa lógica, a primeira etapa empreendida para coletar os dados implicou na adoção de critérios que delimitaram o universo de estudo, orientando a seleção do material. Para tanto, como parâmetro temático foram definidos as obras relacionadas ao objeto de estudo proposto, envolvendo temas referentes: às ações profissionais/ações sócio-educativas e ao projeto ético-político do Serviço Social.

O parâmetro lingüístico refere-se ao português e ao espanhol, uma vez que as obras selecionadas para estudo apresentam-se nessas duas línguas. Das fontes a serem consultadas destacam-se: livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos etc.

O parâmetro cronológico de seleção das obras compreende o período de 1993 a 2005. A abrangência cronológica decorre precisamente da constatação de uma produção bibliográfica insipiente sobre o tema, além disso, o ano de 1993 pode ser considerado emblemático à medida que a profissão consolida a hegemonia do atual projeto ético-político com a aprovação do Código de Ética do Serviço Social.

A partir da definição dos critérios, a técnica utilizada para a investigação das soluções consistiu na leitura, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como permite verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência. Salvador (1986) orienta que sejam realizadas leituras sucessivas do material para obter as informações e/ou dados necessários em cada momento da pesquisa. Tais leituras consistem na:

- **Leitura de reconhecimento do material bibliográfico** – consiste em uma leitura rápida que objetiva localizar e selecionar o material que pode apresentar

informações e/ou dados referentes ao tema. Momento de incursão em bibliotecas e bases de dados computadorizadas para a localização de obras relacionadas ao tema.

- **Leitura exploratória** – também se constitui em uma leitura rápida cujo objetivo consiste em verificar se as informações e/ou dados selecionados interessam de fato para o estudo e requer conhecimento sobre o tema, domínio da terminologia e habilidade no manuseio das publicações científicas. Momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos.
- **Leitura seletiva** – procura determinar o material que de fato interessa ao relacioná-lo diretamente com os objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes, é quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários.
- **Leitura reflexiva ou crítica** – estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações contidas na obra. É realizada nos textos escolhidos como definitivos e busca responder os objetivos da pesquisa. Momento de compreensão das afirmações do autor e do por quê dessas afirmações.
- **Leitura interpretativa** – é o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as idéias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das idéias do autor acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador.

A investigação das soluções foi realizada por meio de um instrumento construído especialmente para esta finalidade. A elaboração desse instrumento obedeceu a critérios: está diretamente relacionado com o objeto de estudo proposto e com a delimitação teórica realizada no projeto de pesquisa; tem finalidade de proceder a um exame minucioso das obras selecionadas; e sua aplicação ocorrerá separadamente com cada obra, sendo que seu preenchimento acontecerá após a referida seqüência de leituras para o levantamento das informações. O instrumento construído consiste em um **roteiro para leitura** e é constituído por três campos para investigação das informações:



## **1) Identificação da obra**

1.1. Referência bibliográfica completa;

1.2. Localização da obra – local onde pode ser encontrada (bibliotecas, bancos de dados eletrônicos etc), facilita a busca pelas informações;

## **2) Caracterização da Obra**

2.1. Tema central – destaca o principal tema abordado;

2.2. Objetivo da obra – permite verificar se o objetivo proposto na obra corresponde ao tema central;

2.3. Conceitos utilizados – permite identificar as referências conceituais presente na obra como: Direitos, Cidadania e Educação, bem como os conceitos que lhes são intrínsecos ou correlatos;

2.4. Paradigma teórico – permite o mapeamento de obras que se auto-referenciam no paradigma crítico-dialético;

2.5. Referencial teórico – permite verificar o referencial utilizado pelo autor para conectar as ações sócio-educativas ao projeto ético-político;

2.6. Elementos teórico-metodológicos e técnico-operativos – permite identificar os elementos presentes na obra que informam como as ações sócio-educativas podem ser articuladas na intervenção profissional e quais as suas conexões com o projeto ético-político;

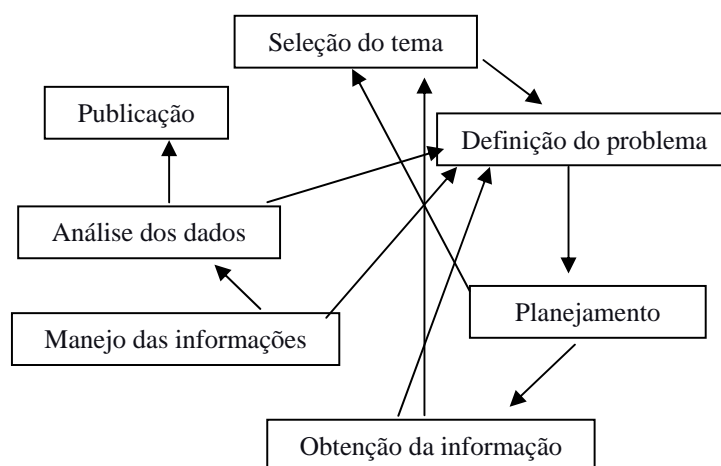
2.7. Espaço sócio-ocupacionais – permite verificar se o autor referencia as ações sócio-educativas a determinado espaço sócio-ocupacional, servindo para identificar os diferentes espaços/processos de intervenção do Assistente Social nos quais a ação destacada é desenvolvida. Permite ainda caracterizar essas ações e definir os seus objetivos quando relacionadas a diferentes processos interventivos;

2.8. Termos utilizados para denominar o caráter educativo da ação profissional do Assistente Social – permite realizar observações de ordem semântica quanto à denominação dessas ações.

**3) Contribuições da obra para o estudo proposto** – consiste no registro das reflexões, dos questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra, bem como na indicação de como pode ser utilizada na elaboração da dissertação.

Por fim, a análise e interpretação dos dados consistiram na síntese integradora que apresenta a reflexão realizada a partir do referencial teórico e dos dados obtidos no intuito de realizar uma aproximação crítica dos objetivos propostos.

Considera-se que o desenho metodológico construído apresentou um processo de pesquisa pautado em um esquema que é denominado por Mercado-Martínez (2004) como **circular/aproximações sucessivas** e contou com a flexibilidade na utilização dos procedimentos a serem adotados. Tal esquema é expresso pela figura que segue



De acordo com esse esquema, a coleta de dados contribui tanto para a melhor definição do objeto de estudo, uma vez que as informações são obtidas provisoriamente, permitindo voltar ao material para se obter informações adicionais, quanto para aprofundar no decorrer da análise os aspectos que ainda se demonstram confusos ou contraditórios. Assim, alguns procedimentos são incorporados **inicialmente** quando da formulação do projeto, de acordo com os objetivos e as propostas teóricas do estudo, mas novos procedimentos poderão ser incorporados **durante** a pesquisa devido a uma série de motivos que obrigam a retificar o caminho ao encontrar dificuldades ou quando as estratégias inicialmente propostas se demonstram inviáveis (MERCADO-MARTÍNEZ, 2004).

### 3.2. Percurso da Pesquisa: detalhamento da investigação das soluções

O percurso da investigação das soluções obedeceu aos critérios anteriormente apontados, isto é, de acordo como a pesquisa proposta foram selecionados como material bibliográfico apenas publicações de autores com formação em Serviço Social (nacionais e latino-americanos) que fossem referentes ao período de 1993 a 2005 e que abordassem a intervenção profissional, permitindo a apreensão de elementos caracterizadores das ações sócio-educativas. Desse modo, atentando para os procedimentos metodológicos escolhidos, pode-se dividi-los em três etapas que serão detalhadas nos próximos itens.

#### 3.2.1. Primeira etapa: levantamento do material bibliográfico

O material selecionado como fonte de pesquisa<sup>37</sup> foi classificado da seguinte maneira e encontra-se listado em *apêndice*:

- **Livros**
- **Coletânea de textos:** Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social; Coletâneas em Serviço Social – Textos & Contextos.
- **Teses/dissertações**
- **Periódicos:** Revista Serviço Social e Sociedade; Revista Katálysis, Revista Ser Social; Revista Fronteras; Boletín Electrónico Surá; Serviço Social em Revista etc.

#### 3.2.2. Segunda etapa: teste do instrumento para levantamento das informações

Selecionado o material bibliográfico e com a construção de um instrumento para monitorar as leituras, essa etapa permitiu o levantamento das informações contidas no material bibliográfico. Para validar o instrumento construído, realizou-se um teste com

---

<sup>37</sup> Este material encontra-se listado em apêndice no final desta dissertação, de modo a facilitar a visualização dos títulos pesquisados.

quatro<sup>38</sup> dos módulos dos **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Do total de 53 artigos, 10 artigos foram selecionados como pertinentes à pesquisa.

Esse teste possibilitou avaliar a eficiência do roteiro de leituras de modo a ampliar seus campos de investigação caso as questões não estivessem suficientemente claras. O roteiro se mostrou eficiente, permitindo o alcance de uma gama bastante grande de dados o que, por sua vez, foi muito importante, considerando as poucas publicações encontradas referentes ao tema de pesquisa apresentado.

A partir dessa aproximação do material bibliográfico, pode-se realizar outra classificação – referente ao **conteúdo do material** selecionado. Com isso as publicações foram agrupadas da seguinte forma:

**1º Grupo)** publicações voltadas para a qualificação e ampliação de análises sobre a dimensão teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social, ou seja, publicações que dão visibilidade ao esforço empreendido pela categoria profissional em qualificar a discussão teórica no âmbito da teoria social-crítica, tomada como base para o exercício profissional desde o Movimento de Reconceitualização. São publicações que expressam, sobretudo a partir de 1993, um esforço na consolidação do atual projeto ético-político através do estabelecimento de uma finalidade comum para as ações profissionais. Tais publicações foram importantes nessa pesquisa à medida que subsidiaram o referencial teórico e, conseqüentemente, a análise dos dados, pois abordam uma gama de temas relacionados: aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social; às bases críticas da profissão, buscando qualificar o uso da teoria/método crítico-dialético através da reflexão teórica das categorias usadas pela profissão; ao debate teórico do exercício profissional problematizando os processos de trabalho para além da execução das políticas sociais; à análises teórico-críticas da realidade social, problematizando as crises contemporâneas do capitalismo, seu rebatimento nas políticas sociais e nas profissões etc. São exemplos representativos: os artigos dos módulos I e III dos Cadernos de Capacitação.

**2º Grupo)** publicações voltadas para o debate da intervenção profissional dos assistentes sociais, sendo que esse grupo pode ser subdividido em dois tendo em vista o objeto de estudo:

- O **primeiro subgrupo** refere-se às publicações que abordam de maneira ampla a intervenção profissional, no qual a referência às ações sócio-educativas ocorre de maneira restrita, ou seja, as publicações localizam historicamente essas

---

<sup>38</sup> Cabe ressaltar que o módulo nº 5 dos referidos cadernos trata da dimensão investigativa da profissão no referente a proposição de pesquisas, orienta quanto a construção do projeto de pesquisa e a elaboração da monografia de conclusão de curso, tendo em vista que os módulos resultam de um Programa de Capacitação a distância oferecido nacionalmente pelo conjunto CFESS/CRESS.

ações no contexto da intervenção profissional analisando de maneira geral seus objetivos, suas finalidades e os conceitos que integram suas definições a partir de determinado marco teórico. São publicações nas quais se pode apreender o conteúdo das ações sócio-educativas e compõem, juntamente com o referencial teórico construído para esta pesquisa, as lentes que iluminarão a reflexão na síntese integradora;

- O **segundo subgrupo** refere-se às publicações que trazem elementos para a caracterização das ações sócio-educativas, evidenciando o processo no qual os Assistentes Sociais executam essas ações. São publicações nas quais pode-se apreender o desenvolvimento das ações sócio-educativas no âmbito do projeto ético-político, ou seja, apresentam indicativos que permitem caracterizar a operacionalização dessas ações. São publicações que compõem os dados apresentados na análise explicativa das soluções.

Após verificada a eficiência e a viabilidade do roteiro de leituras ser aplicado em todas as obras selecionadas, prosseguiu-se com a busca pelo material bibliográfico. Importante destacar que a classificação do conteúdo do material acompanhou as leituras posteriores, envolvendo a totalidade do material bibliográfico selecionado para a pesquisa.

Finalizadas essas duas etapas (de levantamento do material bibliográfico e de teste do instrumento para levantamento das informações), foi elaborada a versão final do projeto de pesquisa que, por sua vez, foi apresentado ao exame de qualificação.

### 3.2.3. Terceira etapa: levantamento das informações

Essa etapa contempla o segundo momento da investigação das soluções e apresenta o percurso realizado para o levantamento das informações. Será apresentada de acordo com a classificação realizada para o material bibliográfico.

### **Teses/dissertações**

Para conhecer as teses/dissertações que poderiam compor a pesquisa foi realizada, primeiramente, busca na base de dados do Portal CAPES. Nele foi possível localizar através dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social do Brasil todas as teses/dissertações referentes ao tema de pesquisa apresentado. Salienta-se que foram respeitados os critérios estabelecidos.

A busca na base de dados do Portal CAPES foi realizada através da escolha da palavra-chave “serviço social” enquanto expressão exata, uma vez que quando conjugada às palavras-chave “ação educativa”, ou “ação pedagógica”, ou “prática educativa” o resultado da busca consistiu em um número reduzido de trabalhos, sendo que incluíam trabalhos de outras áreas/profissões, além de remeter para trabalhos com temas voltados para: a área da educação, a exclusão do sistema educacional, as instituições de ensino (escolas, creches), a formação profissional dos Assistentes Sociais cujas discussões abordavam o ensino em Serviço Social, “modelos” pedagógicos de ensino de graduação, prática pedagógica de professores etc. Enfim, a busca tornava-se restrita e estava direcionada a temas não pertinentes ao objeto de pesquisa proposto.

Assim, através da escolha da palavra-chave “serviço social” pode-se acessar a totalidade dos trabalhos por Universidade e disponíveis no *site* consultado, o que permitiu selecionar diretamente as teses/dissertações que, em um primeiro momento, pareciam contribuir com o objeto de pesquisa proposto. Em seguida, foram realizadas as leituras dos resumos das teses/dissertações selecionadas previamente para poder efetuar nova escolha de modo a solicitar às Universidades apenas os trabalhos que realmente pudessem contribuir com o objeto de estudo proposto. O quadro traz o resumo da busca empreendida:

<b>Site pesquisado:</b> <a href="http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Banco_Teses.htm">www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Banco_Teses.htm</a>				
<b>Palavra-chave pesquisada:</b> Serviço Social				
<b>Universidade</b>	<b>Nº total de resumos teses/ dissertações pesquisadas por Univ.</b>	<b>Nº de resumos previamente selecionados por Univ.</b>	<b>Nº de teses/dissertações selecionadas</b>	<b>Nº de teses/dissertações pesquisadas</b>
PUC/SP	209	16	4	<b>2</b>
PUC/RS	88	07	4	<b>2</b>
PUC/RJ	57	01	0	0
PUC/PR	04	0	0	0
UFPE	35	07	2	0
UFPA	06	0	0	0
UFRJ	76	06	0	0
UFF	05	0	0	0
UEL	02	0	0	0
UFJF	01	0	0	0
UFSC	20	3	2	<b>1</b>

Concluída a leitura dos resumos e escolhidas as teses/dissertações que de fato poderiam agregar dados ao tema de pesquisa proposto, efetuou-se a aquisição do material. Apesar de ter selecionado um número relativamente reduzido de teses/dissertações, não foi possível adquirir o material selecionado através do serviço de comutação da Biblioteca

Central<sup>39</sup>. Assim, no intuito de contatar diretamente os autores das teses/dissertações foi efetuada nova busca na internet através da Plataforma Lattes, pelo endereço: <<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>>> foi possível localizar os currículos dos autores e através deles seus endereços eletrônicos.

Portanto, parte das teses/dissertações selecionadas foi disponibilizada diretamente pelos autores via correio eletrônico, sendo que aquelas teses/dissertações cujos autores não responderam as mensagens encaminhadas no prazo de uma semana foram adquiridas cópias diretamente nas Bibliotecas das Universidades nas quais estão alocadas.

## **Periódicos**

O critério principal na seleção dos periódicos consistiu naquelas publicações que amplamente veiculam a produção de autores com formação em Serviço Social e que estivessem ligadas aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social. No entanto, tendo em vista a dificuldade de se obter materiais bibliográficos de outras Universidades foi necessário estabelecer como critério a acessibilidade, ou seja, foram pesquisados os periódicos que estivessem disponíveis no acervo da Biblioteca Central e dos Núcleos de Estudos do Departamento de Serviço Social da UFSC, bem como os periódicos disponíveis em base eletrônica de dados.

O primeiro passo para acessar esse material consistiu em consultar o acervo da Biblioteca Central e dos Núcleos de Estudos, onde foram acessadas as Revistas: Serviço Social e Sociedade; Fronteras; Katálysis; Libertas e Ser Social. Em seguida foi consultada a base de dados do Portal CAPES, constatando-se um número reduzido de periódicos nacionais indexados, ou seja, foi possível acessar apenas os Cadernos CEAS e a Revista Eletrônica da UNESP. O terceiro passo implicou em uma busca ampliada na internet, através dos sites acessados através do endereço: <<<http://www.google.com.br/>>> foi possível localizar a Revista Textos & Contextos; e Serviço Social em Revista. Finalizando a seleção dos periódicos foi acessado o Boletín Eletrónico Surá através do endereço: <<<http://www.ts.ucr.ac.cr/>>>.

---

<sup>39</sup> A primeira tentativa junto ao setor de comutação consistiu em solicitar às Universidades que dispunham do material selecionado “**empréstimo entre bibliotecas (EEB)**”, com a negação do pedido, buscou-se outras formas de aquisição do material uma vez que o valor da comutação, via Biblioteca Central, era extremamente elevado.

Importante destacar que alguns periódicos não foram selecionados tendo em vista que o conteúdo de suas publicações integra o 1º grupo de classificação anteriormente apresentado. Como exemplo representativo cita-se a Revista Praia Vermelha.

A tabela que segue resume a busca realizada

Localização do Periódico	Periódico	Nº total de artigos por Periódico	Nº de artigos previamente selecionados	Nº de artigos pesquisados
www.franca.unesp.br/revista	Revista Eletrônica: 1) Serviço Social; 2) Centro Jurídico Social/ Serviço Social	14	0	0
www.ceas.com.br/cadernos	Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social	124	3	0
Biblioteca Central UFSC	Serviço Social e Sociedade	352	27	<b>4</b>
Núcleo de Estudos	Revista Fronteras	20	3	0
Núcleo de Estudos	Revista Katálysis	111	2	0
www.ssrevista.uel.br	Serviço Social em Revista	103	4	0
www.pucrs.br/textos	Revista Textos & Contextos	77	1	<b>1</b>
www.ts.ucr.ac.cr/suradoc	Boletín Electrónico Surà	113	3	<b>1</b>
Núcleo de Estudos	Revista Ser Social	92	1	<b>1</b>
Núcleo de Estudos	Revista Libertas	07	1	<b>1</b>

Os **Livros e Coletâneas de Textos** que fizeram parte da pesquisa foram adquiridos ou consultados no acervo da Biblioteca Central da UFSC e dos Núcleos de Estudos do Departamento de Serviço Social.

Descrito o percurso de investigação das soluções realizado, o item que segue contém a exposição ordenada dos dados obtidos.

### 3.3. Apresentação das ações sócio-educativas a partir das obras pesquisadas

Esse item expõe a análise explicativa das soluções a partir dos dados obtidos nas obras selecionadas conforme a metodologia proposta e baseada no referencial teórico construído no primeiro e segundo capítulos. Cabe lembrar que nesse estudo busca-se caracterizar as ações sócio-educativas a partir do resgate bibliográfico dos autores que de alguma maneira têm problematizado a intervenção profissional/ ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais na perspectiva do projeto ético-político. Dessa forma, a exposição que



será realizada está pautada nas publicações que, de alguma forma, apresentam indicativos quanto à concepção e à operacionalização das ações sócio-educativas.

De acordo com os procedimentos metodológicos e resgatando a classificação feita quanto ao conteúdo das obras pesquisadas, **duas observações** são realizadas: a *primeira* informa que as publicações que ilustram a categorização realizada nesse item pertencem ao segundo subgrupo do grupo dois de classificação pelo conteúdo; a *segunda* observação informa que as publicações do primeiro subgrupo do grupo dois serão utilizadas no momento de reflexão que compõe o capítulo quatro referente à síntese integradora.

Assim, nos itens que seguem são apresentados: as denominações encontradas para o caráter educativo da ação profissional; a finalidade a ele associada, bem como a presença das categorias de “Direitos” e “Cidadania”; os objetivos que a ele são referenciados para então serem expostas as características, os referenciais teóricos e os elementos técnico-operativos que orientam sua operacionalização.

### 3.3.1. O caráter educativo das ações profissionais: as denominações encontradas

Inúmeras são as denominações encontradas para o caráter educativo da ação profissional dos Assistentes Sociais, confirmando a imprecisão semântica na qual está imerso o debate profissional acerca da dimensão técnico-operativa. Como exemplos representativos de denominações diferentes que referenciam uma ação de mesma natureza encontram-se:

socialização das informações; ações sócio-educativas; esclarecimento dos usuários sobre Direitos; orientação dos usuários; desvendar os significados dos benefícios sociais (SILVA, 2000, p. 114 – **coletânea de textos**).

função educativa; ação sócio-educativa; processo educativo; processo de mobilização; função de mobilização (CARDOSO; MACIEL, 2000, pp. 144-147 – **coletânea de textos**).

prática político-pedagógica; processo educativo; prática educativa; ação político-pedagógica (DE MARCO, 2000, p. 159 – **coletânea de textos**).

processo de reflexão; ações sócio-educativas; prática sócio-educativa; atividades sócio-educativas (GARCIA, 1999, pp. 189-190 – **coletânea de textos**).

informações de direitos; esclarecendo direitos; orientações sobre direitos (CHUARI, 2001, p. 139; 141 – **periódico**).

esclarecimento; orientação e informação; reflexões e tomadas de posição (BERTANI, 1993, p. 42; 43 – **periódico**).

ação educativa; práticas educativas (VALLE, 2001, p. 117 – **periódico**).

Há obras que além de coexistirem várias denominações, muitas dessas denominações fazem referência a conceitos diferentes cujos significados ficam, na maioria das vezes, implícitos. Desse modo, pode levar o leitor – mesmo o mais atento – a compreender como sinônimos conceitos muito diferentes

[...] construir com os moradores um **processo educativo** e/ou reflexivo [...] [nesse processo] deve estar presente: o respeito entre saberes técnico e popular; formas diversificadas de **ação político-pedagógica** [...] [caracteriza-se como um] processo amplo que envolve os mais diversos segmentos sociais em estágios diferentes de consciência e organização política (DE MARCO, 2000, p.159 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

O **processo de reflexão** acerca da realidade e do estabelecimento de propostas, reivindicações, processo de negociação entre as populações mobilizadas e seus opositores, ou com o Estado acontece através de uma série de atividades miúdas [...] a **prática sócio-educativa** de acordo com as diversidades e complexidades de cada experiência, requer um leque de atividades: [...] processos de avaliação sócio-cultural em curso, assessoria às organizações comunitárias, ações direcionadas ao exercício da democracia e de conquista de cidadania etc. [...] gestão participativa implica em um conjunto de atividades: [...] realização de **atividades sócio-educativas** (GARCIA, 1999, pp. 189-190 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

[a ação sócio-educativa] se expressa em projetos, programas e práticas intitucionalizadas [...] onde o assistente social desenvolve uma **ação pedagógica** distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triangens, conferindo méritos, **orientando e esclarecendo a população quanto aos seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis**, administrando recursos institucionais [...] pela prestação de serviços sócio-assistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que se dá particularmente pelo exercício da **dimensão sócio-educativa** (YASBEK, 2000, pp. 95-96 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

Como a “**dimensão sócio-educativa** da prática profissional” dos assistentes sociais [...] entendendo-a como um elemento guia que nos possibilita perceber e captar a “**prática sócio-educativa** do assistente social” para além do espaço sócio-institucional das unidades básicas de saúde, direcionando nossa análise para a abrangência e extensão que essas práticas podem e estão alcançando como também compreender as redes, articulações, trabalhos interdisciplinares que os profissionais empreendem para concretizá-las [...] “dimensão” [...] sinaliza “o valor e a extensão” para se avaliar algo (BENATTI, 2004, pp. 87-88 / grifos nossos - **dissertação**).

No primeiro exemplo pode-se apreender que “processo educativo” é um conceito amplo que abarca a ação político-pedagógica. No segundo exemplo, o “processo de reflexão” também aparece como um conceito amplo que contém a “prática sócio-educativa” e, esta parece fazer referência a um diversificado número de ações profissionais (ex: avaliação sócio-cultural; assessoria às organizações comunitárias etc), ficando implícito que as “atividades

sócio-educativas” abrangem um conjunto de procedimentos, abordagens, técnicas que não é explicitado. No terceiro exemplo, a “ação pedagógica” parece fazer referência ao processo amplo de intervenção profissional e como tal envolve tanto as ações de natureza sócio-educativas como ações profissionais de outra natureza, já a “orientação” e o “esclarecimento” podem ser apreendidos como ações em si mesmas, ou seja, não há um entendimento de que a orientação e o esclarecimento são objetivos que compõem as ações de natureza sócio-educativa, bem como o conceito de “dimensão sócio-educativa” fica implícito, sendo difícil de precisar se ele refere-se à dimensão social da ação profissional tal como definida por Yamamoto (1999), ou se, se trata da ação sócio-educativa propriamente dita. Apenas no quarto exemplo fica explícita diferenciação entre os conceitos.

As denominações do caráter educativo da ação profissional, na maior parte das obras pesquisadas, mesclam objetivos, características e finalidades. As ações de natureza educativa aparecem denominadas a partir de verbos no infinitivo, ou das particularidades que assumem em determinados espaços sócio-ocupacionais, ou das abordagens, dos instrumentos e das técnicas que as viabilizam

[...] é fundamental a construção de uma ação profissional que contribua para: o fortalecimento da ação política dos vários segmentos populacionais destituídos de direitos, tornando a necessidade um sentimento consciente que mobilize intenções e impulsione ações; possibilite a superação da alienação produzida pelas próprias condições sócio-econômicas e transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente; constitua pressuposto para a democracia, justiça e liberdade, como horizonte possível a ser construído com a contribuição dos assistentes sociais e anunciado no seu compromisso ético-político (SARMENTO, 2000, p. 109 – **coletânea de textos**).

A socialização das informações referentes aos direitos sociais é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança de realidade, na direção da ampliação dos Direitos e efetivação da cidadania [...] define-se como um processo democrático e político pelo qual procura-se tornar transparente para os usuários, o real significado das políticas sociais, a lógica da qual se originam e se estruturam na sociedade capitalista, bem como os meios e as condições de acessá-las (SILVA, 2000, p. 114 – **coletânea de textos**).

[...] estimular nos grupos e em espaços específicos a politização desses usuários e o entendimento de suas potencialidades enquanto representantes e participantes do Controle Social da política de saúde. Politizar, instrumentalizar teórica e tecnicamente os segmentos dos usuários seria uma forma mais efetiva e eficiente para a garantia de espaço aos usuários (BENATTI, 2004, p. 84 – **dissertação**).

O nosso papel é possibilitar a afirmação do sujeito e, através de trabalhos reflexivos, garantir aos participantes o acesso básico que informa a discussão sobre saúde (VALLE, 2001, p. 119 – **periódico**).

A partir da constatação de uma dificuldade de denominar o caráter educativo da ação profissional e tendo em vista que as denominações “educação”, “prática educativa”, “processo educativo”, “ações pedagógicas”, “ações político-pedagógicas”, “ações educativas” entre outras são tratadas como sinônimos, opta-se nesse estudo pela denominação **ação sócio-educativa** por ser considerada aqui como a denominação mais aproximativa para expressar o caráter educativo da ação profissional. Superada, em parte, a imprecisão na denominação dessa ação, busca-se atentar para as similaridades e as diferenças que permeiam seu conceito quando a ação sócio-educativa é referenciada em processos interventivos diferentes.

### 3.3.2. Ações sócio-educativas: a finalidade e as categorias “Direitos” e “Cidadania”

Considerar o atual projeto ético-político do Serviço Social remete apreender as ações profissionais em consonância com a perspectiva de transformação social, com a defesa intransigente dos Direitos e da democracia (CFESS, 1997). Nessa perspectiva, a transformação tem por *finalidade*: construir um processo emancipatório que oportunize aos indivíduos se perceberem enquanto sujeitos em sociedade, capazes de questionamentos sobre a ordem social estabelecida e de reivindicar Direitos de modo a alcançar patamares cada vez maiores que permitam a satisfação de suas necessidades, sejam elas materiais ou culturais, buscando efetivar e ampliar sua cidadania. Tal finalidade se apresenta para a profissão como um horizonte paradigmático a ser perseguido, ou seja, as ações profissionais têm um compromisso ético com esse horizonte e aos profissionais cabe estabelecer as mediações, no momento da operacionalização, que as aproximem dessa finalidade.

Nas obras pesquisadas há uma explicitação dessa finalidade e a ela aparece associada às ações sócio-educativas como ações privilegiadas no desenvolvimento de processos de intervenção que se aproximem minimamente dos valores assumidos pela profissão

A socialização das informações referentes aos direitos sociais como uma ação que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade, no horizonte da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania [...] (SILVA, 2000, p. 124 – **coletânea de textos**).

Supõe compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social e para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação dessas classes (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144 – **coletânea de textos**).

[...] para contribuir para a transformação, nossa prática deve ter um caráter nitidamente político-educativo, dirigida a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana da população [...] criar uma nova hegemonia significa gestá-la, contando com a participação dos sujeitos histórico-políticos que agirão nas relações cotidianas de todas as esferas sociais (CAMARDELO, 1994, pp. 152-155 - **periódico**).

Entende-se que a conquista da cidadania plena como um direito de todos os cidadãos pode ser colocada como finalidade do Serviço Social. Quando se fala em conquista, supõe-se a necessidade de considerar o homem como sujeito desse processo. Quando se coloca a cidadania plena, direciona-se para a obtenção dos direitos que possibilitem a emancipação pessoal e social do homem, isto é, a sua realização integral. Inclui-se não só a conquista das condições necessárias para a reprodução material da vida (físico-biológica, mas também para a reprodução espiritual (sócio-afetiva) (SILVA, 1994, p. 94 - **dissertação**).

Pelo exposto, pode-se verificar uma vinculação das ações profissionais a determinado projeto de sociedade e dessa vinculação apreende-se o projeto profissional do Serviço Social cujos preceitos orientam as ações na definição de objetivos para o alcance da sua finalidade. É possível apreender também indicativos sobre a concepção de Direitos e Cidadania referenciada ao Serviço Social. Nesse sentido, outras citações são acrescentadas

Nas últimas décadas, a profissão consolidou, em seu processo de formação e exercício profissional, uma postura que tem procurado interferir na reprodução da força de trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve. Esta reconstrução implica retraduzir os valores ético-políticos, os modos de pensar e agir da população com a qual trabalha, contribuindo para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia [...] a contribuição do Serviço Social, para a efetiva consolidação das políticas sociais, implica não apenas o acesso da população a bens e serviços, mas a construção de mecanismos de democratização para a definição de quais bens e serviços são necessários para serem implementados, compreendendo a dinâmica societária e estabelecendo novos mecanismos de sociabilidade e política, ou seja, como tais questões podem se materializar em novos procedimentos de ação (SARMENTO, 2000, p. 99; 108 – **coletânea de textos**).

Na luta pela universalização e ampliação dos direitos, enquanto caminho para outra ordenação social, busca-se assegurar processos públicos de tomadas de decisão e exercício do poder coletivo, que tomem o lugar da liderança pessoal, da competição, da concorrência, do anonimato [...] desse modo, um trabalho profissional, articulado aos interesses e necessidades dos segmentos que vivem do trabalho, necessita estar mediado pelos princípios

da igualdade, justiça, liberdade e solidariedade (VASCONCELOS, 2000, p. 127; 136 – **coletânea de textos**).

A atuação, em espaços como o do orçamento participativo, exige dos profissionais identidade com a construção de uma sociedade mais justa e solidária – solidariedade aqui entendida como processo coletivo de construção de justiça social a partir da instituição de um Estado comprometido com os interesses populares [...] deve contribuir para a modificação das relações sociais e políticas da cidade, resgatando a soberania popular como seu fundamento [...] a participação social, ao pautar demandas e exercer controle social sobre o Estado propiciaria a construção de políticas includentes (DE MARCO, 2000, p. 157; 160 – **coletânea de textos**).

Não se pode repensar a questão da assistência jurídica sem antes colocá-la no âmbito das políticas públicas, relacionada à efetividade dos direitos dos sujeitos, no complexo quadro da realidade brasileira. [...] Não basta proclamar, de forma genérica e abstrata, a assistência jurídica como direito garantido através de preceito constitucional, mas buscar, na prática profissional, alternativas de ação que viabilizem estes direitos às classes subalternas (CHUARI, 2001, p. 143 – **periódico**).

Verifica-se a concepção de Direitos pressupõe que a sua concretização depende de políticas públicas voltadas para a ampliação da Cidadania em uma perspectiva centrada nas necessidades do usuário. Observa-se ainda uma ênfase no direito à informação e nos espaços coletivos como garantidores do acesso efetivo aos Direitos, bem como da obtenção de novos Direitos e da participação enquanto caminho para a construção da Cidadania.

Apesar de orientadas por uma mesma finalidade que engendra a defesa, a ampliação e a materialização dos Direitos e da Cidadania, verifica-se que as ações sócio-educativas engendram objetivos diferentes, conforme é apresentado no item que segue.

### 3.3.3. Ações sócio-educativas e objetivos

Os objetivos encontrados nas obras pesquisadas e relacionados às ações sócio-educativas podem ser apreendidos de maneira indireta ou direta, sendo que a maioria dos objetivos são apreendidos a partir da descrição da própria ação

[...] propiciar aos moradores da cidade acesso às informações que possam contribuir para o entendimento do funcionamento da máquina pública, dos procedimentos administrativos, da legislação pertinente, das instâncias de decisão, do planejamento urbano etc. [...] propiciar maior qualificação na participação da população, contribuindo para a compreensão das demandas que apresentam, clareando o alcance e os limites da ação da administração

municipal e facilitando a identificação das necessidades e carências que devem ser eleitas como prioritárias (DE MARCO, 2000, p. 158 – **coletânea de texto**).

Realiza atendimento individualizado através de entrevistas, objetivando conhecer o cliente e orientá-lo [...] esclarece o paciente que vem solicitar uma explicaçãozinha, uma orientação [...] o assistente social dentro do hospital se pro põe a auxiliar as pessoas [...] (BERTANI, 1993, pp. 41-42 – **periódico**).

[...] trabalhar no espaço das reuniões da diretoria do Círculo de Pais e Mestres (CPM); discutir individualmente com os membros da diretoria o significado do CPM como instância organizativa e representativa; convoca reunião com a diretoria para planejar a realização de uma assembléia, na qual foi discutido como aconteciam as assembléias, como se dava a coordenação etc. visando democratizar e descentralizar a condução das atividades; realizar reuniões periódicas com a diretoria do CPM investindo na conscientização dos integrantes do grupo a fim de construir um espaço democrático (CAMARDELO, 1994, p.155 – **periódico**).

Os trabalhos em grupo têm como finalidade a organização, a viabilização de caminhos e troca de experiências entre os participantes, sendo o assistente social [...] o mediador desse processo (BENATTI, 2004, p. 75 – **dissertação**).

[...] informa sobre os direitos ao recebimento de benefícios e os meios de exercê-los, assessora dirigentes de órgãos públicos e dos movimentos sociais [...] viabiliza o acesso aos programas e benefícios existentes (SILVA, 2000, p. 122 – **coletânea de texto**).

Observa-se que há uma mescla entre potenciais objetivos das ações sócio-educativas e o conteúdo específico a ser trabalhado no momento em que são realizadas essas ações.

Também é possível encontrar nos objetivos o compromisso ético-político, expresso na intenção de construir um processo crítico de conscientização e de participação voltado para a defesa dos Direitos e da Cidadania, como pode ser observado nas citações que seguem:

A socialização das informações referentes aos direitos sociais, como uma ação que fortalece o usuário ao acesso e no processo de mudanças da realidade na qual se insere, no horizonte da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania (SILVA, 2000, p. 124 – **coletânea de textos**).

É a contribuição concreta do caráter político-educativo na ruptura dos processos de reprodução das relações sociais, inculcações ideológicas dominantes. É o possibilitar às classes dominadas o “saber”, a compreensão de como a sociedade se organiza, como se estabelecem as relações sociais vigentes. Este saber torna-se um instrumento, levando ao questionamento, ao início de um processo de conscientização (CAMARDELO, 1994, p. 156 – **periódico**).

[a ação sócio-educativa] no caso do Serviço Social, é realizado em prol da reflexão da população no direcionamento da sua própria emancipação [...] Isto gera a busca de cidadania e de um espaço onde sejam respeitados seus direitos (REZENDE, 1996, p. 69 – **dissertação**).

A lógica da proposta [que envolve as práticas educativas] busca resgatar uma metodologia associada a um modelo crítico que estabelece a síntese entre indivíduo/coletivo, onde o produto esperado e tão almejado seja a emancipação dos indivíduos (VALLE, 2001, p. 119 – **periódico**).

Apesar disso, verifica-se que ainda há, de modo geral entre os autores pesquisados, uma proximidade dos objetivos da ação sócio-educativa com os objetivos da instituição, essa ação aparece vinculada sobremaneira aos interesses da instituição, estando muito mais comprometidas na garantia da funcionalidade dos serviços prestados do que na atenção à demanda trazida pelo usuário. Essa constatação ganha um destaque maior nas ações desenvolvidas em âmbito individual. As citações que seguem são exemplos representativo

transmissão de informações e na interpretação de normas e funcionamento dos programas [...] orientações sobre os regulamentos, o funcionamento e as condições exigidas pelas unidades de saúde, tais como: observância de horários, prazos de retorno do paciente, documentos exigidos etc [...] como uma ação cujo conteúdo é trabalhar a cultura do usuário e da instituição [...] no ajustamento do usuário às normas estabelecidas, torna-se objeto da ação profissional e parte fundamental do processo de cooperação que assegura a operacionalidade do serviço (COSTA, 2000, pp. 51-52 - **periódico**).

[...] no Hospital esclarece o paciente que vem solicitar uma explicaçãozinha, uma orientação dentro da enredada organização dos serviços, da difícil linguagem dos médicos [...] bem como as siglas e o complicado sistema de saúde, que são constantemente interpretados pelo assistente social do ambulatório (BERTANI, 1993, p. 42 – **periódicos**).

Outra observação, a partir da apreensão dos objetivos, consiste na constatação de uma supervalorização do coletivo enquanto espaço privilegiado tanto para o alcance da finalidade estabelecida pelo projeto profissional, quanto para a viabilização de ações sócio-educativas. Isso pode ser apreendido com maior clareza quando o compromisso ético é atrelado à abordagem grupal, ou aos espaços coletivos, conforme pode ser verificado nas citações abaixo

Este processo em que as práticas educativas humanitárias estão inseridas, deve ser um espaço coletivo de construção de uma subjetividade que expresse desejos e anseios de toda a população (PEREIRA, 2004, p. 87 – **periódico**).

O aspecto educativo está direcionado para a construção e fortalecimento de participação [...] buscando contribuir na promoção de mudanças [...] com



prioridade para o trabalho com grupos sociais – em sua dimensão coletiva (VASCONCELOS, 2000, p. 130 – **coletânea de textos**).

[...] os grupos são o *locus* que oferecem condições mais favoráveis para se desenvolver as práticas sócio-educativas na área da saúde (BENATTI, 2004, p. 74 – **dissertação**).

Observa-se ainda que a coletivização de demandas individuais é um processo que se inicia com o desenvolvimento dessas ações na intervenção direta com os usuários de serviços e/ou programas sociais

Para o assistente social que se pretende articulado com os interesses e necessidades dos trabalhadores, o espaço grupal (a reunião) e/ou o espaço individual (a entrevista) são utilizados não na busca exclusiva de soluções para problemas de ordem psicológica e/ou social, mas também como instrumento para o contato individual e coletivo, o que pode resultar em condições psicológicas favoráveis para os participantes, para alguns, em acesso a recursos materiais relacionados as demandas apresentadas (VASCONCELOS, 2002, p. 495 – **livro**).

Em contrapartida, observa-se que, no âmbito individual, os objetivos ainda aparecem vinculados ao espaço sócio-ocupacional, refletindo um certo tecnicismo ao ater-se quase que exclusivamente às particularidades que envolvem os usuários e/ou ao restringirem-se aos objetivos específicos dos grupos de atenção realizados nas instituições

[...] atribuições e requisições que demandam o trabalho do assistente social no mundo jurídico [implicam em] participar de programas de prevenção e informação de direitos à população usuária dos serviços jurídicos (CHUARI, 2001, p. 138 – **periódico**).

Em geral, o assistente social é responsável pela sensibilização e mobilização dos usuários nas situações relativas à captação de sangue, realização de exames complexos, tratamento fora do domicílio, necropsias, superação de preconceitos/tabus em relação ao tratamento e à doença etc. Além destas, são responsabilidade do assistente social as comunicações em geral. [...] Nos hospitais volta-se para a orientação sobre os cuidados a serem tomados durante a visita, bem como condutas pós-alta para auxiliar o cumprimento das recomendações terapêuticas. [...] nos centros de saúde e nos ambulatórios especializados, o papel centra-se nas orientações e esclarecimentos quando a condutas ou preparação para realização de exames e nos critérios para inscrição nos programas [...] a atuação incide sobretudo nos programas que dizem respeito à assistência a saúde da mulher e da criança [...] a essas atividades acrescenta-se a divulgação da programação das unidades de saúde junto a entidades comunitárias, ocasião onde o assistente social participa de esclarecimentos sobre doenças epidêmicas, imunização em massa, reuniões dos conselhos etc. (COSTA, 2000, pp. 52-53 – **periódico**).

A prática sócio-educativa, realizada nos grupos, principalmente, de hipertensos e de diabéticos, tem por finalidade melhorar as condições físicas

e emocionais do paciente [...] trabalhando com as escolas, creches e nos conselhos locais de saúde, essas atividades são deslocadas para o exterior da unidade básica de saúde no intuito de levar mais informações, orientações, formas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), ao câncer de mama, colo de útero, próstata e gravidez precoce na adolescência (BENATTI, 2004, p. 102 – **dissertação**).

No entanto, constata-se que muitos dos objetivos também apresentam um discurso generalista e até mesmo messiânico, pois tratam da finalidade das ações/projeto profissional, bem como remetem para outros fatores/questões que envolvem e/ou condicionam as ações profissionais, dificultando sua realização apenas com o desenvolvimento de ações sócio-educativas

As práticas educativas transformadoras na pedagogia humanitária libertadora têm como objetivo fundamental lutar com o povo pela recuperação da humanidade roubada, e não conquistar o povo. Para alcançar esse objetivo é necessário libertar-se com o povo, eliminando a noção de dominação que desenvolve atitudes alienantes em relação às comunidades nas quais se desenvolvem práticas educativas transformadoras (PEREIRA, 2004, p. 88 – **periódico**).

Na saúde [...] aos assistentes sociais – que têm como objeto a questão social – cabem, principalmente, **organizar, aprofundar, ampliar, desenvolver, facilitar os conhecimentos e informações necessários sobre todos os aspectos da história e da conjuntura relativos à saúde e seus determinantes e à participação social e política dos usuários, a partir do conjunto de conhecimentos que a ciência tem produzido sobre a realidade social** (VASCONCELOS, 2002, p. 435 / grifos da autora – **livro**).

Contraditoriamente a essa constatação está o reconhecimento pelos autores dos limites das suas ações, ou seja, assumir uma finalidade e estabelecer objetivos no intuito de aproximar-se do seu alcance não é garantia da sua concretização. Há um reconhecimento da multidimensionalidade de fatores/questões estruturais e conjunturais que interferem na intencionalidade das ações profissionais, sobretudo as de natureza sócio-educativas que são referentes ao universo simbólico de valoração do mundo e das relações que unificam e/ou diferenciam os sujeitos em sociedade

A prática sócio-educativa dos assistentes sociais das unidades básicas de saúde consegue responder, limitadamente, às necessidades básicas e fundamentais dos usuários atendidos. O Serviço Social, na prestação de serviços por intermédio das políticas públicas municipais não tem conseguido dar respostas a questões de ordem estrutural tal como: desemprego, desigualdade social, econômica, cultural, fome, miséria, falta de moradia etc. entendendo que as mesmas necessitam de enfrentamentos políticos não só pelo Serviço Social e outras categorias profissionais, mas

também, primordialmente, pelo Estado [...] uma prática sócio-educativa mais eficiente, visando resultados mais efetivos precisam estar inter-relacionadas às políticas sociais de geração de emprego e desenvolvimento econômico-social (BENATTI, 2004, p. 78; 123 – **dissertação**).

Os recursos da ação do Serviço Social passam a ter o limite dos recursos da própria pessoa, família ou comunidade frente a sua realidade histórica. O papel do Serviço Social passa a ser o de revelar estes recursos internos e externos ao sujeito e acionar sua própria ação, catalisando sua disponibilidade para a mudança através de formas de organização popular [...] vai se percebendo que a abordagem educacional passa a ser necessária, embora desprovida de qualquer certeza emancipatória [...] O caráter educativo-pedagógico se reveste de uma certa tensão entre a real possibilidade de promover os sujeitos à cidadania e as dificuldades decorrentes da realidade social em que vivem os usuários. Reconhecer essa tensão é necessário para que o assistente social possa viabilizar seus esforços no sentido de recuperar a abordagem educativa da sua tarefa. Recuperar isso não significa assegurar o êxito nessa tarefa (REZENDE, 1996, p. 69; 76; 146 – **dissertação**).

A partir das citações, pode-se apreender ainda que existe uma articulação de ações profissionais de diferentes naturezas, bem como de diferentes políticas e serviços no processo de definição dos objetivos e de realização das ações sócio-educativas, a interdisciplinaridade também aparece como uma forma facilitadora do trabalho, sobretudo quando a meta consiste em transpor os limites presentes nos serviços e garantir Direitos.

Com as constatações realizadas, é importante atentar para os objetivos das ações sócio-educativas tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Desse modo, pode-se observar os seguintes objetivos das ações sócio-educativas no âmbito coletivo:

O processo de mobilização desenvolvido pelos assistentes sociais **visa organização das classes subalternas** em espaços onde é possível gerar e **socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia** [...] os assistentes sociais direcionam a função de mobilização para o **fortalecimento dos interesses destas classes** [...] em processos que **contribuam para a formação da consciência** das classes subalternas (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 146-147 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

A atuação técnica/profissional no orçamento participativo [...] pode **contribuir para o fortalecimento deste espaço de gestão pública** ao **proporcionar condições** para que a população possa **atuar de maneira qualificada e organizada** [...] **propiciar** aos moradores **acesso às informações** que possam contribuir para o entendimento do funcionamento da máquina pública, dos procedimentos administrativos, da legislação pertinente, das instancias de decisão, do planejamento urbano etc [...] propiciar maior qualificação na participação da população, **contribuindo para a compreensão das demandas que apresentam**, clareando o alcance e os limites da ação da administração municipal e **facilitando a identificação de necessidades e carências que devam ser eleitas como prioritárias** [...] **construir** com os moradores **um processo educativo** e/ou

reflexivo, **que propicie a construção de um projeto coletivo de cidade** (DE MARCO, 2000, pp. 157-159 / grifos nossos – coletânea de textos).

Os Conselhos Locais de Saúde [...] têm se representado um grande locus para a realização de práticas sócio-educativas pelas assistentes sociais. A partir do momento que **esclarece para a população o direito e o dever de participar, controlar, propor e fiscalizar as políticas de saúde** do município, **estabelecendo novas relações** entre profissionais da saúde, Estado, município e sociedade civil (BENATTI, 2004, p. 97 / grifos nossos – dissertação).

Nos movimentos comunitários [...] o assistente social deve **facilitar a integração na comunidade** [...] mobilização e organização [...] **ampliar a participação da base**, assegurando a sua maior representatividade em mobilizações mais amplas. A organização deve ser orientada para visar não só a obtenção de melhorias comunitárias, mas também para obter o controle das organizações públicas [...] o **auxílio no estabelecimento de nexos** entre um fato imediato e sua causa estrutural, é a grande contribuição que pode ser oferecida pelo Serviço Social a fim de que ocorra a **conscientização** [...] **promoção de iniciativas comunitárias** para melhoria das condições de vida [...] **assessoria a entidades comunitárias**, ao profissional cabe: **oferecer todos os recursos e informações necessárias para um correto discernimento frente a um problema; incentivar a discussão democrática e orientar para que ela seja assegurada; esclarecer sobre possibilidades e riscos de alianças**, ações em conjunto, parcerias e recebimento de benefícios; **ajudar no estabelecimento de estratégias e táticas para a consecução de objetivos desejados** pela entidade [...] **estabelecer intercâmbio da população com os diferentes órgãos executores das políticas sociais** [...] **instrumentalizar a população a exercer ações de parceria que de fato sejam desenvolvidas em conjunto** (população e governo) resguardando a autonomia popular (SILVA, 1994, pp. 102-109 / grifos nossos – dissertação).

Verifica-se que a mobilização e a organização destacam-se como os principais objetivos da ação sócio-educativa no âmbito coletivo, bem como observa-se que é através do acesso a diferentes informações que se constroem processos de participação e de formação de uma consciência coletiva dos sujeitos, remetendo para o exercício autônomo dessa participação na esfera pública.

No âmbito individual/atenção direta, os objetivos das ações sócio-educativas podem ser apreendidos pelas citações

O Serviço Social desenvolve sua ação interventiva no nível do **esclarecimento e orientação** dos usuários, no sentido de **busca de recursos na comunidade para a satisfação de suas necessidades** mais emergentes e **de resgate de seus direitos** [...] várias questões reflexivas e compreensivas relacionadas à busca do exercício da cidadania, poderão ser trabalhadas [...] esta reflexão objetiva **explicitar os nexos da realidade como um todo (a nível macro) e suas conexões com a realidade enfrentada pelo sujeito** [...] ou mesmo ajuda no sentido de **facilitar a compreensão e reflexão** sobre seus problemas [...] pode **oportunizar um maior aprofundamento dessa reflexão** com o intuito de **alcançar níveis**

**mais avançados de compreensão desta realidade e a inserção do usuário enquanto sujeito interativo e participante da mesma [...] enfatizar a reflexão sobre a questão das políticas sociais e de assistência [...] fornecer orientações esclarecimentos [...] realizar acompanhamento familiar continuado [...] na interação dialógica diária que se alcançarão patamares emancipatórios mais elevados do indivíduo, no sentido de facilitar, principalmente, a construção e/ou reconstrução de seu espaço no mundo e na comunidade [...] (REZENDE, 1996, pp. 113-124 / grifos nossos – dissertação).**

Por intermédio do **diálogo** estabelecido entre as Equipes de saúde e os Agentes Comunitários do PSF com a comunidade. **Diálogo que permite reunir e analisar as informações para alcançar uma prática humanitária em busca de soluções individuais e coletivas dos problemas vividos pela população [...]** A comunicação dialógica supõe necessariamente uma ação pedagógica alicerçada em **processos de aprender a ouvir o outro**. Esses dois processos – comunicação dialógica e ação pedagógica – **implicam uma ação interpessoal, exigindo uma atitude dos sujeitos que estimule a comunicação e a organização do pensamento**. O processo de comunicação requer a formulação de perguntas com precisão e respostas coerente; a ação pedagógica deve **garantir conhecimentos básicos e facilitar o aprender, o pensar e o aprender a falar, de forma criativa e crítica** (PEREIRA, 2004, p. 86 / grifos nossos – periódico).

A **busca do diálogo, o reconhecimento do universo cultural** dos educandos, o **estímulo à crítica e à reflexão** são elementos centrais [...] **possibilitar a afirmação do sujeito** e, através de trabalhos reflexivos, **garantir aos participantes o acesso básico que informa** a discussão sobre saúde (VALLE, 2001, pp. 117-119 / grifos nossos – periódico).

A prática sócio-educativa, realizada nos grupos, principalmente de hipertensos e diabéticos, tem como finalidade **melhorar as condições físicas e emocionais do paciente [...]** (BENATTI, 2004, p. 105 / grifos nossos – dissertação).

Observa-se que a orientação e o esclarecimento destacam-se como os principais objetivos das ações sócio-educativas na atenção direta, sendo através deles que se constrói um processo de conscientização dos sujeitos, envolvendo uma dupla dimensão: 1) de conhecimento dos serviços prestados pela instituição e pela comunidade onde está inserido e de atendimento as suas demandas imediatas; 2) de reflexão crítica sobre: as questões singulares que envolvem as demandas dos sujeitos individualmente; as questões particulares que condicionam ou ampliam o serviço prestado; as questões universais que envolvem o acesso e a ampliação dos Direitos. Apreende-se que a dimensão coletiva permeia os objetivos da ação sócio-educativa na atenção direta à medida que esta ação contribui para o fortalecimento da identidade individual e para a construção de uma percepção do coletivo que está presente nas demandas individuais, bem como quando contribui para a construção da autonomia do sujeito e de sua inserção na esfera pública tanto para concretizar e alcançar seus Direitos por meio do acesso a informação e as políticas públicas, quanto para buscar novos

Direitos através da participação dos sujeitos na construção coletiva de uma agenda pública das suas demandas/reivindicações.

Desse modo, apreender a finalidade, a concepção de Direitos e Cidadania e os diferentes objetivos presentes no debate das ações sócio-educativas, é possível considerar que essas ações não acontecem de maneira estanque, ou seja, aparecem encadeadas no momento da sua operacionalização, mas é através do reconhecimento das diferenças de seus objetivos que se podem observar as suas diferentes características, pois é através dessas distinções que essas ações contribuem no atendimento de demandas também distintas. Para tanto, no próximo item são apresentadas as diversas características que compõem as ações sócio-educativas.

#### 3.3.4. Ações sócio-educativas e as características que pautam sua operacionalização

De acordo com a apreensão de diferentes objetivos norteadores das ações sócio-educativas, verifica-se que elas também são recobertas por características diferentes, uma vez que os objetivos as vinculam ao âmbito individual e/ou ao âmbito coletivo, indicando sua presença em distintos processos interventivos como pode ser observado nas seguintes afirmações:

As práticas educativas transformadoras devem apreender e propor um reordenamento da **vida cotidiana coletiva**, com o surgimento de trocas verdadeiras que levem a propostas emancipadoras. Este projeto de reordenamento deve **ênfatisar as relações sociais, econômicas e culturais, os padrões sócio-psíquicos dos diferentes grupos e suas expectativas, assim como dos cidadãos individualmente para a construção de um projeto societário** que combata e erradique as desigualdades sociais [...] Este processo em que as práticas educativas humanitárias estão inseridas, **deve ser um espaço coletivo** de construção democrática, onde seja **estimulada a participação da comunidade e a construção de uma subjetividade** que expresse desejos e anseios de toda a população (PEREIRA, 2004, pp. 86-87 / grifos nossos – **periódicos**).

A **ação** do Serviço Social [...] pode contribuir, conseqüentemente, para o **desenvolvimento individual, familiar ou comunitário**, utilizando-se dos meios institucionais e dos processos existentes nesses para alcançar esta meta [...] visando a construção dessa prática educativa no cotidiano do atendimento do Serviço Social refere-se a importância de inicialmente trabalhar em **duas instâncias** com a população. A primeira [envolve] aspectos relacionados às condições **do usuário** enquanto sujeito, buscando nessa ação a **recuperação de sua história, a qual vincula-se a seus papéis na sociedade e à sua identidade**. A segunda reflete-se **sobre as condições de vida do usuário, suas expectativas e possibilidades de mudança nessa trajetória** (REZENDE, 1996, p. 73; 146 / grifos nossos – **dissertação**).

A função educativa concretiza-se, fundamentalmente, através do estabelecimento de **novas relações pedagógicas entre assistentes sociais e usuários de seus serviços**. Relações estas favorecedoras de um **processo de participação dos sujeitos** envolvidos, numa **dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais** tendo em vista a **construção de estratégias coletivas** em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de **mobilização desses sujeitos**, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e **avanço da organização das classes subalternas** como classe hegemônica (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

A partir dos autores, pode-se observar ainda as ações sócio-educativas revestem-se por características diferentes quando são referenciadas à demandas individuais e/ou coletivas porque implicam em objetivos também diferentes.

As ações sócio-educativas, no âmbito coletivo, são realizadas junto às organizações da sociedade civil e socializam diferentes informações, permitindo a construção de uma agenda pública de reivindicações por Direitos, no exercício do controle social e na ampliação da esfera pública. Nas obras pesquisadas essas ações podem ser identificadas nas afirmações que seguem

A atuação técnica/profissional no orçamento participativo possui uma dimensão política e pedagógica estratégica, uma vez que pode contribuir para o fortalecimento deste espaço de gestão pública ao proporcionar condições para que a população possa atuar de maneira mais qualificada e organizada. Nesse sentido, a atuação profissional tem como perspectiva o oferecimento de instrumentos aos sujeitos sociais para que possam se apropriar da informação e do conhecimento necessários ao exercício da participação popular na gestão pública (DE MARCO, 2000, p. 157 – **coletânea de textos**).

O trabalho do assistente social comparece atuando nos movimentos sociais, em conjunto com outros profissionais, atuando ora num processo de mobilização de trabalhadores e/ou de comunidades, em situação de litígio com as forças do capital que o ameaçam de expulsão; ou com populações já em processo de assentamento, mas necessitando, nesse momento de empreender novas conquistas, de enfrentar novos desafios (GARCIA, 1999, p. 189 – **coletânea de textos**).

O trabalho dos assistentes sociais nos Conselhos tem sido desenvolvido a partir de duas perspectivas [...] atua como conselheiro [...] É importante salientar que seja qual for a sua representação, o processo de trabalho do assistente social está comprometido com a ampliação dos espaços democráticos e com a socialização das informações. [...] como assessor [...] o trabalho volta-se para o fortalecimento dos conselheiros no exercício de sua função (COUTO, 1999, p. 208 – **coletânea de textos**).

Os conselhos locais de saúde [...] são também espaços que se desenvolvem trabalhos sócio-educativos com a população e os outros funcionários da saúde, a partir do momento que discutem temas de suma relevância para o processo de participação dos representantes dos conselhos locais de saúde,

ou seja, temas como: cidadania, SUS, modelo de assistência e saúde (BENATTI, 2004, p. 85; 97 – **dissertação**).

As ações sócio-educativas, no âmbito individual, são realizadas privilegiadamente nos espaços institucionais, através da intervenção direta entre Assistente Social e usuário, ou grupo de usuários. Nas obras pesquisadas essas ações podem ser apreendidas a partir das afirmações

A intervenção profissional direta remete a reflexões e tomadas de posição sobre saúde, acesso a tratamento e condições de vida dos doentes, numa esfera maior e mais ampla do que a situação concreta possa transparecer [...] possibilita condições para o paciente participar do que é seu direito, do tratamento de saúde, e localiza o Serviço Social nas organizações hospitalares modernas [...] esse auxílio pode estar voltado à interação das condições do comportamento humano em determinadas situações sócio-econômicas ou a uma específica questão institucional (BERTANI, 1993, p.43 – **periódico**).

Interpretação de normas e rotinas: essa atividade consiste na transmissão de informações e na interpretação das normas de funcionamento dos programas e das unidades prestadoras de serviços de saúde (COSTA, 2000, p. 51 – **periódico**).

Na prática institucional, a leitura e análise sistemática dessa realidade pelos assistentes sociais é de vital importância, pois das solicitações individuais, esparsas, casuais ou institucionalizadas podem se construir demandas coletivas potencializadoras de novas conquistas de direitos sociais ou de novos serviços ou projetos voltados aos interesses da população atendida. Para tanto a informação clara e precisa dos recursos, serviços, direitos é fundamental (SARMENTO, 2000, p. 107 – **coletânea de textos**).

Atribuições e requisições que demandam o trabalho do assistente social no mundo jurídico [...] participar de programas de prevenção e informação de direitos à população usuária dos serviços jurídicos [...] a ação profissional do assistente social auxilia os sujeitos a analisar e redimensionar suas situações de litígio, esclarecendo seus direitos e deveres, tentando buscar alternativas de ação para resolução desses conflitos (CHUARI, 2001, p. 139 – **periódico**).

Observa-se ainda que as ações sócio-educativas são realizadas em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tendo como referência os exemplos citados constata-se a área sócio-jurídica e da saúde.

É possível verificar nas obras uma interconexão entre as ações desenvolvidas no âmbito individual e aquelas desenvolvidas no âmbito coletivo. Isso pode ser observado a partir das seguintes citações

A função educativa [...] tem uma relação orgânica com a função de mobilização social junto às classes subalternas. Ambas se concretizam nos diferentes espaços da prática profissional, respondendo às demandas já



consolidadas e às emergentes (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 148 – **coletânea de textos**).

A relação do social (coletivo)-individual (sujeito) e a articulação entre natureza (biológico)-sociedade (história) [...] aí reside o grande desafio aos profissionais que atuam com a metodologia de educação em saúde. Conciliar tais aspectos com pesos equivalentes é o que há de mais rico nas práticas educativas, pois atuando nessa direção, há a possibilidade de favorecer respostas às demandas imediatas, ao se resgatar espaços com bases comunicativas demarcadas pela aproximação com a forma de vida das pessoas (VALLE, 2001, p. 117 – **periódico**).

O processo de comunicação dialógica nas práticas educativas transformadoras deve ser fundado no “nós” da ação coletiva, onde os indivíduos envolvidos na situação reconhecem e avaliam aquilo que os agrupa, que os faz agir junto. O agir junto define o processo de construção de identidade coletiva passando pelo impasse da construção da identidade individual (PEREIRA, 2004, p. 85 – **periódico**).

A ação do assistente social centra-se no levantamento de questões a partir das demandas e manifestações dos usuários, procurando eliminar resistências à reflexão, apontando contradições e preconceitos, suscitando analogias e estabelecendo relações de situações pessoais com situações coletivas e/ou grupo e destas com a realidade social (VASCONCELOS, 2000, p. 133 – **coletânea de textos**).

A partir da constatação de que os objetivos das ações sócio-educativas não estão restritos ao âmbito individual e a inculcação de normas e procedimentos no atendimento ao usuário, considera-se que os objetivos dessas ações apresentam uma relação dialética entre o individual e o coletivo que, por sua vez, permitem apreender em sua totalidade as questões que condicionam o sujeito. Isso implica em reconhecer e ter clareza da finalidade assumida por um determinado projeto de profissão que contém uma certa concepção de homem e de mundo expressa nos marcos teórico-metodológicos veiculados pela profissão.

Para tanto, no próximo item é apresentado o referencial teórico apreendido a partir das obras pesquisadas e que tem orientado a operacionalização das ações sócio-educativas na perspectiva do atual projeto ético-político.

### 3.3.5. Ações sócio-educativas e referencial teórico

A partir do horizonte paradigmático expresso pelo atual projeto ético-político e ao buscar, nesse estudo, a caracterização das ações sócio-educativas dentro dessa perspectiva, que foram pesquisadas obras auto-referenciadas no paradigma crítico-dialético. Desse modo, o referencial teórico utilizado pelos autores pode ser apreendido de maneira indireta, ou seja,

através da observação dos conceitos explicitados pelos autores, conforme pode ser observado nas citações que seguem

A atuação profissional em espaços de gestão participativos [...] exige reflexão constante quanto ao caráter de sua ação profissional, verificando se sua **prática político-profissional está servindo ao projeto de emancipação** que o orçamento participativo visa atender [...] o profissional deve estar identificado com esse projeto pois somente assim irá desenvolver uma **prática político-pedagógica libertadora** [...] contribuindo para o surgimento de uma **nova prática social** (DE MARCO, 2000, p. 158 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

O Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das **classes subalternas**, como de uma ação sócio educativa tensionada pela **dinâmica contraditória dos interesses em confronto** no espaço em que se movimenta (YASBEK, 1999, p. 95 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

Somente serão alcançadas **metas emancipatórias** a nível de prática efetiva, se o profissional tiver a **compreensão ampliada desta realidade**. Deverá refletir também nessa prática, sua coerência argumentativa, no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos e que produza efetivamente, através do **debate e da relação dialógica entre sujeitos**, o crescimento destes em direção ao encaminhamento de suas demandas (REZENDE, 1996, p. 146 / grifos nossos – **dissertação**).

Observa-se ainda que há uma preocupação com a coerência das ações com o referencial teórico, no entanto as análises dessa coerência ficam demasiadamente genéricas e não dão indicativos claros das mediações que orientam a materialização dos conceitos no momento da operacionalização das ações sócio-educativas.

Dentre as referências teóricas explicitadas nas obras, verificou-se que os autores referenciam Antonio Gramsci, ao abordarem direta ou indiretamente as ações sócio-educativas. Observa-se que essa referência ocorre em duplo movimento: quando os autores tratam analiticamente do significado dessas ações; e quando abordam questões específicas da sua operacionalização, a saber:

O assistente social não poder negar que exerce uma ação político-educativa, desenvolvendo um **papel intelectual**. Acreditamos que para melhor compreender o significado dessa ação intelectual desenvolvida pela categoria dos assistentes sociais, devemos nos reportar para o que nos ensina **Gramsci** sobre o intelectual e o seu papel na sociedade [...] o profissional de Serviço Social deve entender o seu espaço de atuação como parte do **todo social**. Buscar compreendê-lo com suas **contradições, colocando-se dentro delas também como sujeito**, utilizando-se para **compreender, sob o ponto de vista dialético, a realidade** que nos é apresentada e **trabalhar nestas contradições** (CAMARDELO, 1994, p. 159-160 / grifos nossos – **periódico**).

A função educativa [...] caracteriza-se pela incidência na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na **formação de subjetividades e normas de condutas**, elementos estes constitutivos de um determinado **modo de vida ou de cultura**, como diria Gramsci [...] a prática dos assistentes sociais **junto às classes subalternas** responde às necessidades de adesão e consentimento destas classes às condições materiais que servem de suporte a uma determinada **direção intelectual e moral** (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

**A cultura e a sociedade são produtos da história, das relações e de intercâmbio de classes**; não preexistem *ad eternum*, nem na cabeça dos indivíduos. Na busca de **hegemonia** (GRAMSCI, 1986) e capacidade de direção das lutas que favoreçam os interesses das classes que vivem do trabalho, busca-se **consenso e persuasão** em oposição à coação, violência, força, imposição (VASCONCELOS, 2000, p. 133 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

Verifica-se ainda que a referência aos estudos de Gramsci perpassa tanto as ações sócio-educativas no âmbito coletivo quanto na atenção direta. Ainda pode-se apreender, esse referencial, de maneira indireta nos autores pesquisados, ou seja, os autores pautam seus estudos em obras baseadas no pensamento gramsciano, como exemplo representativo encontra-se:

Alguns autores, no âmbito do Serviço Social na contemporaneidade, vêm discutindo, numa perspectiva crítica, sobre a “mobilização social e práticas educativas” (ABREU, 2000); “perfis pedagógicos da prática do assistente social” (ABREU, 2002); um “novo fazer profissional” (SILVA, 2000); o “trabalho educativo como *lócus* do fazer político-pedagógico (MARCO, 2000); a “educação popular como proposta alternativa de intervenção” (SILVA, 1995) [...] Para subsidiar nossas análises e conceitos sobre a *dimensão sócio-educativas da prática profissional do assistente social*, ressaltamos a rica contribuição do trabalho de Abreu (2002) sobre *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional* [...] a autora, em toda a sua obra, trabalha a organização da cultura sob as concepções de Gramsci [...] (BENATTI, 2004, pp. 28-29 / grifos da autora – **dissertação**).

Outra referência teórica encontrada nos autores pesquisados trata-se de Paulo Freire, principalmente naqueles autores que abordam a intervenção profissional/ações sócio-educativas a partir da área da saúde como pode ser observado

É na **comunicação dialógica** que se alicerça a interação social para gerar um pensar e um fazer crítico. Esse **fazer e pensar críticos** se estruturam em práticas educativas a partir de uma **perspectiva problematizadora e criativa** [...] Para Paulo Freire (1983), é na **perspectiva pedagógica** da realidade vivida que se definem os conteúdos programáticos das ações educativas [...] No caso do PSF, a **intervenção dialógica deve possibilitar uma relação de confiança, no sentido de contribuição e de troca**. Por

meio dessa interação vai-se **construindo um novo saber da comunidade e da equipe** de profissionais da saúde (PEREIRA, 2004, p. 85; 117 / grifos nossos – **periódico**).

A busca do **diálogo**, o reconhecimento do **universo cultural dos educandos**, o **estímulo à crítica e à reflexão** são elementos centrais dessa pedagogia e que encontram em autores como **Paulo Freire** e Jürgen Habermas, precursores indispensáveis para se incorporar a Educação em saúde como metodologia que, no plano interventivo, privilegia categoria como a **comunicação, a crítica, a desalienação e a busca da interdisciplinaridade** (VALLE, 2001, p. 117 / grifos nossos – **periódico**).

A referência a Paulo Freire também acontece em obras que abordam a intervenção profissional/ações sócio-educativas no âmbito coletivo, destaque para o trabalho realizado junto aos movimentos comunitários

As propostas [de intervenção] nos movimentos comunitários evidenciam uma demanda nas dimensões sócio-política e econômica [...] [sendo que deve expressar] a opção política através do **compromisso político** que não pode ser episódico. Ele requer um **permanente direcionamento do trabalho em defesa das causas dos oprimidos** [...] Assim, como para **Paulo Freire** (1989) a educação deve ser um “ato amoroso”, que exige uma **postura de humildade, escuta, respeito e confiança** e, ao mesmo tempo, de **crítica, interrogação, diálogo, solidariedade e envolvimento transformador** (SILVA, 1994, pp. 91-93 / grifos nossos – **dissertação**).

As reflexões de Paulo Freire também são consideradas quando são realizadas considerações acerca da relação estabelecida entre Assistente Social-usuário no momento da operacionalização das ações profissionais, o que pode ser apreendido na afirmação que segue

A questão do estabelecimento de vínculos, de um ambiente de confiança e respeito pelos sujeitos, é necessária para que o processo possa se constituir, para que se estabeleçam o diálogo e a reflexão. Diferente de um monólogo, onde só o profissional detém o poder, o saber, a receita para a solução dos problemas, o conselho certo ou o plano mais indicado, dialogar como esclarece Paulo Freire, pressupõe reconhecer que o outro tem algo a dizer, resultado do que chama de um “saber feito” de fundamental importância (PRATES, 2004, p. 20 – **coletânea de textos**).

Há uma terceira referência, identificada indiretamente através de citações dos estudos empreendidos por Vicente de Paula Faleiros e que consiste no *Empowerment*. Essa categoria pode ser apreendida nas seguintes citações

É um processo de politização que para desenvolver-se exige discussões, análises e proposições que possibilitem reflexão crítica, numa relação democrática e de respeito entre o saber profissional, institucional e político

do assistente social e o saber do usuário, **visando elevar seu poder**. E como diz **Faleiros**, “**o aumento do poder dos clientes** implica tornar explícita a relação de poder na intervenção profissional” (SILVA, 2000, p. 114 / grifos nossos – **coletânea de textos**).

Reportamo-nos a **Faleiros** (1999) que trabalha com a **concepção de empowerment**, o fortalecimento do sujeito no processo da prática profissional do assistente social. O autor, em seu livro *Estratégias em Serviço Social*, trabalha várias categorias que sugerem ao assistente social estabelecer formas de mediações, estratégias e de relações com os sujeitos da intervenção profissional e, ainda, ressalta a importância do assistente social **compartilhar o seu poder profissional com os usuários** de seus serviços (BENATTI, 2004, p. 112 / grifos nossos – **dissertação**).

Essa concepção também é identificada em outras obras, nelas encontram-se outras referências teóricas como é o caso de autores como Friedmann (1996); Stark (1996); Max Neef (1991); Lagarde (1996); Guzmán (1998); Fook (1996); Harris (1997); Howe (1997); Young (1990); Nederveen (1992); Lodziak (1995); Villacosta e Rodrigues (2002); Romano e Antunes (2002) – (apud LISBOA, 2000; LISBOA; MANFRINI, 2005; NUNES, 2005).

Nas obras pesquisadas encontram-se ainda outros autores como sendo de referência teórica para as ações sócio-educativas e que são referenciados considerando o paradigma crítico-dialético, tais como: Jürgen Habermas (apud VALLE, 2001); Adorno e Pucci (apud REZENDE, 1996); Lukács e Bourdieu (apud PEREIRA, 2004); Brandão (apud SILVA, 1994); Sartre e Pichón-Rivière (apud VASCONCELOS, 2002).

É importante considerar que existem outras perspectivas teóricas que podem orientar a intervenção profissional/ações sócio-educativas como a Fenomenologia (destaque para o autor Emmanuel Mounier). Pode-se constatar ainda que alguns autores consideram que a perspectiva fenomenológica não se contrapõe ao projeto ético-político/paradigma crítico-dialético porque apresenta um viés dialético, conforme destaca a obra de Silva (1994).

Apesar dessas constatações, acerca dos referenciais teóricos identificados como norteadores das ações sócio-educativas, também se observa nas obras pesquisadas que os autores identificam a existência de uma indefinição e/ou falta de clareza teórica por parte dos Assistentes Sociais sobre sua intervenção profissional/ações sócio-educativas, conforme demonstram as seguintes citações

É sabido que não são os procedimentos que definem o método, nem este que define a matriz teórica e, sim, o contrário. Mas, se o conjunto de nossa ação é sempre orientado por uma teoria, ela deve transparecer na fala, nem que seja para revelar a ausência de uma clareza teórica [...] nada existe como apropriação coletiva da categoria que demonstre como é feita a relação entre sujeito e objeto, teoria e realidade. É como se o que não deve ser feito estivesse iluminado, mas a luz não fosse suficiente para enxergar o que fazer [...] Embora o marxismo seja hoje colocado como perspectiva hegemônica no Serviço Social, é importante ter presente que ainda há

profissionais ecléticos e outros sem clareza teórica (SILVA, 1994, pp. 51-52 – **dissertação**).

Alguns assistentes sociais, que buscam como referência autores progressistas, revelam certa segurança e coerência nas suas opções, sustentando a necessidade de ampliação e aprofundamento do debate a respeito da questão social e da realidade social, da prática profissional e sua avaliação. Revelam preferência por autores que rompem com o tradicionalismo, que valorizam a noção de cidadania, os direitos sociais, que façam análise das políticas sociais. Mas alguns, mesmo elegendo como referência autores progressistas, exibem seu ecletismo ao buscar, num autor referência para olhar/analisar a realidade e, em outro – freqüentemente na direção oposta – modelos de prática tendo em vista as respostas às demandas que lhe são dirigidas (VASCONCELOS, 2002, p. 349 – **livro**).

A **concepção de prática profissional**, relatada pelas profissionais, está relacionada ao entendimento que possuem sobre as atividades que realizam, a maioria apontou a sua concepção de forma descritiva, com relação a sua prática profissional; não enfatizaram o aspecto teleológico da prática profissional, isto é, a intencionalidade e finalidade das intervenções [...] a proposição política e social que as práticas profissionais podem desencadear não são ressaltadas [...] sobre a **concepção de prática sócio-educativa** – muitas profissionais conseguiram descrever como as desenvolvem, porém não conseguiram expressar uma concepção mais fundamentada sobre as mesmas (BENATTI, 2004, pp. 92-96 / grifos da autora – **dissertação**).

[...] Mas qual é o trabalho com grupos e entrevistas, necessários, tendo em vista os interesses dos usuários? Na falta de produções que recuperem e realizem estudos sobre este tema, na Psicanálise, na Psicologia, na Sociologia e no próprio Serviço Social – objetivando definir e caracterizar o trabalho profissional – tanto no que se refere ao trabalho individual (entrevista), como no trabalho coletivo (reuniões), temos observado que na academia os alunos são apresentados às mais diversas teorias sobre os indivíduos e os grupos humanos deixando-se a cargo do aluno, junto com o assistente social supervisor, descobrirem a forma necessária de trabalhar tendo em vista a direção social e os objetivos definidos na formação. Assim, através de aconselhamento, encaminhamento, orientação, apoio, alívio de tensão e/ou viabilização burocrática de recursos materiais, como um fim em si mesmo, empreendem ações em contradição com seus princípios e objetivos e com o que está expresso no Código de Ética, destruindo e/ou enfraquecendo as estratégias escolhidas, freqüentemente seguros de estão caminhando na direção objetivada (VASCONCELOS, 2000, p. 135 – **coletânea de textos**).

Desse modo, considerando o compromisso profissional e buscando expressá-lo através das ações sócio-educativas, apresentar-se-á no próximo item os elementos técnico-operativos apreendidos nas obras pesquisadas e que dão indicativos quanto à operacionalização daquelas ações nos diferentes processos interventivos.

### 3.3.6. Ações sócio-educativas e elementos técnico-operativos

Os elementos técnico-operativos são entendidos como os procedimentos que estão mais próximos da operacionalização das ações profissionais, tratam-se das abordagens, dos instrumentos<sup>40</sup> e das técnicas utilizados pelos Assistentes Sociais para viabilizar suas ações.

Assim, poucas das obras pesquisadas permitem identificar esses elementos, mas naquelas que foi possível realizar tal identificação trazem como principais abordagens no desenvolvimento de ações sócio-educativas: as abordagens individual e grupal/familiar no âmbito da atenção direta e as abordagens grupal e coletiva no âmbito coletivo, sendo que essas abordagens podem ser apreendidas a partir dos instrumentos que as viabilizam, conforme pode ser observado nas citações

[...] o espaço grupal (a reunião) e/ou espaço individual (a entrevista são utilizados [...] os quais tornam possíveis a troca de experiências, a vivência de relações democráticas e horizontais, a definição de interesses coletivos que articulem os interesses individuais... (VASCONCELOS, 2002, p. 495 – **livro**).

Educação e informação em saúde [...] consistem em orientações e abordagens individuais ou coletivas/grupais ao usuário, família e à comunidade para esclarecer, informar e buscar soluções acerca de problemáticas que envolvem a colaboração destes na resolução de problemas de saúde individual e coletiva (COSTA, 2000, p. 45 – **periódico**).

O trabalho dos assistentes sociais comparece nos movimentos sociais [...] atuando num processo de mobilização de trabalhadores e/ou de comunidades [...] Aqui tem lugar uma série de atividades miúdas (reuniões, assembléias, cursos, treinamentos, visitas etc.) (GARCIA, 1999, p. 189 – **coletânea de textos**).

O assistente social dentro do Hospital realiza atendimento individualizado através de entrevistas (BERTANI, 1993, p. 41 – **periódico**).

[...] desenvolvimento de programas de informação e orientação em direitos para a população, através de abordagens individuais e/ou coletivas a grupos, família e comunidade (CHUARI, 2001, p. 141 – **periódico**).

As ações educativas/preventivas [...] são desenvolvidas com mais ênfase nos grupos que operacionalizam os programas de atenção primária [...] (BENATTI, 2004, p. 74 – **dissertação**).

As visitas domiciliares foram utilizadas, instrumentalmente, como forma de aproximação e conhecimento não só da realidade em que vive o usuário, mas

---

<sup>40</sup> Entende-se que o instrumento “expressa o eixo operacional das profissões e abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades [...] se constrói a cada momento, a partir das finalidades da ação que vai desenvolver e dos determinantes políticos, sociais e institucionais a eles referidos (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994, pp. 137-138).

também dele próprio na interação com sua família [...] é um importante instrumento de análise e compreensão da realidade conjuntural/estrutural em que vivem os usuários, podem também oferecer subsídios importantíssimos para a intervenção de novas abordagens (REZENDE, 1996, p. 136 – **dissertação**).

Observa-se ainda que a abordagem individual é viabilizada a partir de instrumentos como a entrevista (atendimento individualizado) e a visita domiciliar. Já a abordagem grupal é viabilizada principalmente através das reuniões (grupos), sendo que a visita domiciliar também pode ser acionada como instrumento para viabilizar essa abordagem. No referente à abordagem coletiva, identifica-se a assembléia como o instrumento que a viabiliza. Verifica-se ainda que o encaminhamento é um instrumento que perpassa todas as abordagens.

A sala de espera aparece como uma outra forma de reunir os usuários e tem sido destacada pelos autores que abordam a intervenção profissional/ações sócio-educativas na área da saúde, como as citações demonstram

A sala de espera também é um *locus* para a orientação, informação e desenvolvimento de práticas sócio-educativas, no sentido em que esclarece para a população os direitos e os atendimentos oferecidos em cada Unidade de Saúde (BENATTI, 2004, p. 116 – **dissertação**).

**[...] nas unidades básicas as reuniões de sala de espera tomam mais sentido articuladas a outras atividades sistemáticas, que possibilitem a sistematização e a continuidade do processo de prevenção e educação em saúde [...] nos hospitais e maternidades as salas de espera representam um recurso necessário a ser utilizado a partir das características da demanda. Salas de espera [...] como espaços democráticos e de democratização de conhecimentos e informações, sempre em articulação com espaços sistemáticos das enfermarias, pensados tendo em vista informar, orientar, referenciar (VASCONCELOS, 2002, p. 485 / grifos da autora – livro).**

As técnicas referenciadas pelos autores na operacionalização das ações sócio-educativas consistem na “coordenação de grupos”, “técnicas de comunicação”, “técnicas de dinâmicas de grupos”, “psicoterapia de grupos” conforme as citações demonstram

A mobilização pressupõe a integração, que possibilite o uso adequado de instrumentos e recursos capazes de ativar as forças motrizes [...] o uso de técnicas de comunicação e de dinâmica de grupos [...] (SILVA, 1994, pp. 103 – **dissertação**).

O assistente social algumas vezes utiliza técnicas de coordenação de grupos de pacientes, quando a discussão do tema com pessoas com as mesmas dificuldades pode vir a beneficiar cada um (BERTANI, 1993 p. 42 – **periódico**).



[...] Ao eleger a psicoterapia de grupo no atendimento às demandas da população assistida nos ambulatórios públicos dos serviços de psiquiatria [...] (VASCONCELOS, 2002, p. 495).

Outros recursos são destacados pelos autores para a operacionalização das ações sócio-educativas, a saber:

[...] o **folheto educativo** com a função de multiplicador de informações e conhecimentos, desempenha um papel de grande importância por estender a ação educativa a outros membros da família daquele paciente que está em tratamento na Unidade [de Saúde] [...] (BENATTI, 2004, p. 105 / grifos nossos – **dissertação**).

A utilização de **encenações, teatros, músicas, trovas, versos e desenhos**, pode funcionar como bom recurso para a mobilização popular. Pode-se ainda recorrer a processos sistemáticos de formação (cursos, encontros) para pessoas que demonstrem melhores condições de participação em reflexões mais sistemáticas (SILVA, 1994, p. 105 / grifos nossos – **dissertação**).

Os assistentes sociais organizam, coordenam e fazem **palestras**; distribuem material de divulgação – **cartazes, folhetos e folders informativos**; realizam apresentação de **slides e vídeos** relativos as forma de prevenção e controle de doenças, bem como coordenam eventos e discussões [...] (COSTA, 2000, p. 54 – **periódico**).

A linguagem é apontada como instrumento por alguns autores e aparece associada a diferentes recursos no momento da operacionalização das ações sócio-educativas, conforme pode ser contatado nas seguintes afirmações

No desenvolvimento da ação profissional é necessário utilizar diferentes linguagens além da discursiva como teatro, vídeo e trabalhos de valorização da cultura popular, para que o diálogo com estes segmentos se estabeleça e o processo organizativo seja estimulado (DE MARCO, 2000, p. 159 – **coletânea de textos**).

O instrumento utilizado é basicamente a linguagem e o conhecimento (COSTA, 2000, p. 53 – **periódico**).

Na escola, tínhamos um instrumento básico, a linguagem, e com o suporte técnico, teórico e político articulando o particular com o geral, tendo a totalidade como central – nosso plano e seus respectivos projetos. E foi com esse recurso que no decorrer de nossa prática pudemos perceber que estávamos interferindo, direta e indiretamente, na maneira de ser, de ver, de analisar, de agir e de planejar da comunidade escolar (CAMARDELO, 1994, p. 152 – **periódico**).

Observa-se ainda que os autores também enfatizam a necessidade se desenvolver uma postura investigativa que oportunize o contínuo conhecimento/investigação tanto

referentes às macro-análises sobre a realidade quanto às particularidades que envolvem os espaços sócio-ocupacionais e os sujeitos destinatários das ações profissionais. Aliados a postura investigativa estão o planejamento e a documentação, conforme pode ser apreendido nas afirmações que seguem

O conhecimento acerca da realidade estrutural e conjuntural, as formas de alienação, as refrações da questão social no cotidiano da população usuária, a expressão dos sujeitos em suas lutas contra-hegemônicas, o conhecimento de recursos sociais, dos direitos sociais, das redes ou espaços de articulação e organização da população usuária, o conhecimento de dados sobre a existência, consciência e vida social, do significado atribuído pelos sujeitos ao seu viver histórico, os seus valores, sua cultura, dão consistência às mediações que poderão ser construídas historicamente na relação com os sujeitos (PRATES, 2004, p. 17 – **coletânea de textos**).

Organização estratégica do Serviço Social e planejamento do trabalho profissional, com base em estudos e pesquisas que dêem visibilidade às necessidades e interesses dos segmentos que utilizam os serviços de saúde, captados e transformados em demandas que forneçam a direção e/ou sejam referência para o planejamento e operacionalização dos serviços de saúde prestados pela unidade, com base nos documentos/programas, legais/oficiais/insituacionais, objetivando a sustentação das propostas, ao mesmo tempo que iluminam o seu redirecionamento, alicerçados no estabelecimento de objetivos, cronogramas, metas, estratégias e táticas de ação [...] levantamento de recursos disponíveis e possíveis de serem acessados e/ou conquistados e das informações necessárias a esse processo [...] identificação dos diferentes riscos que permeiam o cotidiano da população [...] (VASCONCELOS, 2002, p. 451-452; 455 – **livro**).

A leitura da realidade e o planejamento são mediações que não se encerram durante a execução, ao contrário, encontram-se permanentemente presentes. A intenção, pano de fundo de nossa atuação profissional, permanece, mas as estratégias muitas vezes necessitam ser modificadas[...] nossa atuação é a realidade concreta [...] precisamos estar armados do nosso *background* teórico e de nossos objetivos concretos, e assentados sobre nosso projeto profissional [...] o conhecimento teórico só tem sentido na medida que nos servir como guia e não como receita pré-elaborada; na medida em que nos instrumentalize para a ação dinâmica da realidade e não nos sirva como camisa de força (CAMARDELO, 1994, p. 159 – **periódico**).

O assistente social deve ter claro a importância dos elementos técnicos operativos que compõem sua intervenção. [...] investigação e planejamento [...] são elementos constitutivos do processo de trabalho. [...] o assistente social deve ter claro qual seu objetivo e como chegar ao mesmo de maneira adequada [...] o trabalho com grupos e comunidades deve ser executado através de atividades planejadas e avaliadas sistematicamente [...] a pesquisa também é um instrumento fundamental [...] em todos os espaços profissionais se faz necessário a presença da investigação, buscando dados que subsidiem seu trabalho (COUTO, 1999, pp. 210-211- **coletânea de texto**).

Compreende-se que as possibilidades de superação das tradicionais práticas de triagem e encaminhamentos realizadas através do Plantão Social implicam: 1. compreender a realidade desta prática e suas contradições do

ponto de vista de um espaço político para a população; 2. destacar a prática investigativa como resgate e registro vivo do cotidiano de vida da população atendida, sendo o conhecimento desta realidade um elemento potencializador dos interesses coletivos quando construídos de forma compartilhada com a população, permitindo a mobilização e aglutinação de interesses comuns, base para as novas conquistas de direitos sociais; 3. avaliar as demandas e necessidades que não estão sendo supridas, com base na informação sistematizada e compartilhada com a população, visando rever os programas e serviços que se destinam a estas situações, possibilitando ainda a qualificação da infra-estrutura e dos serviços [...] a atividade investigativa é uma atividade necessária e básica do fazer profissional [...] (SARMENTO, 2000, pp. 106-107 – **coletânea de texto**).

O conhecimento e a interpretação da realidade deve fazer parte do trabalho do assistente social de modo sistemático. É indispensável o uso da pesquisa e do tratamento técnico de dados e informações para subsidiar propostas viáveis, justificadas e fundamentadas, ao tempo em que se dá visibilidade às questões. O contraponto e a denúncia devem ser feitos de forma competente e fundamentada (GOMES, 2000, p. 170 – **coletânea de texto**).

Apreende-se ainda que o planejamento consiste tanto em projetar ações a serem realizadas, antevendo seus resultados e conseqüências, quanto em um processo de constante avaliação e reformulação dessas ações, tendo em vista a dinâmica da realidade que recoloca constantemente demandas novas, o que remete a novas priorizações.

Nas obras, pode ser observada ainda uma crítica à falta de documentação por parte dos Assistentes Sociais, consistindo na pouca/ausência de sistematização tanto de dados sobre: a realidade, as particularidades das políticas sociais, dos serviços, das instituições e das redes de apoio, quanto sobre as próprias ações profissionais. Tal constatação tem como exemplo representativo a seguinte afirmação

O registro do trabalho dos assistentes sociais segue a mesma lógica do trabalho. A documentação subordina-se às necessidades do momento. Assim, o Serviço Social na SMS, como um todo, não obedece a um padrão de registro de dados, o que dificulta não só o estudo e a avaliação prática dos assistentes sociais, individual e coletivamente nas unidades, como impede o estudo e a avaliação do Serviço Social na Secretaria a partir do registro do trabalho realizado. A documentação dos atendimentos é utilizada, basicamente, para garantir a continuidade das ações por outro profissional, ou para registrar os dados necessários às direções de unidade e SMS para controle e concessão dos recursos materiais viabilizados pelos Programas e Projetos, dando-se prioridade aos dados quantitativos isoladamente [...] mesmo que os Programas contem com documentação específica da própria Secretaria, esta documentação é utilizada de forma diferente em cada unidade de saúde, tanto pelos assistentes sociais como pelos demais profissionais [...] os assistentes sociais, em sua maioria, se não portam condições de **articular os dados da realidade** a que têm acesso no cotidiano de sua prática, também não os valorizam, o que resulta na sua **não sistematização**, dificultando ainda mais a **projeção, priorização e avaliação de suas ações**. Organizam-se de tal forma que ficam impedidos de realizar uma análise que dê sustentação e projeção do trabalho

profissional [...] (VASCONCELOS, 2002, p. 230; 419 / grifos da autora – **livro**).

Outra ênfase dada pelos autores consiste na capacitação constante dos Assistentes Sociais, de modo geral observa-se que essa exigência ora fica sub-entendida em afirmações genéricas sobre a apreensão dos referenciais teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, ora restringe-se às particularidades dos espaços sócio-ocupacionais – conforme pode ser verificado nas seguintes citações

Os profissionais são desafiados a se colocarem em processo permanente de qualificação profissional [...] a atuação profissional em espaços de gestão participativos é iniciante, exige dos técnicos constante reflexão quanto ao caráter de sua ação profissional, verificando se sua prática está a serviço do projeto de emancipação [...] (DE MARCO, 2000, p. 158 – **coletânea de textos**).

Urge um novo pensar e fazer do profissional assistente social, cujas bases sejam a competência teórico-metodológica, o compromisso com a realização dos princípios ético-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes e a capacitação técnico-operacional. Sem um novo pensar, não se viabiliza um novo fazer. E ambos são imprescindíveis para a consolidação da prática pretendida pelo projeto profissional expresso pelos Estatutos que regulam a profissão (SILVA, 2000, pp. 123-124 – **coletânea de textos**).

Este trabalho [na assistência jurídica] requer desses profissionais, além de sua formação específica, aperfeiçoamento constante, sensibilidade e compromisso ético com o objetivo da realização de uma ordem jurídica que atenda aos anseios e necessidades dessa população (CHUARI, 2001, p. 141 – **periódico**).

[...] tendo em vista o bem-estar físico, mental e social da população, se faz necessário incorporar os instrumentais do Serviço Social para além desse âmbito técnico/operativo, tais como estudos, pesquisas, aprofundamentos teórico-metodológicos, avaliações etc. (BENATTI, 2004, p. 101 - **dissertação**).

Em contrapartida, alguns autores – além de pressuporem a capacitação teórico-metodológica e ético-política – sinalizam que a capacitação deve repercutir também sobre a realidade de trabalho, procurando extrair alternativas de trabalho a partir da tensão que envolve as contradições ali presentes, como ilustração encontra-se a seguinte afirmação

Enquanto os assistentes sociais não se capacitarem para, no cotidiano, dar visibilidade as determinações da prática social na saúde não criarão condições necessárias para possibilitar a condução de suas ações na direção dos interesses e necessidades dos usuários de seus serviços. Uma capacidade que depende de uma leitura da realidade que permite, também, extrair alternativas de trabalho [...] organização estratégica do Serviço Social e planejamento do trabalho profissional, com base em estudos e pesquisas que dêem visibilidade às necessidades e interesses dos segmentos

que utilizam os serviços de saúde [...] objetivando a sustentação das propostas ao mesmo tempo que iluminam o seu redirecionamento alicerçados no estabelecimento de objetivos, cronogramas, metas, estratégias e táticas de ação (VASCONCELOS, 2002, p. 437; 451 / grifos da autora – **livro**).

Após a apresentação da análise explicativa das soluções, no próximo capítulo serão expostas as análises que compõem a síntese integradora da pesquisa.

#### **4. SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA**

Esse capítulo consiste, portanto, no momento de reflexão e de proposição de soluções baseadas no material de estudo que compôs a pesquisa. A partir do objeto de estudo proposto que definiu esta pesquisa como exploratório-descritiva, esse capítulo apresenta a síntese integradora das soluções que compuseram o processo de investigação. O desenho metodológico, construído através do movimento circular/aproximações sucessivas com o referencial teórico e com o material pesquisado, possibilitou o mapeamento bibliográfico, permitindo assim a apreensão de elementos caracterizadores das ações sócio-educativas. Desse modo, para construí-lo partiu-se da caracterização das ações sócio-educativas realizadas no capítulo anterior e das publicações classificadas como lentes que, juntamente, com o referencial teórico apresentado no primeiro e segundo capítulos compõem a base de sustentação da reflexão a ser apresentada.

Para tanto, com base na apreensão das diferentes denominações, da finalidade, da concepção de Direito e Cidadania, dos objetivos, dos referenciais teóricos e das características presentes na operacionalização das ações sócio-educativas, podem ser feitas algumas considerações gerais a respeito do debate dessas ações:

- A consolidação do projeto ético-político aparece como preocupação central das obras pesquisadas a medida que destacam com uma das exigências contemporâneas a necessidade de se ter competência técnico-operativa, mas esse debate aparece diluído nas obras, subentendendo-se que essa capacitação está diretamente relacionada a apropriação que o profissional realiza da dimensão teórico-metodológica e ético-política;
- De modo geral as obras pesquisadas trouxeram indicativos para o debate dessa dimensão e das ações sócio-educativas, no entanto a forma de encaminhamento dessas ações e suas articulações no contexto de intervenção permaneceram subentendidas. O *como fazer* fica pressuposto em afirmações genéricas como a “necessária apropriação crítica dos referenciais teórico-metodológico e ético-político”; “prática investigativa”; “compreensão da realidade”; “avaliação das demandas” etc. Acredita-se, por dedução, que isso ocorra devido ao fato dos autores não abordarem especificamente as ações sócio-educativas e os elementos de sua operacionalização;
- Mesmo quando os autores abordam as ações sócio-educativas e as referenciam em determinado espaço sócio-ocupacional, o debate sobre os procedimentos que articulam e viabilizam essas ações no momento da intervenção ainda não é apresentado com clareza;

- Os autores – que analisam mais detalhadamente as ações sócio-educativas – evidenciam que há um trânsito necessário entre as demandas individuais e os espaços de discussão e de construção coletivas dessas demandas, sendo que esse trânsito é mediado/concretizado por aquelas ações. Porém, não são aprofundadas as reflexões sobre como ocorre a conexão através dessas ações entre o individual e o coletivo. Alguns desses autores sinalizam que há processos de intervenção diferentes, sobretudo quando problematizam os espaços de participação, contudo não pontuam as diferenças que marcam esses processos, conseqüentemente também não são apresentadas as diferenças que envolvem a construção da participação, ou a própria execução das ações sócio-educativas nesse contexto;

- A totalidade das obras aborda a participação dos usuários junto aos segmentos organizados, mas sem detalhar *como* ela acontece e como pode ser estimulada e/ou garantida. As obras, que apresentam elementos caracterizadores das ações sócio-educativas no âmbito da intervenção direta, consideram o coletivo como parte constitutiva dessas ações, pois elas se constituem em um processo que se inicia no momento de informação/reflexão de demandas individuais, até seu reconhecimento e inscrição nos espaços coletivos. A partir dessas obras, o desenvolvimento das ações sócio-educativas engendra simultaneamente a intervenção no âmbito individual e no coletivo, uma vez que a participação política aparece associada à satisfação de necessidades imediatas e da conscientização dos usuários acerca das questões que o submetem/limitam individualmente. Por dedução, apreende-se que o processo de conscientização, de busca e de materialização de Direitos, de satisfação de necessidades humanas se inicia com a informação, isto é, com o direito que o usuário tem às informações referentes tanto as questões pontuais que o limitam individualmente, passando pelas questões que envolvem a instituição, os serviços e que determinam o acesso desse usuário aos seus Direitos, até chegar às questões que perpassam a garantia, ampliação e reivindicação na esfera pública dos Direitos;

- Os grupos são apreendidos, em algumas obras, como sinônimo de espaços coletivos porque permitem o amplo repasse de informações/esclarecimentos/orientações de interesse do usuário. Cabe destacar, porém, que nem sempre isso desencadeia um processo de reflexão que permitam a construção de uma identidade coletiva dos usuários e da percepção da demanda. Assim, como no âmbito coletivo nem sempre os grupos conseguem perceber e inserir suas demandas em um cenário mais amplo, muitas vezes limitam-se a discussão isolada de questões que envolvem a comunidade, sem aglutinar forças que permitam o reconhecimento e a inscrição de suas reivindicações nas pautas dos movimentos sociais e/ou comunitários, nos Conselhos de Direitos e de políticas públicas etc;

- Nas obras pesquisadas, a materialidade das ações sócio-educativas é relacionada ao acesso que o usuário realiza dos Direitos, das políticas, dos serviços sociais. É possível apreender uma preocupação com a construção de uma responsabilidade técnica que o Assistente Social deve ter perante o encaminhamento das demandas, no entanto não são explicitadas as dificuldades que perpassam o caminho percorrido pelo usuário até o acesso efetivo das políticas/serviços sociais. Ao mesmo tempo é possível constatar um reconhecimento do processo coletivo no qual participa o trabalho dos Assistentes Sociais, o que torna o resultado das ações profissionais “uma questão em aberto, não programável e difícil de mensurar” (BERTANI, 1993, p. 45). Por dedução, é possível afirmar que mesmo engendrando uma intencionalidade a ação sócio-educativa por si só não garante que os resultados sejam correspondentes a essa intencionalidade;

- Foi possível verificar, na totalidade das obras, a existência de diferentes denominações para as ações sócio-educativas, sendo que essas diferenças muitas vezes dificultaram a apreensão do real significado dos conceitos apresentados pelos autores, contribuindo para que conceitos diferentes fossem tomados como sinônimos. Essas constatações reafirmam a dificuldade histórica que a categoria profissional possui acerca da compreensão da sua intervenção. Isso tem corroborado com a ausência de uma sistematização das ações profissionais que permita, aos Assistentes Sociais, construir aquilo que Miotto (2006) chama de “universo semântico”, ou seja, que os profissionais consigam entender e dialogar com maior clareza e coerência o debate que circunda a dimensão técnico-operativa.

Nesse sentido, considerar a ação sócio-educativa como objeto de estudo implica conectá-la a determinados conhecimentos e valores que orientam o processo de sua materialização e referenciam-na a determinados sujeitos, à determinada realidade, à determinado projeto societário e a um determinado momento histórico.

A escolha de um paradigma orientador de um projeto profissional está ligada ao reconhecimento, em dado período, da sua validade argumentativa ao ser confrontado no âmbito das idéias por outros paradigmas, bem como está ligada à capacidade contida nessas idéias de vir a concretizarem-se como respostas às questões colocadas pela realidade.

Portanto, apreender a relação entre pensamento e ação como unidade no contexto do debate sobre a intervenção profissional dos Assistentes Sociais, implica reconhecer o desafio presente na contemporaneidade reside na legitimidade profissional do Serviço Social assentada na dimensão técnico-operativa da profissão, pois nessa dimensão que as intenções ético-políticas e as orientações teórico-metodológicas assumidas pela categoria são materializadas. Implica reconhecer ainda que o Serviço Social interfere na reprodução material e social da força de trabalho, ou seja, através das ações materiais são desenvolvidas



também ações de cunho sócio-político e ídeo-cultural. Nesse sentido, a ação sócio-educativa dos Assistentes Sociais é desenvolvida mediatizada pelas políticas sociais que garantem a produção e reprodução da vida através do acesso aos serviços, programas, benefícios sociais (ABREU, 2002; 2004; CARDOSO; MACIEL, 2000; IAMAMOTO, 1999; SARMENTO, 2000; YASBEK, 1999; SIMIONATTO, 1999).

Dessa maneira, considera-se que o Assistente Social realiza historicamente uma ação de caráter educativo que está inscrita, segundo Abreu (2002), “nos processos de organização da cultura no bojo da sociedade capitalista”. O resgate histórico<sup>41</sup> empreendido pela autora demonstrou como a “função pedagógica” perpassa a constituição do Serviço Social como profissão e as “estratégias” presentes no movimento de organização/reorganização da cultura.

É através da “função pedagógica” – traduzida em diferentes modalidades de intervenção e inserção profissional na sociedade capitalista – que os Assistentes Sociais conectam suas ações ora aos interesses dominantes, ora aos interesses das classes subalternas, entendendo que o exercício da “função pedagógica” sempre vai repercutir “no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura” (ABREU, 2002, p. 30). Esse terreno consiste na condição e no horizonte da construção das relações de hegemonia em uma sociedade constituída por classes antagônicas, sendo que a “função pedagógica” é realizada através de “estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida” (ABREU, 2002, p. 30).

Portanto, reitera-se que a ação sócio-educativa privilegiada por essa pesquisa está referenciada ao momento de construção e consolidação de uma “pedagogia emancipatória pelas classes subalternas” que, segundo Abreu (2002), foi construída a partir de condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional de caráter ético-político calcado no paradigma crítico-dialético.

Nessa acepção, a transformação é reconhecida como componente essencial dessa ação, ou seja, no paradigma crítico-dialético, mais que transmitir e propiciar conhecimentos, a ação sócio-educativa inicia um processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade. Essa crítica significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos enquanto sujeitos, quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns,

---

<sup>41</sup> Não cabe aqui detalhar o enfoque sócio-histórico realizado por Abreu (2002), no qual a autora identifica, pautada no pensamento gramsciano, três perfis pedagógicos como orientadores da ação profissional dos Assistentes Sociais, a saber: a “pedagogia da ajuda”, a “pedagogia da participação” e a proposta de construção de uma “pedagogia emancipatória pelas classes subalternas”. No entanto, as contribuições conceituais da autora acerca desses perfis consubstanciam a análise da pesquisa apresentada nessa dissertação.

procurando ampliar e efetivar Direitos e Cidadania na esfera pública de luta e reconhecimento, tendo por horizonte a transformação social.

A incursão histórica realizada nessa pesquisa permitiu resgatar os vetores de construção daquilo que Abreu (2002) denomina de uma “pedagogia emancipatória”. Esse resgate localiza que a gênese do compromisso com as classes subalternas está inscrita no contexto do Movimento de Reconceitualização e referenciada à educação popular cujo princípio orientador pautava-se em trabalhar segundo os interesses das classes populares/subalternas, de modo a contribuir para a construção de uma resistência popular ao processo hegemônico das classes dominantes.

Essa localização permitiu identificar sobre quais bases a proposta pedagógica de Paulo Freire adentra o Serviço Social, orientando a intervenção profissional. De acordo com Abreu (2002, p. 113), “apesar de sua aproximação ao pensamento idealista humanista cristão, é inegável a contribuição desse referencial na instrumentalização de iniciativas pedagógicas direcionadas para a politização de segmentos populares a partir de uma visão crítica de suas condições de vida”.

Um exemplo, de estudos que procuraram dialogar com as idéias de Paulo Freire, pode ser encontrado em Faleiros (1981), quando o autor problematiza o conceito “conscientização”. Faleiros (1981, p. 97) se propõe retomar algumas das “colocações fundamentais” de Paulo Freire que podem orientar o estudo do conceito “conscientização” que, por sua vez, é considerada como relação dialética entre ação, comunicação e luta de classes.

A perspectiva assumida por Faleiros (1981) “busca situar-se na luta de todos os trabalhadores por sua libertação, pela conquista de sua consciência de classe, e do poder político que lhes permita orientar toda a sociedade segundo o projeto que eles mesmos elaborem” (p. 98). Para o autor, a intervenção do Assistente Social deve implicar apenas no compromisso com o projeto das “classes dominadas”, uma vez que é através da construção de um “novo bloco histórico e hegemônico” que se consegue transformar as relações sociais.

Faleiros (1981) vincula a conscientização à ação e afirma, a partir de Paulo Freire, que a conscientização envolve dois aspectos fundamentais: a problematização e o diálogo. Esses dois aspectos “interpenetram-se e se situam numa concepção mais ampla, a da ação libertadora” que supõe “a colaboração, a união, a organização, a síntese do intelectual com as classes subalternas” (p. 99). Isso significa que

o ponto de partida teórico e prático para o movimento de conscientização é a própria realidade, a realidade concreta histórica como um todo, e que se manifesta nas particularidades de cada situação [...] A conscientização não

se produz num movimento de idéias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para superação dessas contradições. Assim, o diálogo não é um meio de persuasão ou de orientação, uma estratégia de convencimento e manipulação, mas uma relação, uma comunicação, um intercâmbio de mensagens a partir de situações específicas, de relações de poder e de uma visão geral do processo social [...] o processo de produção da conscientização vincula-se ao processo de produção material (FALEIROS, 1981, p. 99-100).

No entanto, a intervenção profissional assentada na mobilização e na participação popular, em que pese suas influências críticas, ainda traz influências do projeto de modernização conservadora. Reside aí a crítica de Abreu (2002) sobre as experiências educativas que marcam os primeiros movimentos de construção de um “perfil pedagógico emancipatório”, pois de acordo com a autora essas experiências assentavam-se em um enaltecimento da participação popular que não permitia avaliar as condições objetivas que envolviam e determinavam a ação profissional dos Assistentes Sociais. Essa ênfase na participação popular contribuiu, segundo a autora, para o aprofundando do descompasso entre os avanços político-ideológicos obtidos com o aprofundamento do debate conceitual de matrizes crítico-dialéticas que intencionavam a transformação social e a efetiva realização dessa intencionalidade.

A construção da “pedagogia emancipatória” do Serviço Social também teve como influência os referenciais gramscianos. Essa influência pode ser verificada a partir do resgate – no primeiro e no terceiro capítulos – de obras cujas reflexões estiveram embasadas pelas idéias de Antonio Gramsci.

Assim, o cenário no qual se reconheceu que a ação profissional expressa uma intencionalidade que deveria, por sua vez, estar associada aos interesses da classe trabalhadora esteve permeado pelos conceitos de: hegemonia, contra-hegemonia, classes subalternas, ideologia dominante, Estado ampliado, cultura, intelectual orgânico etc. Esse referencial marcou as principais análises realizadas sobre a profissão e sobre sua relação com a realidade e com os sujeitos, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980 quando se reconheceu a necessidade de recuperar e qualificar a intervenção direta nas instituições prestadoras de serviços sociais, pois com a reivindicação e o reconhecimento de Direitos se estabeleceram condições concretas para a realização do compromisso profissional (ABREU, 2002; BARROCO, 2005; CARVALHO, 1983; FALEIROS, 1985; IAMAMOTO, 1982; PADILHA, 1988; SIMIONATTO, 2004).

Desse modo, a vontade coletiva passa a ser entendida, de acordo com a perspectiva gramsciana, enquanto consciência atuante e como tal passa a ser considerada como condição para a ação política a ser efetivada pelo trabalho do intelectual. Assim, toda a ação possui uma

direção e está vinculada ao projeto político de uma das classes fundamentais. Deste ponto de vista, reconhece-se o papel de intelectual orgânico a partir da contribuição que ele oferece à criação de condições político-ideológicas favoráveis ao exercício/conquista da hegemonia de uma daquelas classes (ABREU, 2002; PADILHA, 1988; SIMIONATO, 2004). Decorre daí a apreensão do Assistente Social como intelectual orgânico, uma vez que ele pode contribuir, dentro do projeto da classe que detém hegemonia ou do projeto da classe que luta pela hegemonia, como organizador da vida econômica, política, social e cultural (CARVALHO, 1983; IAMAMOTO, 1982).

Nessa perspectiva, o princípio educativo na formulação gramsciana pauta-se, de acordo com Abreu (2002, p. 18), na “relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe”. Reitera-se que a ação sócio-educativa dos Assistentes Sociais tanto pode estar comprometida com transmissão de tendências conservadoras, quanto por tendências transformadoras.

De modo geral, as influências de Paulo Freire e de Antonio Gramsci foram responsáveis pelos principais elementos constitutivos de um novo princípio educativo – pedagogia emancipatória – no qual são consideradas as condições históricas na construção de um processo que pode contribuir para subverter a maneira de pensar e de agir, isto é, que pode subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo (ABREU, 2002).

No bojo dessas considerações, são identificadas as bases que fundamentaram a finalidade que atualmente orienta o projeto profissional. Cabe destacar que é essa finalidade que orienta a ação sócio-educativa, à medida que responde o *porquê* da realização dessa ação e *para quem* ela é direcionada. Nesse sentido, os objetivos da ação sócio-educativa devem considerar essa finalidade de modo a construir formas de alcançá-la, pois são os objetivos que definem *o como e qual* ação realizar.

Essa preocupação com a coerência no desenvolvimento das ações está conectada ao período no qual ocorre um avanço do projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora, tendo em vista a conjuntura favorável que envolveu a sociedade brasileira na década de 1980 a partir do movimento de redemocratização. Esse momento histórico, segundo Abreu (2002, p. 151) caracterizou-se pela construção contraditória tanto de “estratégias de politização das relações sociais” orientadas para as lutas e para a organização das classes subalternas, quanto de “estratégias estatais no âmbito das políticas sociais” direcionadas a manutenção de um consenso em torno do sistema de poder vigente. No âmbito das lutas sociais que marcaram esse período, duas tendências são redesenhadas como “possibilidades de redimensionamento das funções pedagógicas e

intelectual dos Assistentes Sociais na perspectiva emancipatória das classes subalternas”, conforme assinala Abreu (2002, p. 154):

uma tendência que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, portanto no horizonte das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem-estar, muitas vezes tidas como o fim último da intervenção profissional, e outra tendência que se coloca considerando o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa.

Para a autora, essas tendências tensionaram a implementação do projeto profissional a partir dos anos 1990, momento em que o projeto neoliberal se consolida no âmbito do Estado e da sociedade brasileira, imprimindo limites às ações profissionais.

No entanto – considerando a crise gestada em torno do padrão societário assentado no Estado de Bem-estar Social e que justificaram um retorno ao liberalismo como principal matriz orientadora das relações entre Estado e sociedade – os desafios presentes na atualidade tanto no referente ao enfrentamento da questão social, quanto no referente às demandas postas ao Serviço Social e à (re)configuração da profissão, não levam a uma cisão entre as duas tendências apontadas por Abreu (2002). Pelo contrário, considerando o contexto brasileiro, as bases de sustentação do projeto profissional de caráter ético-político dependem da construção coletiva (tanto entre diferentes categorias profissionais, quanto entre os profissionais e os usuários) de respostas que garantam as conquistas no campo dos Direitos de modo que se possa buscar sua consolidação no interior de um Estado realmente de Direito, ao mesmo tempo em que não se perde de vista a conquista de novos Direitos e tampouco a construção de uma outra sociedade.

A questão central, de acordo com Pires (2003, p. 279), está associada ao “grau de liberdade humana em relação à natureza e às limitações materiais”, ou seja, implica considerar que o indivíduo, embora não possa ser plenamente livre em uma sociedade assentada no capitalismo, pode ampliar suas perspectivas de liberdade. A autora acrescenta que “a possibilidade não é realidade, mas é também ela, uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isso tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer liberdade. A medida da liberdade entra na definição de homem” (GRAMSCI apud PIRES, 2003, p. 279).

Desse modo, a possibilidade de superação da ordem burguesa e de construção de uma nova sociedade considera, necessariamente, os Direitos como conquistas históricas

corporificadas em garantias que, ao ampliarem materialmente a liberdade dos homens, possibilita a construção de um processo emancipatório.

Nesse ínterim, o debate acerca da legitimidade<sup>42</sup> do Serviço Social pode ser localizado em dupla perspectiva: a primeira expressa nos desafios que circundam a dimensão técnico-operativa e que vem exigindo, desde o Movimento de Reconceituação, a negação das bases conservadoras, mas que hoje recoloca essa negação tanto em termos de aprofundamento das referências teórico-metodológica e ético-política, quanto em termos de ser capaz de propor e materializar ações profissionais, expressando com clareza e coerência os avanços históricos da profissão; a segunda implica no reconhecimento de que o potencial transformador do Serviço Social encontra limites na sociedade capitalista atual que, reconfigurada a partir do projeto neoliberal, têm gerado inflexões tanto na garantia e efetivação de Direitos historicamente conquistados, quanto na mobilização política dos sujeitos, estando essa mobilização ora limitada à garantia de Direitos anteriormente conquistados, ora na busca pelo reconhecimento de novos Direitos, ou ainda na construção de uma nova sociedade.

Com isso, alteram-se as condições objetivas que favoreceriam o desenvolvimento de ações sócio-educativas em uma perspectiva crítica e transformadora. Ou seja, de acordo com Abreu (2004, p. 47), as “relações pedagógicas tendem a ser refuncionalizadas e mistificadas, a partir das estratégias de reorganização da cultura dominante, como cultura que se pretende do consenso, recolocando desafios para o avanço do projeto profissional na perspectiva das lutas sociais emancipatórias da sociedade”. Nesse sentido, a “função pedagógica da prática do Assistente Social” retoma as características da “ajuda psicossocial individualizada” e da “participação” que “vêm sendo metamorfoseadas numa adequação de posturas pedagógicas subalternizantes às necessidades e demandas colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital” (ABREU, 2004, p. 64).

Porém, esse processo que configura a ação sócio-educativa como subalternizante é permeado por tensões, isto é, resistências da classe trabalhadora na manutenção de conquistas e de busca por novas condições que garantam a sua reprodução material. Abreu (2004) destaca que mesmo a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, como a que forjou a redemocratização e a Constituição de 1988, tem sido direcionada ideologicamente pelo neoliberalismo no sentido de submeter a

---

<sup>42</sup> A legitimidade do Serviço Social é conferida, segundo Pires (2003), pelo espaço que ocupa na divisão sócio-técnica do trabalho enquanto uma profissão interventiva.

subjetividade do trabalhador à lógica do capital, ao mesmo tempo em que debilita a solidariedade no interior da classe e a perspectiva classista da mesma, fertilizando o surgimento de uma nova vontade corporativa em detrimento do fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular (ABREU, 2004, p. 64).

Para a autora, vivencia-se um cenário no qual as “estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas” é fragilizada, desmontada, deslegitimada, enquanto se revitaliza a “função pedagógica tradicional” através da construção de “saídas individualistas e corporativistas” assentadas na Reforma do Estado que, por sua vez, orienta as políticas sociais a partir da solidariedade (ABREU, 2004). Isso tende a reforçar uma “pedagogia da solidariedade” cuja base reside no trabalho voluntário e na despolitização da questão social (ABREU, 2002). Yasbek (1999, p. 97) corrobora nesse sentido quando afirma que, diante da conjuntura atual, são evidenciadas “alternativas privatistas para a questão social, crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não-governamentais, sem fins lucrativos [...] emergem como alternativas em face a limitação da ação social do Estado neoliberal”.

Diante desse contexto, por que é relevante abordar as ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais?

Em primeiro lugar, porque a educação, em sentido amplo, é reconhecida como *transmissão cultural*. Para Spina e Ferreira (2004, p. 07), isso significa “reconocerla como una dimensión del cotidiano de las personas y los grupos, la cual se sustancia em la interacción humana”. Nessa acepção, a educação é pensada como “una prática social, política e históricamente condicionada”.

Admitir a educação como socialmente condicionada supõe, segundo Spina e Ferreira (2004, p. 07), “concebir que se materializa em la interacción social toda vez vez que se reproducen y recrean o se cuestiona y transforman conocimientos y las significaciones que sustentan a las prácticas sociales”. Desse modo, quando determinada ação sócio-educativa “se hace consciente, se ‘racionaliza’, se materializa em un plano discursivo (aún científico), se ofrece y se demanda” (p. 08), significa que ela constitui, ou é reconhecida como parte de “práticas” socialmente provadas e aprovadas pela totalidade, ou por algum segmento da sociedade.

Consequentemente, pensar o conteúdo político da educação implica considerar a relação entre *poder e saber*. De acordo com Spina e Ferreira (2004, p. 08), esta díade está no centro de todas as “relaciones pedagógicas”, pois “de acuerdo a como y quiénes logren influir em la constitución de esos principios prácticos, es que se atribuirá valor social a determinados conocimientos em detrimento de otros”.

No plano histórico se fala em “tradiciones educativas”. Para Spina e Ferreira (2004, p. 09) a variável histórica opera “en la selección, adecuación y búsqueda del ‘consentimiento’ por medio del cual las personas se exponen a la incorporación consciente o inconsciente de los aprendizajes de lo que está afirmado em acervo de una cultura”. As autoras destacam que falar em *tradição cultural* não significa necessariamente que a história esteja fadada a repetir eternamente a cultura.

Em segundo lugar, porque é através das ações sócio-educativas que o Serviço Social participa da reprodução da dimensão social/espiritual da vida (IAMAMOTO, 1999; YASBEK; 1999). Dessa forma,

a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se reproduzem essas idéias nessa sociedade. Idéias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais e padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade (YASBEK, 1999, p. 89).

Aliado a essa afirmação, resgata-se as afirmações anteriores para destacar que a intervenção profissional dos Assistentes Sociais não pode ser pensada fora dos interesses de classes antagônicas. Com isso, “o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YASBEK, 1999, p. 90).

Nesse sentido, o caráter político-ideológico/educativo da ação profissional adquire importância, uma vez que incide na reprodução da vida dos sujeitos, buscando transformar e/ou manter seus modos de pensar e de agir. Pires (2003, p. 107) acrescenta que a condição do Serviço Social enquanto profissão que possui uma “natureza educativa” está consubstanciada pela sua “inserção na divisão sócio-técnica do trabalho na posição predominante de difusão e de reprodução de ideologia”, ou seja, há uma natureza educativa no Serviço Social porque “a forma como se situa no movimento social lhe outorga a tarefa de formar/educar o consenso”.

Significa reconhecer as ações sócio-educativas, no momento da sua materialização, veiculam a concepção de mundo e de homem que o profissional tem e expressam a vinculação desse profissional com determinado projeto de sociedade e com determinada classe social. Desse modo, a ação sócio-educativa enquanto ação humana consciente e por isso intencional requer, segundo Argumedo (2001): de um momento de planejamento, ou de desenho da ação; de um momento de execução, ou de intervenção na realidade; de um momento de avaliação ou de análise das modificações que se produziram na realidade, ou seja, é um momento de confronto com os objetivos propostos. Portanto, se há



uma intenção, deve haver necessariamente certo grau de planejamento da ação sócio-educativa, no sentido de escolher os meios, projetar os resultados, antever as dificuldades de forma que se consigam aproximações sucessivas dos objetivos e da finalidade propostos.

Ao pretender avançar nesse debate, considera-se que o *como fazer* é revelador da apropriação feita pelos profissionais dos referenciais teórico-metodológico e ético-político, bem como das mediações necessárias à conexão entre pensamento e a realidade na qual se intervém, ou seja, os procedimentos realizados no desenvolvimento em ato da ação sócio-educativa são decisórios para materializar determinada orientação teórica e ética.

Nesse ínterim, considera-se relevante apreender *como* tem se estabelecido, no contexto do debate do Serviço Social, a relação entre pensamento e ação, tendo a ação sócio-educativa como sua mediadora, entendendo o *como fazer* como fundamental para garantir essa relação e consolidar a legitimidade do atual projeto profissional.

Assim, torna-se importante refletir sobre a influência que as referências teóricas identificadas pela pesquisa têm no debate das mediações necessárias à operacionalização da ação sócio-educativa, pois elas podem contribuir para avançar nos estudos a respeito do processo de operacionalização dessa ação na perspectiva do projeto ético-político.

Cabe destacar que se tem como premissa que a ação sócio-educativa dos Assistentes Sociais pode contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também, facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo em que projeta a sua emancipação e a transformação social.

Desse modo – considerando que as ações sócio-educativas são apreendidas como ações privilegiadas no processo de consolidação da hegemonia do atual projeto profissional e que têm sido desenvolvidas em nome dos Direitos e da Cidadania, estimulando a auto-estima e as capacidades de auto-desenvolvimento dos sujeitos, tem sido uma missão tanto para conservadores quanto para não-conservadores – cabe situar o diálogo que envolve as principais referências teóricas presentes no Serviço Social e que aparecem no discurso profissional como base de sustentação da operacionalização das ações sócio-educativas na perspectiva assumida pelo projeto ético-político. Para tanto, nos próximos três itens serão apresentadas as principais referências teóricas que têm contribuído para o aprofundamento de reflexões sobre a intervenção profissional/ ações sócio-educativas; no quarto item procurar-se-á aproximar mais a análise dos procedimentos que podem contribuir para a operacionalização da ação sócio-educativa, desse modo apresentar-se uma prospecção, ainda que inicial, dos elementos técnico-operativos presentes na materialização dessa ação.

#### **4.1. Serviço Social e ações sócio-educativas: as bases gramscianas**

Antonio Gramsci consiste em uma importante referência nos estudos sobre as ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais, especialmente a partir da década de 1980 e os estudos baseados na sua obra revelam os esforços empreendidos para identificar mediações que estimulem a construção de processos emancipatórios da classe trabalhadora. Dentre os autores pesquisados e que auto-referenciam seus estudos ao paradigma crítico-dialético, identifica-se um predomínio das idéias de Gramsci no debate das ações sócio-educativas tanto no sentido de problematizar seu significado ontológico, quanto no sentido de propor mediações para a sua operacionalização.

Os autores que debatem as ações sócio-educativas a partir dos referenciais gramscianos, localizam esses debates nos conceitos de hegemonia e de intelectual, considerando que para Gramsci (apud JESUS, 2005, p. 73) “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. Assim, “conquistar ou manter a hegemonia envolve educar, organizar, construir e dirigir uma ordem intelectual e moral” (PIRES, 2003, p. 121). É importante considerar que a hegemonia também se manifesta como domínio convivendo dialeticamente com a direção intelectual e moral, no sentido de que a hegemonia pode significar/resultar em poder-direção ou em dominação-consenso (COUTINHO, 1981 apud JESUS, 2005).

Na medida em que se pretende uma nova hegemonia busca-se, simultaneamente, uma reforma intelectual e moral, o que exige “um processo educativo para justificar, legitimar e persuadir o exercício da mesma” (JESUS apud JESUS, 2005, p. 77). Assim, a educação vincula-se organicamente ao conceito de hegemonia, pois enquanto “processo educativo é utilizado pelas classes fundamentais para preparar, estabelecer e consolidar a hegemonia” (JESUS, 2005, p. 77).

Nesse sentido, a condição de intelectual é possibilitada pela inserção do sujeito nos processos de organização da cultura, mediante o exercício da “função educativa”, ou seja, é por meio do “trabalho educativo” que os intelectuais integram e concretizam o processo de conquista e/ou manutenção da hegemonia (ABREU, 2002; ARGUMEDO, 2001; JESUS, 2005; PIRES, 2003).

A diferença entre “ser intelectual” e “exercer a função de intelectual” é demarcada por Pires (2003, p. 120) onde

ser intelectual é condição permitida pela intelectualidade existente em cada ser humano em virtude de todos possuírem uma concepção de mundo e a

difundirem. A função de intelectual, por outro lado, é assim objetivar-se na realidade, o que demanda exercer funções organizativas, educativas e dirigentes sob orientação de um projeto de classe. Não é apenas difundir/reproduzir ideologia, é fazê-lo organizativamente tentando frutos na consciência e no fortalecimento da classe.

Nessa acepção, considera-se que inexistente intelectual sem vínculo de classe, uma vez que todos conscientemente, ou não, participam da elaboração e da difusão do modo de produzir e de pensar da classe social na qual se vinculam.

Para Pires (2003), todo Assistente Social é um intelectual, pois sua constituição como tal remete a “sua condição prévia de indivíduo que em seu processo de vida, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, [e] contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (GRAMSCI apud PIRES, 2003, p. 120).

O Assistente Social, estando comprometido com a classe trabalhadora e com a transformação social, realiza a ação sócio-educativa em dois níveis, segundo o pensamento gramsciano, a saber: no nível molecular e no nível da macro-educação. De acordo com Jesus (2005), estes níveis estão subordinados aos objetivos hegemônicos que se pretende e devem levar em conta a construção de uma nova cultura.

No nível molecular, “a educação se ocupa do homem como indivíduo com personalidade, habilidades e capacidades” (JESUS, 2005, p. 79). Nesse sentido, a educação molecular considera o homem (como totalidade social e histórica) em sua individualidade, possibilitando a ele condições: de elaborar sua própria concepção de mundo de maneira crítica e consciente; de participar ativamente na produção da história do mundo; e de ser guia de si mesmo (JESUS, 2005). Esse nível procura atingir o indivíduo de modo que ele possa em um primeiro momento

1) adquirir as primeiras noções ‘instrumentais’ da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história); 2) desenvolver as partes relativas aos ‘direitos e deveres’; 3) chegar à prática de uma certa autonomia, iniciativa e à maturidade intelectual (estudar, pensar, dirigir); 4) compreender a atualidade como síntese do passado (concepção histórico-dialética do mundo); 5) fazer uma escolha profissional; 6) pensar de modo claro, seguro e pessoal; 7) possuir uma consciência moral e social sólida e homogênea (JESUS apud JESUS, 2005, p. 80).

No nível da macro-educação se desenvolve “a dimensão coletiva do indivíduo, ao nível da massa”. Este é um segundo momento que está implicado no processo iniciado no nível molecular, consistindo ao momento que ocorre o despertar da consciência do indivíduo acerca da sua coletividade, ou seja, o indivíduo passa a entender que o seu conhecimento só

adquire validade “em relação com o social, atingindo também a sua coletividade” (JESUS, 2005, pp. 79-80).

A relação que envolve a educação molecular e a macro-educação é dialética, segundo Jesus (apud JESUS, 2005, p. 81) “a educação molecular preocupa-se com o indivíduo, preparando-o para a sociedade, enquanto que a macroeducação visa, em primeiro plano, o homem-coletivo, sem desprezar sua formação individual”. Nessa direção, Pires (2003, p. 288) afirma que “educar significa incitar a criação ou fortalecer determinados aspectos dessa individualidade e reprimir outros a partir de determinado projeto de sociedade”.

Na concepção pedagógica em Gramsci, a relação indivíduo-sociedade envolve ainda três pólos: o primeiro implica no indivíduo como sujeito da educação, sendo que esse indivíduo é histórico que se completa com os outros homens e com a natureza, sendo entendido ainda como “um processo” que engendra “o universal e a existência coletiva”; o segundo pólo; o segundo pólo implica no papel do mestre que contribui com a superação da individualidade, remetendo o sujeito para o coletivo, pois o “mestre poderá ser aquele que na condição de representante da consciência crítica da sociedade assuma a função de mediador entre indivíduo e a sociedade, desde que tenha objetivos hegemônicos”; o terceiro pólo consiste no ambiente, na cultura, ou seja, os homens em sociedade criam cultura que ao ser unida a cultura já consolidada historicamente pode constituir uma forma superior de sociedade (JESUS, 2005, pp. 81-83).

Sob as bases gramscianas e resgatando os dados apresentados no terceiro capítulo desta dissertação, a ação sócio-educativa intenta simultaneamente o homem singular e o homem massa, considerando que a possibilidade de um *devoir* humano também está presente no âmbito individual.

#### **4.2. Serviço Social e ações sócio-educativas: a concepção de empowerment**

A concepção de *empowerment* também tem sido considerada pelos autores de Serviço Social e pode contribuir na construção de uma ação sócio-educativa na perspectiva do projeto ético-político. Essa concepção tem Faleiros (1997; 1999) como o seu principal veiculador, sendo que seus estudos são referenciados pelos autores pesquisados.

A concepção de *empowerment* toma corpo no interior da profissão em um cenário no qual se constrói a crítica ao projeto societário engendrado pelo neoliberalismo. Parte do

pressuposto de que o contexto político, econômico e social assentado no neoliberalismo tem produzido um “novo contrato social” – que não é pactuado a partir da livre vontade dos cidadãos – responsável por “tornar os indivíduos menos seguros, menos protegidos, menos ou nenhuma garantia de direitos”, ao passo que exige deles maior competitividade no mercado, que substitui os fundos públicos pelos privados e o Estado pelo mercado, que transfere a responsabilidade social do Estado para a família etc. Nesse sentido, as desvantagens sociais recaem sobre os trabalhadores, expropriando-os de poder, de liberdade, de autonomia etc. (FALEIROS, 1997; 1999).

Para Faleiros (1997, p. 50), “as mediações de poder e, portanto de opressão, subordinação, discriminação, vitimização, fragilização, exploração são postas e pressupostas teórica e praticamente” e implicam em um compromisso profissional com o “fortalecimento do oprimido no processo de enfrentamento da sua fragilização/patrimonialização”.

Desse modo, Faleiros (1997, p. 45) informa que o *empowerment* considera “as relações interpessoais implicadas nas relações sociais globais como um processo complexo de mediações sujeito/estrutura, numa visão relacional da estrutura, da produção, da sociedade e dos indivíduos”. Para o autor, essa concepção se constitui na “base da estratégia de intervenção do Serviço Social”, a medida que o Assistente Social intervém em uma “correlação particular de forças, sob forma institucionalizada, na mediação fragilização-exclusão/fortalecimento-inserção social, vinculada ao processo global de re-produzir-se e re-presentar-se dos sujeitos em suas trajetórias/estratégias” (FALEIROS, 1997, p. 49).

Nessa direção, Kern (2003) informa que *empowerment* significa apoderamento, ou seja, implica em ações que conferem poder às pessoas, incluindo o “resgate de poderes perdidos no processo de fragilização, quando as pessoas vivenciam as relações de opressão” (p. 54). Para o autor, aumentar o poder da pessoa implica “reconhecer através da ação investigativa que a fragilização vivenciada compreende perdas materiais, subjetivas e valorativas que requerem um resgate”. Para tanto, conferir poder ao usuário implica considerá-lo como sujeito que “traz e constrói uma perspectiva histórica” (KERN, 2003, p. 54).

Assim, segundo Faleiros (1999), o *empowerment* enfatiza as relações no contexto de forças em presença, em uma ótica de mudança das relações de poder, sem a dicotomia sujeito-recurso. Esta perspectiva possibilita, de acordo com o autor, o fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade em um “processo dialético e complexo” que, por sua vez, implica na “garantia de direitos, desenvolvimento das condições básicas do sujeito e do próprio sujeito”. Esse processo envolve ainda uma “articulação da dimensão política com a dimensão dos serviços” que não reduz o Serviço Social “nem a relações psicológicas, nem a

relações burocráticas para acesso a determinados benefícios”, ao mesmo tempo em que combina “benefícios e prestações sociais com o processo de autonomia e independência do sujeito na perspectiva de um real contrato (não de um discurso) de solidariedade (FALEIROS, 1999, p. 169).

Na intenção de construir uma proposta teórico-prática, considerando o *empowerment*, Faleiros (1997) informa que essa proposta constitui-se em um processo metodológico que se constrói em conjunto, não fixando previamente etapas. Nessa direção, Kern (2003, p. 57) informa que o contexto de relações histórico-estruturais considerado por Faleiros se constitui de “redes de mediações ou mediações em redes articuladas”. Assim, o procedimento do Assistente Social implica na articulação de estratégias de ação, com a perspectiva da “descoberta da trama de relações” onde também “são situadas às relações dos sujeitos no cotidiano e na história” (KERN, 2003, p. 57).

Para Kern (2003), a questão mais importante e que é evidenciada com essa metodologia de trabalho consiste na

demonstração do processo de fragilização e a proposta de definição das estratégias de fortalecimento. Sem dúvida, a construção da rede social permite uma intervenção no acompanhamento social de forma mais articulada, em que as estratégias de fortalecimento se articulam às redes abertas numa perspectiva de relacionamento intersubjetivo (KERN, 2003, p. 57).

Nas palavras de Faleiros (1997), essa metodologia de trabalho confere possibilidades de ação e oportunidades de mudança que contribuem na concretização do projeto de vida dos sujeitos, ou seja,

a construção das estratégias vai favorecer, assim, o processo e o projeto de vida do sujeito, no sentido de buscar o que ele quer e pode construir a partir de forças de que dispõe, através da construção de apoios mobilizáveis na conjuntura, em confronto com as oportunidades e forças que o fragilizam (FALEIROS, 1997, p. 59)

O autor faz referência à teoria relacional do poder, na qual considera que o objeto da ação não é dado *a priori*, mas é construído a partir da ótica das relações sociais que, por sua vez, são intencionais porque trazem implícito o objetivo de fortalecer o sujeito. Segundo Kern (2003), essa proposição se constitui em um caminho que na sua totalidade intenta o fortalecimento do usuário, sendo assim compreende quatro momentos: 1) considera o tempo histórico do sujeito vinculado ao tempo histórico social, pois através das relações de historicidade e cotidianidade do sujeito é possível relacionar as “mediações particulares, as

macrorrelações, que se referem à economia, políticas, aspectos culturais, que estejam inter-relacionadas com a trajetória do usuário”; 2) considera os ganhos e perdas que permeiam a fragilização afetiva, cultural, econômica, política, de solidariedade, enfatizando às rupturas e às pressões por sua continuidade; 3) localiza as opressões na “trama das relações que vão do espaço privado ao público”; 4) valoriza a concepção dos sujeitos sobre suas próprias vivências.

Para Faleiros (1997) esses momentos são construídos a partir da perspectiva do usuário, através de aproximações sucessivas às forças de enfrentamento das fragilidades, de modo que se consiga estabelecer mediações, isto é,

as forças de enfrentamento vão se estabelecendo em mediações complexas que vão se implicando às redes primárias e secundárias, os patrimônios, os agenciamentos, os conhecimentos, os recursos institucionais, num processo de perdas e ganhos, oportunidades e desafios (FALEIROS, 1997, p. 57).

Dessa forma, a transformação dos sujeitos, para Faleiros (1999, p. 163), implica em “mudar as relações de poder numa rede societária e pública, com fundos de poder de decisão para esses sujeitos”, pois considera que é o poder que produz o sujeito nas suas relações. Para caminhar nessa direção, o Serviço Social “precisa trabalhar as categorias de território, cultura, sujeito, integração, buscando repensar o processo de despolitização, desterritorialização e de sociedade de serviços que caracteriza a sociedade informacional em que vivemos” porque a partir delas a perspectiva relacional é potencializada.

Assim, a perspectiva relacional apreendida com a estrutura, as redes, os processos permite visualizar os “patrimônios, as trajetórias de fragilização e de fortalecimento dos vínculos”, para através desse fortalecimento a medida que são trabalhadas, pelo Assistente Social e combinadas às estratégias dos sujeitos, as “mediações globais, particulares e singulares” possa ser mudado as trajetórias e os patrimônios (FALEIROS, 1997, p. 65).

No bojo dessas considerações pode-se apreender a ação sócio-educativa, na medida em que, através do *empowerment*, se busca: aumentar a defesa dos Direitos; implementar “novos contratos” em prol da ampliação da Cidadania; prestar informações de interesse do usuário acerca das políticas públicas; articular as pressões e as expressões do usuário; ampliar recursos administrativos e jurídicos para a defesa do usuário; integrar níveis de intervenção e formar redes de ação em favor do usuário; abrir canais de diálogo e participação etc. (FALEIROS, 1997; 1999).

Faleiros (1997) ao tomar como referência as políticas sociais, problematizando o acesso à elas e o pleno exercício de Direitos, apresenta elementos que caracterizam a ação sócio-educativa na perspectiva de *empowerment*, implicando no

fortalecimento do usuário ao acesso [das políticas sociais] implica o trabalho social nas mediações da informação correta, do encaminhamento exato, da transparência do itinerário institucional, da defesa do usuário diante das recusas para uma operacionalização mais equânime da lei, para que se efetive uma política redistributiva (FALEIROS, 1997, p. 60).

Nesse sentido, a proposta baseada no *empowerment* busca a rearticulação de forças através da mobilização do poder por meio da articulação de estratégias, recursos e sujeitos de modo a responder/resistir à desresponsabilização do Estado. Faleiros (1999) acrescenta que

Descobrir o poder de reação é o fundamento para a reorganização da pressão social, através de que, ao mesmo tempo, reiventam-se a identidade. Ao invés de pedintes, os usuários se tornam cidadãos. Ao invés de atores passivos, tornam-se atores ativos e proativos. Ao invés de objeto, sujeitos que definem seu destino, os dispositivos a serem postos em ação, num processo de conversação e ação estratégicas. Reinventar-se como sujeito é reinventar relações, porque só se é sujeito numa relação. Esse processo, por exemplo, pode ser articulado com a formação de grupos e movimentos de mães de meninos de rua, de doentes mentais, de migrantes, para se trabalhar o *movimento* deles com o *movimento* social dominante, tanto na dinâmica do fortalecimento interno das relações entre os participantes como no enfrentamento do dominante [...] Não se trata de reinventar o indivíduo isolado, mas de reinventar relações (FALEIROS, 1999, pp. 167-168).

Segundo Abreu (2002), o *empowerment* pode contribuir com a perspectiva emancipatória do projeto profissional, pois

representa um possível conduto de politização dos usuários em relação a sua realidade de vida e serviços institucionais e busca alterar a qualidade dos mesmos, e mais que isso, como alternativa de fortalecimento de segmentos das classes subalternas na perspectiva da alteração da correlação de forças a seu favor e de resistência política (ABREU, 2002, p. 212).

Entretanto, para Abreu (2002, p. 212), a tendência predominante dessa proposta, a partir do discurso profissional, “parece colocar o processo de autonomia e independência do sujeito, circunscrito nos parâmetros materiais e político-ideológicos das saídas privatistas e corporativistas impostas pelas políticas sociais do Estado neoliberal”. Assim, a proposta não consegue ultrapassar das críticas que realiza a respeito da sociedade atual reforçando, muitas vezes aquilo que critica a medida que se limita ao “incentivo da participação dos usuários no âmbito dos serviços sociais” (ABREU, 2004, p. 65).

Tais afirmações corroboram com as observações obtidas na pesquisa que embasa essa dissertação. Foi possível verificar que a proposta de *empowerment* tem sido referenciada a partir de incorporações mecânicas de seu conceito porque aparece desvinculada do marco



teórico no qual ela é gerada. Os autores pesquisados e que fizeram referência a essa proposta, não apresentam em seus estudos análises aprofundadas a respeito do significado conceitual e operativo implicado na proposta de *empowerment*.

Nas obras pesquisadas nesse estudo, as citações referenciadas aos autores que no âmbito das Ciências Humanas e Sociais têm incorporado a proposta de *empowerment* não trazem elementos suficientes que permitam demonstrar como acontece a relação sujeito-objeto no momento em que essa proposta adentra o Serviço Social. Por dedução, é possível afirmar que a proposta de *empowerment* é introduzida na profissão em um momento de questionamento da sua legitimidade, momento este que demanda dos Assistentes Sociais respostas técnico-operativas quanto à intenção veiculada pelo projeto ético-político, respostas estas que materializariam o trânsito do pensamento para a ação, sem ceder ao ecletismo e sem desconsiderar os avanços teóricos obtidos no seio do paradigma crítico-dialético.

No entanto, essas constatações não invalidam a proposta, apenas sinalizam para a necessidade de construção de um diálogo mais aprofundado acerca do *empowerment* de modo a incorporá-lo ou superá-lo criticamente.

#### **4.3. Serviço Social e ações sócio-educativas: a proposta freireana**

Os estudos de Paulo Freire também se constituem em uma referência para o debate acerca das ações sócio-educativas dos Assistentes Sociais. A influência deste autor nas obras pesquisadas pode ser resumida na citação que Argumedo (2001) realiza acerca da concepção libertadora e humanista de educação, a qual

se propone favorecer la autonomía de los educandos, el enseñar exigirá investigar, respetar los saberes de los otros, exponerse al riesgo, aceptar lo nuevo y rechazar cualquier forma de discriminación, actuar críticamente; exige también humildad, tolerancia, esperanza, alegría, convicción de que el cambio é posible, curiosidade, compromiso, competencia técnica, generosidade, saber escuchar y reconocer que la educación és, necessariamente, ideológica (ARGUMEDO, 2001, p. 20).

Através dessa afirmação é possível identificar os princípios norteadores da proposta freireana cujos pressupostos implicam em conceber o ato de educar como: uma relação que se dá de maneira horizontal envolvendo sujeitos; um ato político porque contém intencionalidade e direcionalidade, reconhecendo os conflitos que envolvem os homens em sociedade; aprendizagem constante porque acontece ao longo de toda a vida dos sujeitos e em

todas as situações que esses sujeitos estabelecem; mudança porque, ao ser portadora de um projeto social, intenciona ensinar algo que é desconhecido pelos sujeitos, bem como em contribuir na construção de novas maneiras de viver.

A proposta freireana está comprometida com a classe trabalhadora na construção de um processo de resistência democrática que a uma sociedade que a expropria material e simbolicamente. Nessa direção, a ação sócio-educativa deve ser empreendida a partir das situações concretas vivenciadas pelos sujeitos e tentando promover um pensar crítico e autêntico que permita aos sujeitos ter consciência da sua caminhada no mundo. Para tanto, o papel do educador é repensado por essa proposta.

Na concepção de Paulo Freire (1983, p. 80) o educador na perspectiva problematizadora também aprende constantemente, na medida em que se relaciona com os “educandos”, uma vez que os educando são entendidos como “investigadores críticos em diálogo com o educador” que também se constitui em um investigador crítico. Isto é, o educador somente vai conseguir “proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível de ‘doxa’ pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá no nível do ‘lógos’”, se for capaz ele próprio de ter uma postura crítica frente ao conteúdo a ser ensinado e de reconhecer que suas ações engendram uma intencionalidade que, por sua vez, está conectada a um determinado projeto político e de sociedade.

Assim, a ação que se propõe ser problematizadora terá, necessariamente, “um caráter reflexivo” porque “implica num constante desvelamento da realidade”, buscando “a emergência das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade” (FREIRE, 1983, p. 80). Tal ação contém uma direcionalidade que não se confunde com manipulação ou com o espontaneísmo porque essa ação acontece entre sujeitos, respeitando seus saberes específicos, valores e cultura. Nessa direção, Pereira (2004, p. 96) considera o educador como um “incentivador do processo educativo” uma vez que

ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar; é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso, acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE apud PEREIRA, 2004, p. 96).

A constituição de uma relação de reciprocidade entre educador e educando não significa a identificação total entre eles, pois o educador não pode abandonar sua tarefa de ensinar. Ou seja, a relação horizontal entre educador e educando ocorre, segundo Paulo Freire,

como “colaboração mútua” que envolve, no momento em que é estabelecido o diálogo, sujeitos diferentes. Isso implica, segundo Argumedo (2001) citando Freire, em

conocer y aceptar a cada uno como és y entender lo que se propone, por lo tanto, ese encuentro de los hombres ‘mediatizados por el mundo, para pronunciarlo’, no significa que sea necesario considerarlos ‘idénticos’, sino iguales y diferentes al mismo tiempo [...] a acción dialógica no ‘puede darse a no ser entre sujetos, aunque tengan niveles distintos de función, y por lo tanto, de responsabilidad, y solamente puede realizarse en la comunicación (ARGUMEDO, 2001, p. 21).

Nesse sentido o papel do educador consiste em desenvolver uma ação promotora de criticidade a partir do reconhecimento dos homens em suas relações com o mundo, onde “consciência e mundo se dão simultaneamente” (FREIRE, 1983, p. 81). Argumedo (2001) contribui nessa direção ao afirmar que o educar é responsável pela “devolución organizada, sistematizada y aumentada, al pueblo, de aquellos elementos que este le entregó (al educador) en forma inestructurada” (p. 21). Nas palavras de Freire (1983) significa que

o que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação [...] Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto (FREIRE, 1983, pp. 101-102).

Assim, a relação dialógica ocorre na medida em que os envolvidos se fazem sujeitos do seu processo de comunicação, superando o intelectualismo alienante e o autoritarismo, sendo que é essa superação que conduz a superação da “falsa consciência do mundo” (FREIRE, 1983, p. 86). Desse modo, o diálogo se constitui no instrumento fundamental para a apreensão da realidade porque está alicerçado na interação que produz identidade que, por sua vez, é construída a partir da valorização dos questionamentos, explicações, interesses e propostas dos sujeitos sobre sua condição de vida e de participação. Ao mesmo tempo esse diálogo conduz a um

pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. Este é um pensar crítico que percebe a realidade como processo que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não dicotomiza a si mesmo na ação. Banha-se permanentemente de temporalidade, cujos riscos não teme (FREIRE, 1983, p. 97).

Nessa perspectiva, a educação atravessa a vida humana, a cultura, a história e a política de maneira transversal, ao mesmo tempo em que se consolida como atividade essencialmente humana, pois “o homem dialógico, que é crítico, sabe que o poder de fazer, de criar, de transformar é um poder dos homens” (FREIRE, 1983, p. 96). O diálogo se constitui no encontro entre homens inconclusos e que conscientes disso estabelecem uma busca continua para *ser mais* (FREIRE, 1983). Dessa forma, aprender consiste em

construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito [...] toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e a serem aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica em função de seu caráter, diretivos, objetivos, sonhos, utopias, idéias. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não ser neutra (FREIRE apud PEREIRA, 2004, p. 92).

Portanto, na proposta freireana o que define uma ação como educativa é a intenção de ensinar veiculada por ela. Essa intenção conecta a ação e o educador ao projeto político e de sociedade da classe trabalhadora. E por isso ela é considerada uma ação planejada, ou seja, o educador para realizá-la necessita estabelecer objetivos, informando *o que* e *como* pretende ensinar e explicitando neles os princípios teórico-políticos que os orientam.

Desse modo, na proposta de Paulo Freire, o planejamento da ação sócio-educativa, ou seja, seu “conteúdo programático” inicia com a investigação do “universo temático do povo”, da “consciência que o povo tem da realidade mediatizadora” (FREIRE, 1983). Tal investigação permite conhecer o conjunto de “temas geradores”. Somente após realizar essa investigação e após ter estudado o universo temático encontrado, desenvolvendo mediações entre seus conteúdos é que o educador poderá estabelecer um processo de diálogo com os sujeitos envolvidos (ARGUMENTO, 2001).

Para Pereira (2004, p. 87), a apreensão da realidade é um processo educativo em si, que significa “construção, estruturação e enriquecimento a partir das ações de reflexão de uma prática social das populações, vinculadas principalmente aos interesses concretos de sua experiência cotidiana de vida e trabalho”. Segundo Freire (1983, p. 103)

não se trata de ter nos homens objeto de investigação, de que o investigador seria o sujeito. O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas seu pensamento – linguagem referida à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão de mundo, em que se encontram envolvidos seus ‘temas geradores’.

Assim, a identificação destes significados deve produzir questionamentos que transformem esta realidade, levando os sujeitos a compreender os múltiplos significados que perpassam a questão social, de modo que possam alcançar o entendimento coletivo dos carecimentos, sejam eles econômicos, sociais, políticos etc.

O processo no qual estão inseridas as ações sócio-educativas deve compor um “espaço coletivo de construção democrática, onde seja estimulada a participação da comunidade e a construção de uma subjetividade que expresse desejos e anseios de toda a população” (PEREIRA, 2004, p. 87).

Está presente na proposta freireana o movimento entre o singular, o particular e o universal, pois quando se estabelece a relação dialógica “se vai fazendo cada vez mais assunção na medida em que ela engendra novas opções, por isso mesmo ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos” (FREIRE apud PEREIRA, 2004, p. 98). A assunção envolve dois momentos

[o primeiro] é o próprio sujeito que se assume como exemplo, tentando mudança de hábitos ou atitudes individuais, e o segundo é uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica que é propiciar condições em que os ‘sujeitos-educandos’ em suas relações uns com os outros e todos com o educador ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos (FREIRE apud PEREIRA, 2004, p. 98)

Diante dessas considerações, o Assistente Social pode ser considerado um educador a medida que empreende a ação sócio-educativa, intencionando proporcionar algum tipo de conhecimento que os sujeitos implicados nessa ação não possuem. Segundo Pereira (2004) considerando a proposta freireana, a ação sócio-educativa precisa estar alicerçada no diálogo com os usuários para poder conhecer efetivamente as situações vivenciadas e a conscientização que eles têm da sua realidade. Assim, as avaliações que o profissional realiza das situações vivenciadas pelos usuários devem ser fiéis aos anseios da comunidade. De acordo com a autora, é a partir das avaliações e das reflexões que o Assistente Social pode

organizar uma ‘agenda social’ que contenha os conteúdos programáticos e ações políticas imprescindíveis para superar estas situações vividas. Devemos apontar e viabilizar a implementação das necessidades sociais prioritárias da população. Estas necessidades sociais são essencialmente concretas e presentes, exigindo respostas não só no nível intelectual, mas no nível prático da ação (PEREIRA, 2004, p. 89).

Cabe assinalar que, no Serviço Social, essa proposta se manifestou com maior força no período histórico que marcou o Movimento de Reconceituação até meados da década de 1980, conforme pode ser apreendido no primeiro capítulo desta dissertação.

A partir do exposto e considerando a pesquisa realizada, é possível afirmar que – mesmo referenciada desde o Movimento de Reconceituação, sobretudo quando dá bases para a defesa e a argumentação de uma intencionalidade calcada nos interesses da classe trabalhadora e orientada para a transformação social – a proposta freireana não tem sido, no Serviço Social, objeto de análises mais aprofundadas acerca do significado no que tange seus significados conceitual e operativo. Por dedução, ressalta-se que existindo essas análises – tendo em vista a importância de Paulo Freire no cenário brasileiro e latino-americano –, sua repercussão nas obras dos Assistentes Sociais não revelam uma apropriação crítica das potencialidades contidas na proposta freireana, sendo que, muitas vezes, as reflexões dos autores têm recaído sobre a influência humanista presente na proposta, não considerando seus viés marxiano e os avanços que realiza tendo por base as sociedades capitalistas periféricas.

O estudo realizado por Jesus (2005) corrobora nesse sentido. A autora ao analisar as publicações de Assistentes Sociais demonstra que as referências teóricas encontradas, mesmo aquelas localizadas no paradigma crítico-dialético, não apresentam uma interlocução consistente.

Essas constatações sinalizam para a necessidade de construção de um diálogo mais aprofundado não só com a proposta freireana, mas como a área da Educação. No sentido de construir um diálogo com autores referenciados ao paradigma crítico-dialético e que apresentam elementos importantes para qualificar o debate acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, considerando o atual projeto ético-político.

Neste sentido, é possível assinalar, pautando-se nas três referências apresentadas, que os objetivos que se propõe para a ação sócio-educativa, assim como os resultados ideais que se pode ter como produto dessa ação, estão diretamente relacionados com a materialização de uma utopia, dito de outra forma: estão relacionados e comprometidos com a materialização de uma finalidade construída coerentemente a partir dos fundamentos que sustentam seus referenciais teórico-metodológico e ético-político.

Assim, o Assistente Social realiza suas ações a partir de um conjunto de concepções a respeito da realidade e das idéias que orientam seu trabalho em determinado momento histórico. Ou seja, para Argumedo (2001), esse conjunto de concepções é definido no contexto do imaginário social da sua época, a partir do qual é possível definir e formular – respeitando seus fundamentos, sua matriz e diferentes idéias – distintas teorias e propostas de ação.

Portanto, o Assistente Social trabalha a partir de uma concepção *do que significa* educar. Isso supõe a adesão à determinada concepção de mundo como uma posição política, sendo que esses são fatores determinantes e estruturantes da sua ação, pois o sentido da ação muda segundo o entendimento que se tem a respeito *do que é* educar, *porque* educar, *para quem* e *com qual finalidade*.

Diante disso, é possível ensaiar uma prospecção/sistematização acerca dos elementos que envolvem a operacionalização da ação sócio-educativa no âmbito do projeto ético-político, a partir do que foi identificado na pesquisa.

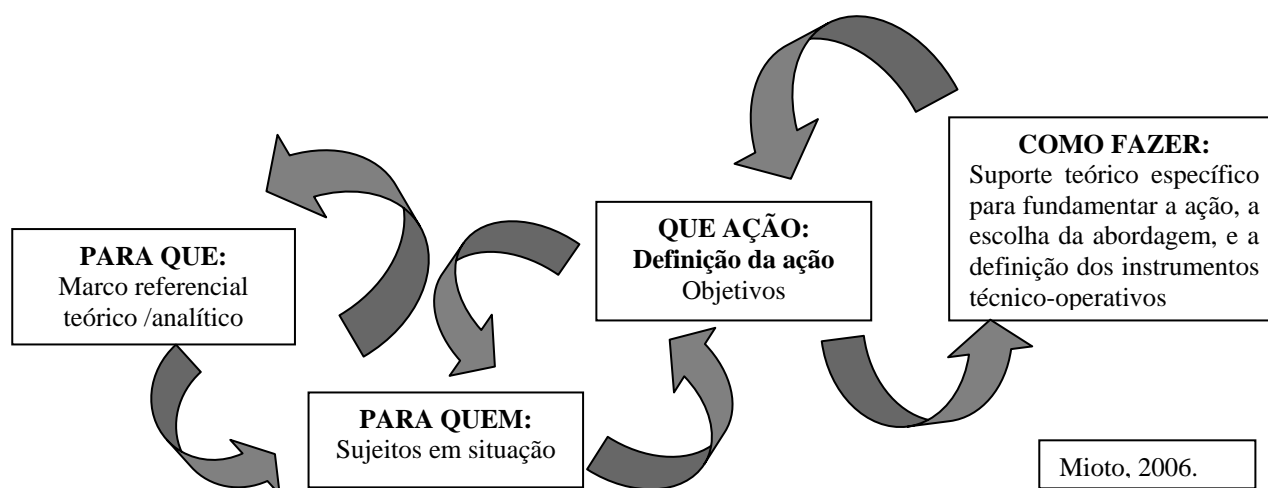
#### **4.4. Ações sócio-educativas: ensaio de uma caracterização**

Considerar que as ações sócio-educativas no paradigma crítico-dialético como mediações necessárias às mudanças e/ou transformações, não é completamente suficiente uma vez que a trajetória histórica da profissão muitas foram as propostas cujo componente central consistia na mudança. Nesse ponto, cabe salientar a diferença fundamental que esse conceito assume no paradigma crítico-dialético. Nele educar “significa incitar a criação ou fortalecer determinados aspectos da individualidade e da coletividade [...] volta-se para a formação de um tipo de homem que possa corresponder às exigências e expectativas sociais propostas”, sendo que intenta a mudança sem a referência a um “padrão pré-fixado” e justificado a partir da “crença em uma natureza humana” (PIRES, 2003, p. 288-290).

Cabe destacar que, embora o paradigma crítico-dialético não estabeleça um padrão para o desenvolvimento das ações que o materializam, os princípios norteadores presentes na profissão necessitam estar conectados a uma forma de proceder que, por sua vez, condense de maneira coerente os valores veiculados por aqueles princípios. Portanto, trata-se aqui do desenvolvimento de ações sócio-educativas que expressem o vínculo pela adesão e articulação com as idéias, os objetivos, as propostas que envolvem o projeto político da classe trabalhadora. Assim, essas ações envolvem uma opção teórica e política, como também orientações operacionais relativas a procedimentos e instrumentos.

Destaca-se ainda que o pretendido aqui é apresentar, a partir dos autores pesquisados e do marco de referência construído, as orientações operacionais que intentam materializar, na ação sócio-educativa, a intenção ético-política e a escolha teórico-metodológica. Assim, o movimento que se tem em mente consiste na articulação dialética das três dimensões referidas ao Serviço Social (teórica, ética e técnica) e considera o

conhecimento/investigação da realidade na qual se intervém, o planejamento e a documentação do processo de trabalho, as formas escolhidas de abordagens dos sujeitos a quem é destinada a ação, bem como dos instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na ação. O esquema que segue permite visualizar, ainda que simplificadamente, esse movimento:



Significa considerar que o marco teórico sempre é acionado a partir de determinada situação real/concreta que envolve os sujeitos implicados na ação (profissionais e usuários). Esse entendimento condiciona os objetivos das ações sócio-educativas que, por sua vez, serão responsáveis por imprimir nelas determinadas características que influenciam o planejamento da sua operacionalização.

Assim, as ações sócio-educativas perpassam os três processos interventivos propostos por Mioto (2006), mas apresentam características diferentes quando vinculadas a cada um deles porque são referenciadas a demandas diferentes e objetivos diferentes, embora compartilhem a mesma finalidade. A partir das obras pesquisadas é possível fazer referência a dois desses processos: o Processo Político-organizativo e o Processo Sócio-assistencial. Cabe lembrar que a caracterização das ações sócio-educativas nesses dois Processos tem o intuito de contribuir em uma apreensão mais didática pelos Assistentes Sociais sobre o processo de trabalho, não significa compartimentalizar essas ações, negando sua transversalidade e seu movimento dialético no momento em que são realizadas. Tal movimento envolve as ações e os processos interventivos, incidindo tanto na relação estabelecida entre Assistente Social-



usuário/grupos de usuários, quanto na relação individual-coletivo. Por dedução, foi possível identificar a transversalidade nas obras pesquisadas.

As abordagens e instrumentos, por sua vez, são condicionados pelas escolhas realizadas anteriormente (matriz teórica, demanda, objetivo, processo interventivo). A respeito dos instrumentos, cabe salientar que eles estarão determinados pela intencionalidade assumida pelo Assistente Social que, por sua vez, é responsável por determinar com clareza os objetivos que se pretende alcançar; a relação que se pretende estabelecer com o usuário, a finalidade a qual a ação se conecta etc.

Portanto, o conteúdo das ações sócio-educativas será definido em relação à demanda e ao marco teórico escolhido pelo Assistente Social, sendo eles os definidores do processo de desenvolvimento dessas ações.

Os indicativos encontrados nas obras pesquisadas sobre os objetivos das ações sócio-educativas permitem considerá-las como um *processo* dinâmico que remete a uma luta coletiva, de organização política, mas que também acontece no âmbito individual através da apropriação da informação e dos caminhos de acesso a políticas e serviços sociais, implicando também no reconhecimento das necessidades individuais como coletivas. Nessa direção, Pires (2003) informa que o “singular precisa desenvolver toda uma série de conhecimentos que, embora individuais, não são de caráter ‘individualista’. É um conhecimento [...] social não só porque sua edificação só é possível socialmente [...] mas porque leva em conta compulsoriamente o coletivo” (p. 317).

Reconhecer como fundamental a ação sócio-educativa no âmbito individual, ou seja, nos Processos Sócio-assistenciais significa reconhecer a necessidade de se trabalhar o sujeito em sua singularidade, bem como suas habilidades, suas capacidades, suas potencialidades e seus limites. Mas esse reconhecimento não se constitui no final do processo, pelo contrário, segundo Pires (2003, p. 319), “ele é um meio porque o horizonte não é o melhoramento ético individual, mas a transformação social”.

Grosso modo, as ações sócio-educativas, nos processos interventivos destacados, intentam: viabilizar informações/conhecimentos acerca dos Direitos e da realidade; demonstrar *como* acionar Direitos, políticas e serviços sociais; instruir a ter Direitos/*como* buscar novos Direitos.

Desse modo, entende-se que o *processo educativo* é toda a experiência na qual as pessoas mudam a sua maneira de compreender o mundo e os homens, enriquecendo sua maneira de encarar a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que envolve a conquista de novas forças, novos instrumentos para transformar a realidade vivenciada. Portanto, o diálogo é uma categoria importante, pois consiste em algo mais do que o simples

ato de informar, envolvendo toda a relação de troca de experiências e conhecimentos entre sujeitos mediatizados pela sua própria realidade, onde “aquele que educa também aprende” (BRANDÃO, 1985; FREIRE, 1981; 2001; OLIVEIRA, 1987). Com isso, O Assistente Social pode ser concebido como um educador desse *processo*, pois parte do usuário entendendo-o como sujeito de seu próprio caminhar no mundo e como tal co-responsável pelo seu conhecimento.

Contudo, entende-se que as ações sócio-educativas tendem para uma consciência reflexiva que oportuniza ao usuário uma compreensão efetiva da sociedade onde vive; dos Direitos que possui nessa sociedade; da possibilidade de coletivização de suas necessidades de modo a ampliar, na esfera pública, seus Direitos; e da responsabilização ética que o profissional em ato deve ter e que se expressa: nas dimensões assistenciais do trabalho, na relação de acolhimento, de criação de vínculo, de produção de resolutividade e da criação de maiores graus de autonomia no modo do usuário se relacionar com a família e com a comunidade (LIMA, 2004).

Esses pressupostos revelam alguns dos caminhos possíveis para a construção de uma “pedagogia emancipatória” fundada na capacidade crítica de compreensão e intervenção na realidade, pois a ação sócio-educativa voltada para a construção de uma consciência crítica facilita, através do alcance da autonomia do pensamento, um processo de reivindicação, de conquista e de consolidação de Direitos. Nesse sentido, a relação entre essa ação, a conscientização e a participação é evidenciada como requisito para que os sujeitos alcancem maiores graus de autonomia. Autonomia na perspectiva da possibilidade de livre decisão e da afirmação da vontade dos indivíduos e da coletividade.

## **O PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS E DE NOVAS POSSIBILIDADES**

O estudo realizado sobre o caráter educativo da profissão – expresso pelas ações sócio-educativas – permitiu considerá-lo como mediação fundamental no processo viabilizador das intenções ético-políticas e das orientações teórico-metodológicas, uma vez que é dotado de conteúdo transformador e por isso capaz de incidir na realidade social, imprimindo mudanças nas formas de pensar e agir dos indivíduos.

Desse modo, teve como intuito realizar uma interconexão entre o debate sobre a intervenção profissional/ações sócio-educativas, o projeto ético-político e a perspectiva dos Direitos e da Cidadania. Para tanto, seu principal objetivo consistiu em caracterizar as ações sócio-educativas, através do estudo da produção bibliográfica do Serviço Social, tendo como base as referências teóricas que pautam essas ações no âmbito do projeto ético-político. Para alcançar esse objetivo foram investigadas: as principais referências teóricas que orientam a consecução das ações sócio-educativas a partir do projeto ético-político de modo a conhecer o diálogo construído pelos autores entre projeto ético-político e ações sócio-educativas; os elementos teórico-metodológico e técnico-operativo presentes nessas referências, que permitem pensar os procedimentos de operacionalização das ações sócio-educativas; e os significados conceituais das categorias Direito e Cidadania de modo a elucidar sua apropriação pelo Serviço Social.

A preocupação central que aqui é reafirmada consiste na necessidade de ampliar o debate e o entendimento da intervenção profissional/ações sócio-educativas, atentando para as formas de conduzir qualificada e coerentemente as escolhas técnico-operativas no âmbito do paradigma crítico-dialético. Assim, é enfatizada a necessidade de serem construídas tanto uma sistematização que dê visibilidade ao “fazer profissional”, promovendo a interlocução entre os Assistentes Sociais e a qualificação técnico-operativa das suas ações; quanto um diálogo teórico que convença socialmente, através de argumentos e de ações coerentes, a ponto de conferir legitimidade e materialidade aos valores contidos no projeto ético-político.

No resgate da produção teórica do Serviço Social sobre as ações sócio-educativas foi possível verificar que o debate envolvendo essas ações está fortemente conectado ao período histórico de estruturação dos valores ético-políticos, que vem desde o Movimento de Reconceituação e na década de 1980 ganha maior consistência com o debate em torno da educação popular. A partir da década de 1990, porém, há um retraimento na produção teórica

referente aquelas ações, no entanto, isso não significa que elas tenham deixado de ser desenvolvidas. Por dedução, afirma-se que permaneceu latente nesse período o debate envolvendo essas ações.

Nessa perspectiva, ter realizado um resgate histórico acerca do caráter educativo da ação profissional foi fundamental para compreender o processo histórico que forjou as bases valorativas do projeto ético-político, bem como permitiu conhecer amplamente a produção bibliográfica dos Assistentes Sociais. Tal resgate garantiu a apreensão da intervenção profissional como totalidade, ou seja, permitiu apreender as determinações históricas que a constituem, seus limites e possibilidades.

A incursão no debate construído pelo Serviço Social contribuiu sobremaneira para a compreensão de questões fundamentais que permitiram, por sua vez, entender as contradições históricas que forjam cotidianamente a profissão. Dentre essas questões merecesse destaque a “imprecisão semântica”, pois se constitui em uma característica e em um problema histórico no trato da intervenção profissional que reatualiza dificuldades acerca dos procedimentos materializadores das ações profissionais. Desse modo, pode-se dizer que, na atualidade, compreender a legitimidade profissional implica reconhecer sua relação direta com a dimensão técnico-operativa porque é através dessa dimensão que os Assistentes Sociais materializam as intenções ético-políticas e as orientações teórico-metodológica presentes no projeto profissional. Assim, a defesa e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social também são determinadas pela clareza e pela coerência que os profissionais têm da dimensão técnico-operativa.

A necessidade de materializar os valores engendrados pelo projeto ético-político coloca como condição compreender as questões e contradições que são inerentes ao significado moderno de Direitos e de Cidadania inscrito no Estado capitalista ocidental. A apreensão dos significados conceituais dessas categorias permitiu entendê-las como produtos históricos inscritos nas relações humanas concretas que compõem determinada concepção de Estado, de sociedade e de homem, o que permite, por sua vez, que sejam referenciados a projetos societários e profissionais diferentes.

Nesse sentido, o estudo empreendido permite considerar as ações sócio-educativas como um *processo* que possui finalidade, objetivos e procedimentos, constituindo-se em mediações privilegiadas no processo de materialização de Direitos e de consolidação da Cidadania porque podem possibilitar aos sujeitos graus ascendentes de autonomia. Essa entendida como capacidade de escolher entre alternativas concretas, conferindo aos usuários condições de discernir com clareza *o que ele pode fazer* e *como pode fazer*, ao mesmo tempo em que se percebem como sujeitos co-responsáveis por essas escolhas e por seus resultados.

A criticidade e a participação também são constitutivas desse processo, pois na medida em que os usuários constroem sua autonomia conseguem participar criticamente do mundo e das suas relações de modo a mudar as regras ali estabelecidas, transformando a realidade.

Portanto, a Cidadania é concebida a partir do acesso e do usufruto real dos Direitos na sua totalidade. Nesse processo, a liberdade significa autonomia porque busca alcançar patamares cada vez maiores de igualdade. Nesse sentido, o Estado democrático é reafirmado como principal responsável na regulação das relações nas sociedades porque é por meio do estabelecimento de políticas sócio-econômicas direcionadas para a satisfação das necessidades humanas que os Direitos, sobretudo os sócio-econômicos, podem ser materializados.

Entende-se ainda que a ação sócio-educativa baseada na autonomia, na participação, na liberdade contribui para desmascarar as ações antidemocráticas e assistencialistas, ultrapassando a dimensão individual para a coletiva permitindo que “o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). É válido ressaltar que o debate e o reconhecimento da necessidade de serem desenvolvidas ações sócio-educativas de acordo com uma perspectiva crítica, por si só não resolve a questão econômica de sobrevivência na qual os sujeitos estão envolvidos, como também esse debate não reduz o espaço da ação política aqueles considerados “educados e letrados”.

No entanto, acredita-se que, através da coerência e do compromisso implicados nessas ações, os Assistentes Sociais possam contribuir para abrir caminhos que permitam ampliar a esfera política e a ação dos sujeitos porque o conhecimento/a consciência crítica aparece como uma condição necessária para a compreensão da ação político-econômica do Estado, entendido como responsável pela regulação da vida em sociedade em prol do estabelecimento de condições que permitam reivindicar, reconhecer e materializar Direitos.

Assim, de acordo com Argumedo (2001), não significa retroceder e tampouco eliminar os aspectos negativos e/ou contraditórios que limitam essas ações, mas significa “asumir la realidad contradictoria y ver, en le desarrollo de las contradicciones, la única vía histórica de solución” (p. 56). Significa inscrever o debate dessas ações no cenário que envolve a divisão do trabalho, produz a alienação nos homens, e que engendra possibilidades de superação dessa alienação porque está assentado na história e na contradição. Significa ainda atentar para os procedimentos que realizam essas ações porque ao mesmo tempo em que ele revela a coerência de um discurso teórico-ético, também pode revelar a sua inconsistência e insuficiência.

Considerar relevantes a coerência e a dialética entre pensamento e ação implica reconhecer que o *como fazer* é peça fundamental no debate que busca garantir essa relação e consolidar a legitimidade do atual projeto profissional que tem na ação sócio-educativa uma importante mediação. Um indicador que parece contribuir no reconhecimento dos limites das ações sócio-educativas pode ser encontrado nos objetivos para ela estabelecidos, pois existindo uma contradição entre os objetivos e os procedimentos que os operacionalizam, existirão dificuldades para tornar aqueles objetivos operacionalizáveis e, conseqüentemente, estará inviabilizada qualquer tipo de aproximação com a finalidade ético-política assumida, uma vez que existirão incoerências paradigmáticas. Assim, acredita-se que grande parte das descrenças atribuídas às intenções e aos resultados das ações sócio-educativas reside na incoerência presente entre *aquilo que se diz* ou *o quê se pretende fazer* e aquilo que realmente *se faz* ou em *como se faz*, uma vez que a opção por determinados procedimentos (abordagens, instrumentos, técnicas e outros recursos) é determinada pelo contexto e pelo conteúdo a ser mediado para se alcançar uma dada finalidade.

Portanto, o *como fazer* das ações sócio-educativas está diretamente relacionado à escolha do paradigma, o que implica no reconhecimento, em dado período histórico, da sua validade argumentativa e na capacidade nele contida de responder concretamente às questões colocadas pela realidade. É através da clareza na compreensão e na proposição do *como* que se constrói uma intervenção profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente, via que permite demonstrar a coerência pela qual é possível resgatar utopias e engendrar mudanças.

Com isso, afirma-se que a realização das ações sócio-educativas exige uma coerência teórico-metodológica e ético-política, mas sobretudo exige coerência nos procedimentos que a realizam. Embora o paradigma crítico-dialético não fixe um modelo para o desenvolvimento das ações que o materializam, os seus princípios necessitam estar conectados a uma forma de proceder que seja coerente aos valores por ele veiculados porque é no processo de desenvolvimento das ações sócio-educativas que o sujeito vai aprender novas formas de relacionar-se. Mais que isso, contrapor-se à fixação de modelos metodológicos de ação remete a um questionamento que, antes de imobilizar, desafia: até que ponto se operacionalizam aquelas ações a partir dos princípios de um paradigma pautado pela dialética?

Nesse ponto, destaca-se a necessidade de se garantir o pluralismo, uma vez que é legítima a existência, no interior da categoria profissional, discursos que têm perspectivas teóricas, ideológicas e técnicas muito diferentes porque expressam interesses sociais também diferentes. Com isso, afirmar que a profissão necessita garantir sua legitimidade imprimiu no

Serviço Social, ao longo do processo de Renovação profissional, uma busca por maior rigorosidade teórica, porém essa busca aparece condicionada, muitas vezes, pela necessidade de responder imediatamente aos desafios presentes na busca por essa legitimidade, mais do que uma verdadeira intenção de rigorosidade teórica. Acredita-se que isso pode contribuir para reatualizar posturas messiânicas, ou para a adesão ao ecletismo e/ou ao pragmatismo.

Em contra partida, apostando nos debates em torno do paradigma crítico-dialético e nas possibilidades deles virem a concretizar suas propostas, as referências teóricas encontradas no debate das ações sócio-educativas – leia-se as influências gramsciana, freireana e do *empowerment* – podem ser tomadas como ponto de partida no estabelecimento de mediações de modo a expressar concretamente os indicativos paradigmáticos.

A identificação das influências gramsciana, freireana e do *empowerment* no Serviço Social permite afirmar que há aproximações entre suas proposições – principalmente quando sinalizam para as mediações necessárias à operacionalização das ações sócio-educativas – tendo em vista que se trata de autores conectados ao paradigma crítico-dialético. Destaca-se, porém, que o *empowerment* e a proposta freireana possuem um diferencial em relação às bases gramscianas porque apresentam indicativos procedimentais para a realização do processo educativo. Aproximam-se, assim, do estabelecimento de uma base relacional de sustentação do processo de operacionalização das ações sócio-educativas na perspectiva do projeto ético-político. Por dedução, acredita-se que essas referências podem ter um enraizamento maior no contexto da intervenção profissional porque apresentam indicativos acerca do *como fazer*, embora não excluam outras possibilidades e nem a importância das análises gramscianas.

A identificação do *empowerment* e da proposta freireana como referências teóricas importantes para o debate da materialização das ações sócio-educativas de acordo com o projeto ético-político, evidenciou também que não há um rebatimento no Serviço Social dos estudos empreendidos por outras áreas do conhecimento e que a partir do pensamento crítico-dialético tem aprofundado o debate acerca dessas tendências. Acredita-se que isso tende a inviabilizar um diálogo interdisciplinar consistente.

Por vezes, insistiu-se na importância de qualificar o debate acerca da dimensão técnico-operativa das ações sócio-educativas, atentando principalmente para os procedimentos que as realizam. Essa ênfase, no entanto, não desconsidera as dimensões teórico-metodológica e ético-política, uma vez que juntas compõem a totalidade expressa pelas ações profissionais, ou seja, constituem-se em uma unidade no momento em que se operacionalizam as ações sócio-educativas. A partir dessa ressalva, reafirma-se que é preciso explicitar, no debate profissional, as formas de *como* operacionalizar as ações sócio-educativas, superando o

pressuposto que considera que os Assistentes Sociais tendo clareza do *que querem* bastaria para que operacionalizassem aquelas ações na perspectiva do projeto ético-político.

No âmbito da formação profissional, acredita-se que a clareza na apreensão da dimensão técnico-operativa poderá jogar a favor da unidade entre teoria e prática, permitindo também que o debate a respeito das mediações entre o universal, o particular e o singular seja qualificado. Considera-se que através do debate coletivo pode ser propiciado às ações graus maiores de resolutividade, a medida que o resultado do trabalho passa a ser entendido como parte do trabalho coletivo que envolve diferentes sujeitos/profissionais. É na relação com outros profissionais e tendo clareza das suas ações que o Assistente Social será capaz de compreender melhor a realidade, percebendo-a como uma totalidade histórica de forma a articular as possibilidades de enfrentamento dos limites presentes em cada momento histórico.

Dessa forma, apreende-se que toda a discussão que envolve a profissão, a sociedade e seus sujeitos é produto e faz referência a momentos históricos, o que condiciona as ações profissionais. Mesmo entendendo as ações sócio-educativas como mediações importantes que permitem a passagem dos sujeitos da mera existência para a consciência; da aparência para a essência; do individual para o coletivo; e do particular para o universal, essa transição dependerá da apropriação que o profissional vai ter acerca das contradições produzidas na sociedade e que limitam a materialização do projeto ético-político, mas que também podem lhe apresentar outras possibilidades.

Nesse sentido, cabe assinalar que o período histórico que marcou o debate pela construção do projeto ético-político do Serviço Social foi um momento de reconhecimento de Direitos e, hoje, quando a categoria profissional debate a sua operacionalização na perspectiva de consolidar seus valores como avanços históricos em prol da Cidadania, o momento histórico se caracteriza como um período marcado pela retração na garantia e na efetivação dos Direitos e do Estado enquanto principal regulador do bem-comum. Ter clareza dessa realidade permite aos Assistentes Sociais perceber que o conteúdo volitivo contido nas suas ações é importante, mas que por si só não garante que seus resultados caminhem na direção apontada pelo projeto ético-político.

Assim, reconhecer as múltiplas determinações que limitam o alcance da finalidade assumida como orientadora das suas ações, permite aos Assistentes Sociais inscrever seu trabalho no campo das possibilidades, sem negar a transformação social, uma vez que as relações sociais são entendidas como construções humanas e enquanto produtos históricos são passíveis de mudança/superação. Desse modo, a aproximação com as referências gramsciana, freireana e do *empowerment* como balizadoras dos pressupostos orientadores do debate acerca da consecução das ações sócio-educativa, permitiu o desvelamento de possíveis caminhos



para a construção de uma ação sócio-educativa lúcida quanto aos significados das categorias-chaves que lhe dotam de conteúdo e coerente quanto ao compromisso histórico presente no projeto ético-político do Serviço Social.

Em que pese a incompletude desse estudo, espera-se contribuir para ampliar as discussões a respeito da sistematização da intervenção profissional/ações sócio-educativas de modo a compatibilizar a dimensão técnico-operativa com a dimensão ético-política e teórico-metodológica, no sentido de garantir ao Serviço Social maior qualificação no processo de materialização do projeto ético-político, garantindo sua hegemonia no horizonte da defesa, da ampliação e da efetivação dos Direitos em sua acepção mais ampla.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2004, nº 61, pp. 43-71.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ADELANTADO, J.; GOMÀ, R. El contexto: la reestructuración de los regímenes de bienestar europeos. **Cambios en el Estado del Bienestar: políticas sociales y desigualdades en España**. Barcelona: Icaria, 2000, pp. 63-95.

ANDRADE, V. R. P. de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ARGUMEDO, M. A. El trabajador social como educador. **Tese de Doutorado em Serviço Social**. São Paulo: PUC, 2001.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005. 3ª ed.

\_\_\_\_\_. Los fundamentos socio-históricos de la ética. **BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (org.). Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez/ Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2005a. pp.223-247.

BENATTI, L. P. Dos S. A dimensão sócio-educativa da prática profissional dos Assistentes Sociais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde de São José do Rio Preto/SP (1997 – 2003). **Dissertação de mestrado**. São Paulo: PUC, 2004.

BERTANI, I. F. O processo de trabalho do Serviço Social no ambulatório do InCor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ago.1993, nº 42, pp. 41-52.

BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. **Capítulos 5 – 9**, pp. 269 – 497. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução Daniela Beccaccia Versiani.

\_\_\_\_\_. Direito. **BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G.. Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998. pp. 349 – 353.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

\_\_\_\_\_. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Tradução Marco Aurélio Nogueira.

\_\_\_\_\_. **Qual Socialismo? Debate sobre uma alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BRANDÃO, C. R.. A Educação como Cultura. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. O que é Educação. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1982, nº20, 5ª ed.

BUSSINGER, V. V. Fundamentos dos direitos humanos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 53, Ano XVIII. São Paulo: Cortez, março/1997. pp. 09 – 45.

CAMARDELO, A. M. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, dez.1994, nº 46, pp. 138-162.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04**. Brasília: CEAD, 2000. pp.139-149.

CARVALHO, A. M. P. de. **A questão da transformação e o trabalho social**: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983.

CASTILLO, N. M. Reflexiones sobre la formacion profesional y academica del Trabajador Social en America Latina. **XII Seminario Latinoamericano de Trabajo Social**. Medellín: ALAETS, 1986, pp.01-15.

CHUARI, S. H. Assistência Jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001, nº 67, pp. 124-143.

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**. Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão. Brasília, fev.2002.

\_\_\_\_\_. Código de Ética do Assistente Social e Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 3ª ed. Brasília, 1997.

COSTA, M<sup>a</sup>. das D. A Política Social e a Formação para o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, set.1979, nº01, ano I, pp. 80-91.

COSTA, M. D. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, mar.2000, nº 62, pp. 35-72.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma questão possível? São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 1999, módulo 02, pp.203-213.

DE MARCO, P. S. Orçamento Participativo: lócus do fazer político-pedagógico. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 151-161.

DUPAS, G. Uma urgente demanda por um novo Estado. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 103-133.

ESPADA, J. C. **Direitos de cidadania**: uma crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FALEIROS, V. DE P. Desafios do Serviço Social na era da globalização. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nov. 1999, nº 61, pp. 152-186.

\_\_\_\_\_. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metodologia e ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1981. Edição revisada e ampliada.

\_\_\_\_\_. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabajo Social: ideologia y método**. Buenos Aires: ECRO, 1972.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 4ª ed. Tradução: Moacir Gadotti e Lílian L. Martin.

GARCIA, S. Assentamentos rurais: expressão da questão agrária. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 1999, módulo 02, pp. 181-192.

GENTILLI, R. M. L. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.

GIDDENS, A. Contradições do Welfare State. **Para além da esquerda e da direita – o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994, 3ªed.

GOMES, A. L. Os Conselhos de Políticas e de Direitos. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp.163-172.

GUIMARÃES, G. T. D. O ato educativo no Serviço Social: uma análise do Movimento de Reconceituação dos anos 60. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre: PUCRS/BCE, 1990.

IAMAMOTO, M. V. El debate contemporâneo del Servicio Social y la ética profesional. **BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (org.). Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez/ Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2005. pp.249-270.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília, fev.2002, pp. 13-50.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Proposta de interpretação histórico-metodológica. **IAMAMTO, M.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1983, pp.29-105.

IANNI, O. **Dialética e Capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx.** Petrópolis: Vozes, 1988.

JESUS, C. da S. de; O Serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social.** Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2005.

JUNCÁ, D. C. De M. Assistidos e assistentes: o feitiço da identidade atribuída. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, jul. 1997, n° 54, pp. 26-49.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de Reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, dez.1980, n°04, ano II, pp. 01-38.

KERN, F. A. Estratégias de fortalecimento no contexto da Aids. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, jul. 2003, n° 74, pp. 42-67.

LAFER, C. **Ensaio sobre a liberdade.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

LAVALLE, A. G. Cidadania, Igualdade e Diferença. **Revista Lua Nova.** São Paulo: CEDEC, 2003. n ° 59. pp 75 – 93.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez/CEDEC, 1997, 2ªed. pp.151-178.

LEITE, M. C. T. M. **A intervenção em Serviço Social: visão praxiológica.** São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, B. A. **Contribución a la metodología del trabajo social.** Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1974.

LIMA, T. C. S. de. A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da Cidadania e dos Direitos: pensando as ações sócio-educativas. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2004.

\_\_\_\_\_. Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas autodestrutivas? **Relatório Final de Pesquisa.** Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2002. Mimeo.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis.** Florianópolis: EDUFSC, jan/jun 2005, v.8, pp. 67-77.

LISBOA, T. K. Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. **Tese de Doutorado em Sociologia**. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

LO VUOLO, R. A modo de presentación: los contenidos de la propuesta del ingreso ciudadano. S/d. Disponível em: <<http://www.cipp.com.ar>>. Acesso em: nov.2001.

MACPHERSON, C. B. **Ascensão e queda da justiça econômica**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ago/1994, pp.137-141.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Coleção Leitura. Tradução: Maria Lúcia Colmo.

MARX, K. Introdução à crítica da Economia Política. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATEUCCI, N. Direitos Humanos. **BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G.. Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998. pp. 353 – 355.

MERCADO-MARTÍNEZ, F. J. O processo de análise qualitativa dos dados na investigação sobre serviços de saúde. **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, pp. 137-174.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, 18ª ed. pp. 09 – 30.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994. 4ª ed.

MIOTO, R. C. T. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco: contribuições para o debate**. Florianópolis: UFSC/DSS/CSE, 2006. *No prelo*.

\_\_\_\_\_. Reconstruindo o processo: a construção de uma outra cartografia para a intervenção profissional dos assistentes sociais com famílias. **Projeto de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2002.

NETTO, J. P. La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea. **BORGIANI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (org.). Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez/ Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2005. pp.271-296.

\_\_\_\_\_. El Servicio Social y la tradición marxista. **BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (org.). Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional.** São Paulo: Cortez/ Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2005a. pp.153-169.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, nov.2005, n° 84, ano XXVI, pp. 05-20.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, abr.1996. n° 50, ano XVII, pp. 87-132.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política.** São Paulo: SENAC, 2001. Série Livre Pensar n°06.

NUNES, M. H. Serviço Social e agência do assistente social. **Revista Katálysis.** Florianópolis: UFSC, jul/dez. 2005, v. 8, n° 2, pp. 167-184.

OLIVEIRA, M. D. de.. Revisão Histórica: a trajetória dos autores e de suas obras/ Paulo Freire. **O Processo Educativo Segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière - Seminário promovido e coordenado pelo Instituto Pichon-Rivière de São Paulo.** Petrópolis: Vozes, 1987. Tradução: Lúcia M. E. Orth.

PADILHA, M. D. **O compromisso profissional expresso na relação assistente social/cliente.** Recife: PROED/ Editora Universitária UFPE, 1988.

PALMA, D. **A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social.** São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1986. Tradução: José Paulo Netto.

PEREIRA, L.C. B. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. **Textos para discussão ENAP.** Brasília, 1998. n° 32. pp 03 – 46.

PEREIRA, L. P. L. S. Programa Saúde da Família: estratégia de saúde – espaço de práticas educativas transformadoras para o século XXI. **Revista Ser Social.** Brasília: UnB, jan/jun. 2004, v.1, n° 1, pp. 77-120.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

PETRAS, J. Os fundamentos do neoliberalismo. **No fio da navalha** – críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997. pp. 13-38.

PINTO, J. B. G. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Cadernos ABESS n° 06.** São Paulo: Cortez, 1998, pp. 29-45.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as estratégias educativas do Estado e a prática da Educação Popular. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ago.1984, n° 15, ano V, pp. 125-152.

PIRES, S. R. DE A. Serviço Social: função educativa e abordagem individual. **Tese de doutorado.** São Paulo: PUC, 2003.

PISÓN, J. M. de. Políticas de Bienestar: un estudio sobre los derechos sociales. Madrid: Tecnos, 1998.

PONTES, R. N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997. 2ª ed.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana. **Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 15-25, nº02.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

REZENDE, M. E. Uma aproximação do caráter educativo-pedagógico no Serviço Social – estudo de caso no CEVI (Centro Comunitário da Vila Ingá, Fundação de educação social e comunitária/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Dissertação de mestrado**. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

RODRIGUES, G. No cotidiano da profissão: a prática dos assistentes sociais com famílias. **Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2002.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986. 11ª ed.

SARMENTO, H. B. de M. Serviço Social: das tradicionais formas de regulação sócio-política aos redirecionamento de suas funções sociais. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 94-109.

SETUBAL, A. A. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ago.1983, nº12, ano IV, pp. 109-139.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp.111-124.

SILVA, V. R. da. Serviço Social, Movimentos Comunitários e Cidadania – em busca de uma metodologia. **Dissertação de mestrado**. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2004, 3ª ed.

\_\_\_\_\_. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999, módulo 01, pp. 77-90.

SPINA, M. B.; FERREIRA, M. Uma mirada inicial al quehacer educativo lãs Organizaciones Publicas No Estatales: el aporte pedagógico de los profesionales de las OPNES prestadoras de Servicios Sociales. **Boletín Electrónico Sura**. Costa Rica: Escuela de Trabajo Social, mar 2004.

VALLE, C. N. do. Práticas educativas na atenção secundária e terciária: possibilidades e limites. **Revista Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, jan/jun. 2001, v. 1, nº 1, pp.105-122.



VASCONCELOS, A. M. de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais.** Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 125-137.

\_\_\_\_\_. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, mar. 1998, nº 56, pp. 114-133.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04.** Brasília: CEAD, 2000. pp.19-34.

#### **Sites consultados:**

Boletín Eletrónico Surá: <<<http://www.ts.ucr.ac.cr/suradoc/>>>.

Centro de Estudos e Ação Social: <<<http://www.ceas.com.br/cadernos/>>>

Plataforma Lattes: <<<http://www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>>>

Serviço Social em Revista: <<<http://www.ssrevista.uel.br/>>>

Serviço Social UNESP: <<<http://www.franca.unesp.br/revista/>>>

Textos & Contextos: <<<http://www.pucrs.br/textos>>>

# APÊNDICE

## MATERIAL BIBLIOGRÁFICO SELECIONADO COMO BASE DO ESTUDO

BENATTI, L. P. Dos S. A dimensão sócio-educativa da prática profissional dos Assistentes Sociais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde de São José do Rio Preto/SP (1997 – 2003). **Dissertação de mestrado**. São Paulo: PUC, 2004.

BERTANI, I. F. O processo de trabalho do Serviço Social no ambulatório do InCor. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ago.1993, nº 42, pp. 41-52.

CAMARDELO, A. M. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, dez.1994, nº 46, pp. 138-162.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04**. Brasília: CEAD, 2000. pp.139-149.

CHUARI, S. H. Assistência Jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001, nº 67, pp. 124-143.

COSTA, M. D. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, mar.2000, nº 62, pp. 35-72.

COUTO, B. R. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 1999, módulo 02, pp.203-213.

DE MARCO, P. S. Orçamento Participativo: lócus do fazer político-pedagógico. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 151-161.

GARCIA, S. Assentamentos rurais: expressão da questão agrária. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 1999, módulo 02, pp. 181-192.

GOMES, A. L. Os Conselhos de Políticas e de Direitos. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp.163-172.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálisis**. Florianópolis: EDUFSC, jan/jun 2005, v.8, pp. 67-77.

LISBOA, T. K. Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis. **Tese de Doutorado em Sociologia**. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ago/1994, pp.137-141.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana. **Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 15-25, nº02.

REZENDE, M. E. Uma aproximação do caráter educativo-pedagógico no Serviço Social – estudo de caso no CEVI (Centro Comunitário da Vila Ingá, Fundação de educação social e comunitária/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre). **Dissertação de mestrado**. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

SARMENTO, H. B. de M. Serviço Social: das tradicionais formas de regulação sócio-política aos redirecionamento de suas funções sociais. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 94-109.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp.111-124.

SILVA, V. R. da. Serviço Social, Movimentos Comunitários e Cidadania – em busca de uma metodologia. **Dissertação de mestrado**. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

VALLE, C. N. do. Práticas educativas na atenção secundária e terciária: possibilidades e limites. **Revista Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, jan/jun. 2001, v. 1, nº 1, pp.105-122.

VASCONCELOS, A. M. de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: UnB, 2000, módulo 04, pp. 125-137.

\_\_\_\_\_. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, mar. 1998, nº 56, pp. 114-133.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04**. Brasília: CEAD, 2000. pp.19-34.